

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**(RE)PRODUZINDO NOVOS ESPAÇOS:  
TRANSFORMAÇÕES RECENTES DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM  
LONBA GRANDE, NOVO HAMBURGO/RS**

**HILDETE FLORES RODRIGUES**

**ORIENTADOR: PROF. DR. PAULO ROBERTO RODRIGUES SOARES**

**PORTO ALEGRE, SETEMBRO DE 2010**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**(RE)PRODUZINDO NOVOS ESPAÇOS:  
TRANSFORMAÇÕES RECENTES DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM  
LONBA GRANDE, NOVO HAMBURGO/RS**

**HILDETE FLORES RODRIGUES**

**Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares**

**Banca Examinadora:**

**Prof. Dr. Ewerton Vieira Machado (PPG em Geografia/UFSC)**

**Prof. Dr. Luis Fernando Mazzini Fontoura (PPG em Geografia/UFRGS)**

**Prof. Dr. Oscar Sobarzo Miño (PPG em Geografia/UFRGS)**

**Dissertação apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação em Geografia como  
requisito para obtenção do título de  
Mestre em Geografia.**

**PORTO ALEGRE, SETEMBRO DE 2010**

Rodrigues, Hildete Flores

(Re)produzindo novos espaços: transformações recentes do processo de urbanização em Lomba Grande, Novo Hamburgo/RS. / Hildete Flores Rodrigues. – Porto Alegre : UFRGS/PPGEA, 2010. 177 f. il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, RS - BR, 2010.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares

1. Geografia. 2. Relação Cidade-Campo. 3. Urbanização. 4. Região Metropolitana. 5. Novo Hamburgo/RS. I. Título.

---

Catálogo na Publicação  
Biblioteca do Instituto de Geociências - UFRGS  
Renata Cristina Grun CRB 10/1113

## AGRADECIMENTOS

Agradeço sinceramente a todos aqueles que participaram e contribuíram para meu crescimento nesta caminhada, e em especial

Aos queridos Marco e Lucas, pela compreensão, afeto e aceitação das minhas longas ausências

Ao Professor Paulo, pela orientação segura, tranquila e pela paciência nos meus momentos de ansiedade

Às amigas Lenize e Nola, parceiras de inquietações e de longas discussões geográficas

Ao Professor Ewerton, sempre amigo e encorajador

Às amigas de Sorocaba do Sul, pelas ricas vivências e pelo aprendizado

A todos os entrevistados e moradores de Lomba Grande, pela boa vontade e acolhida

Aos professores e colegas do mestrado, pelo convívio e aprendizado

Enfim, a todos os que contribuíram para a construção deste trabalho...

*“Transportarei para asilos da natureza  
homens dignos de lá habitar  
e lá formarei uma sociedade encantadora  
na qual nunca me sentirei indigno”  
Henry David Thoreau*

## **RESUMO**

O eixo de discussão deste trabalho são as transformações recentes que estão ocorrendo em Lomba Grande, Município de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul, em seu processo de transição rural/urbano, com ênfase nas mudanças em curso a partir de 1980. De uma área agrícola produtiva no passado, hoje Lomba Grande apresenta uma dinâmica socioespacial crescente, com diversificação das atividades econômicas e das formas de ocupação e uso do solo, constituindo-se cada vez mais em um espaço “híbrido” na periferia da região metropolitana. Nesta pesquisa, serão abordados alguns aspectos significativos deste fenômeno, que permitirão explicar, na escala local, as transformações advindas das atividades humanas neste espaço e as novas tendências da relação cidade-campo nesta contemporaneidade, sob influência da urbanização.

**Palavras-chave:** relação cidade-campo, urbanização, região metropolitana.

## **ABSTRACT**

The main point of this research is the discussion of the recent transformations in Lomba Grande, a district of Novo Hamburgo, state of Rio Grande do Sul, in its process of rural/urban transition, focusing on the current changes since the 1980. From a productive agricultural area in the past, currently Lomba Grande presents a growing social and spatial dynamic, with diversification of economic activities and of the ways of occupation and use of the soil, becoming a “hybrid” space at the metropolitan area. In this research, it will be considered significant aspects of this phenomenon, which will explain, in the local scale, the transformations caused by the human activities in this space and the new trends of the city-country relation nowadays, under the influence of the urbanization.

**Keywords:** city-country relation, urbanization, metropolitan region.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Região Metropolitana de Porto Alegre.....	28
Figura 2 – Localização da Área de Estudo.....	30
Figura 3 – Vista panorâmica de Lomba Grande.....	35
Figura 4 - Vista de um sítio de lazer na localidade de Morro dos Bois.....	44
Figura 5 – Feira do produtor em Lomba Grande.....	48
Figura 6 – Aspecto da paisagem rural em Lomba Grande, com áreas de plantio e algumas residências.....	58
Figura 7 - As formas tradicionais de produção e comercialização se mantêm, como a entrega diária do leite.....	61
Figura 8 – O trânsito se intensifica nas vias de acesso à Lomba Grande no início e no final do dia.....	62
Figura 9 – Alguns jovens permanecem na atividade agrícola com seus pais, e mantêm-se conectados às tendências atuais do meio técnico e informacional, como visto nesta foto .....	89
Figura 10 – Macrozoneamento de Lomba Grande.....	101
Figuras 11 e 12 – Com a crescente demanda urbana aumenta a oferta de estabelecimentos comerciais e de serviços em Lomba Grande.....	116
Figura 13 – Entrada de um sítio de lazer em Lomba Grande.....	120
Figura 14 – Vista parcial de um sítio de lazer com moradia em construção seguindo padrões arquitetônicos sofisticados.....	122
Figura 15 – Vista interna de um condomínio fechado em Lomba Grande, com 180 hectares.....	126
Figura 16 – Núcleos Rurais- Urbanos de Lomba Grande.....	127
Figura 17 – Entrada de um condomínio fechado em Lomba Grande, com muros altos e aparatos de segurança que garantem o isolamento dos moradores.....	129
Figura 18 - Vista do Loteamento da Lomba, em fase de implantação. No canto esquerdo da foto, vemos algumas casas do Loteamento dos Servidores Municipais, o mais antigo de Lomba Grande.....	131
Figura 19 – Pórtico de entrada de Lomba Grande, na Estrada da Integração Leopoldo Petry.....	136

Figura 20 – Posto de Informações turísticas localizado na Rua João Aloysio Algayer, no centro de Lomba Grande .....	137
Figura 21 - Desfile de carretas durante os festejos do Dia do Colono.....	141
Figura 22 - Nos finais de semana aumenta a circulação de pessoas passeando à cavalo em Lomba Grande.....	144
Figuras 23 e 24 – Diferentes estilos de construção em Lomba Grande: os modelos tradicionais de residência e os novos estilos de moradia segundo padrões arquitetônicos urbanos.....	149
Figuras 25 e 26 – Dois tipos diferentes de estabelecimentos comerciais que coexistem em Lomba Grande: o primeiro é a típica venda e o segundo um supermercado.....	149

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – População residente – rural e urbana - Município de Novo Hamburgo (1960-2000).....	38
Quadro 2 – Estrutura fundiária das propriedades em Lomba Grande.....	44
Quadro 3 – Principais produtos agrícolas cultivados em Lomba Grande.....	46
Quadro 4 – Relação dos empreendimentos turísticos localizados em Lomba Grande.....	115

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABICALÇADOS – Associação Brasileira das Indústrias de Calçados

APA – Área de Proteção Ambiental

ASSINTECAL – Associação Brasileira de Empresas de Componentes para Couro, Calçados e Artefatos

BANRISUL – Banco do Estado do Rio Grande do Sul

CEASA – Central de Abastecimento do Rio Grande do Sul

COHAB – Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul

CTG – Centro de Tradições Gaúchas

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

FAO – Food and Agriculture Organization

FEE – Fundação de Economia e Estatística

FEEVALE – Centro Universitário Feevale

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

FUNRURAL – Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural

GPS – Global Positioning System

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

ISO - International Organization for Standardization

ITR – Imposto Territorial Rural

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MTG – Movimento Tradicionalista Gaúcho

NRU – Núcleos Rurais Urbanos

OMT – Organização Mundial de Turismo  
PDUA – Plano Diretor Urbanístico Ambiental do Município de Novo Hamburgo  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PIB - Produto Interno Bruto  
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
RMPA – Região Metropolitana de Porto Alegre  
SCLG – Setor Central de Lomba Grande  
SDR – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural  
SIG – Sistema de Informações Geográficas  
SINPAS – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social  
SMDU - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano  
ZAP - Zona de Atividade Primária  
ZMLG – Zona Miscigenada de Lomba Grande

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>1. O LUGAR LOMBA GRANDE EM UM CONTEXTO DE MUDANÇAS.....</b>	<b>27</b>
1.1 O SURGIMENTO DE NOVO HAMBURGO.....	32
1.2 O LUGAR CHAMADO LOMBA GRANDE .....	35
1.3 ASPECTOS LOCAIS DO MODO DE VIDA .....	40
1.4 A PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM LOMBA GRANDE .....	42
<b>2. A RELAÇÃO CIDADE-CAMPO: ALGUMAS REFLEXÕES .....</b>	<b>50</b>
2.1 O TEMPO E AS MUDANÇAS NA RELAÇÃO CIDADE-CAMPO .....	51
2.2 PAISAGEM RURAL, PAISAGEM URBANA .....	56
2.3 A INFLUÊNCIA E EXPANSÃO DAS RELAÇÕES URBANAS/METROPOLITANAS .....	66
2.4 AS RELAÇÕES SOCIAIS E ESPACIAIS NA PÓS-MODERNIDADE .....	74
<b>3. LOMBA GRANDE: FATORES DE TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO RURAL .</b>	<b>82</b>
3.1 O DECLÍNIO DA AGRICULTURA, A PLURIATIVIDADE, A MASCULINIZAÇÃO E ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO RURAL.....	83
3.2 A INFLUÊNCIA DA REGIÃO METROPOLITANA.....	90
3.3 MUDANÇAS NOS MARCOS LEGAIS: O PLANO DIRETOR URBANÍSTICO AMBIENTAL (PDUA) .....	99
3.4 A APOSENTADORIA RURAL COMO MEIO DE PERMANÊNCIA NO CAMPO .....	104
<b>4. LOMBA GRANDE E AS NOVAS RURALIDADES: O SURGIMENTO DE MÚLTIPLAS FUNÇÕES NO ESPAÇO RURAL .....</b>	<b>109</b>
4.1 A OFERTA DE SERVIÇOS URBANOS .....	114
4.2 OS SÍTIOS DE LAZER .....	118
4.3 OS CONDOMÍNIOS FECHADOS.....	123
4.4 O TURISMO RURAL .....	132
4.5 AS ATIVIDADES CULTURAIS EM LOMBA GRANDE .....	139
4.6 A RECONSTRUÇÃO DO COLONO NA PÓS-MODERNIDADE .....	141
<b>5. PERSPECTIVAS FUTURAS: CONTINUUM, ESPAÇO HÍBRIDO OU URBANIZAÇÃO? .....</b>	<b>145</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>153</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>159</b>
ANEXO A .....	174
ANEXO B .....	175

## APRESENTAÇÃO

Minha motivação inicial foi o anseio de realizar uma análise geográfica mais aprofundada sobre Lomba Grande e as mudanças recentes na sua organização espacial, buscando (re)conhecer o lugar e sua região. O interesse em estudar esta área rural, inserida numa região metropolitana e submetida à forte influência da urbanização, surgiu de uma série de vivências e inquietações que tive, na vida acadêmica e fora dela. Começo este trabalho apresentando-as.

Sempre gostei de estar na natureza: desde jovem, enquanto a gurizada “fazia festa”, preferia “estar no mato”, acampar, pescar, estudar plantas e animais, conhecer lugares distantes da correria cotidiana de Porto Alegre. Mais tarde, já com marido e filho, fomos morar em Brasília, o que nos despertou muitas inquietações: de um lado o concreto, a frieza, a aridez do clima e do cerrado, o distanciamento e a impessoalidade das relações; de outro lado, a busca incessante de muitas pessoas por um contato mais próximo com a natureza, já que tudo na cidade é muito urbanizado, muito “temático” e desperta uma forte necessidade de aproximação da natureza e de melhores condições de vida.

Depois de morar em Brasília na Granja do Ipê, num projeto onde viviam 15 famílias dentro de uma proposta de comunidade e realizando trabalho voluntário, moramos em duas chácaras localizadas na BR-020 em Sobradinho, cidade satélite à 20 km do plano piloto. A primeira já estava sendo transformada em um condomínio fechado com oito famílias, mas enfrentava uma série de problemas para sua regularização; a outra era rodeada por um condomínio fechado de porte médio, chamado “Morada dos Nobres”, e por várias outras pequenas chácaras de lazer (que talvez hoje já tenham sido incorporadas na área do condomínio). Existiam vários conflitos no local, sendo o principal deles a questão do acesso as chácaras, que tinha que ser por dentro do condomínio e enfrentava uma série de restrições e disputas, gerando bastante desconforto entre os moradores antigos e novos. As

relações sociais já eram aos moldes urbanos, não havia interação, troca ou cooperação entre vizinhos, cada um vivia isolado em seu canto.

Vindo para Santa Catarina, tomou forma a ideia de realizar um “êxodo urbano” a partir da aquisição de uma chácara em Sorocaba do Sul, distrito de Biguaçu, Região Metropolitana de Florianópolis. Cansados do ritmo da cidade e impregnados de uma visão idealizada da natureza, da ideia de conquistar uma certa autosuficiência e de criar os filhos com tranquilidade, sem violência e sem maldade, fixamos residência na localidade. Algumas leituras que nos inspiraram foram “Walden ou a vida nos bosques” de Henry David Thoreau, o “Guia prático da auto-suficiência”, de John Seymour, e a “Unidade da Vida” de Edson Hiroshi Seó, entre outros.

Chegando lá, o primeiro choque que tivemos foi a relação contraditória dos agricultores com a natureza, que a vêem como um recurso a ser explorado e dominado continuamente. As queimadas, a derrubada da floresta, a caça, o corte de madeira da mata atlântica (proibido por lei desde 1993), a extração do palmito para produção de conservas, o manejo do solo, das águas e da vegetação, o uso de herbicidas para a “capina química”, eram práticas cotidianas realizadas pela maioria dos agricultores. Atrás daquela aparente tranquilidade e harmonia, a relação com a natureza era tensa, uma luta constante.

Mesmo sendo uma localidade onde a agricultura estava em franca decadência, e que com a melhoria do transporte urbano tornou-se um “distrito-dormitório”, a chegada escalar de urbanos e o crescimento dos sítios de lazer trouxeram uma série de mudanças locais, entre elas, a valorização e construção na comunidade de um novo olhar para suas belezas naturais, que encantam todos que lá chegam.

Os sítios de lazer aumentaram a oferta de mão de obra para serviços como pedreiro, carpinteiro, eletricista, domésticos e caseiros, fazendo que com muitos moradores permanecessem no local. Além da ideia de preservação ambiental, os novos moradores introduziram novos cultivos e criações de animais, atentos às novas tendências do mercado, que influenciaram os agricultores locais. Entretanto, ao valorizar essas áreas, contribuíram também para retraindo ainda mais a agricultura, pois muitos venderam parte de suas terras, permanecendo como empregados numa terra que até pouco tempo era sua.

A falta de infraestrutura era outro problema sério. A energia elétrica era precária, não havia telefone (apenas um posto telefônico com celular rural junto à igreja) nem coleta de lixo, as estradas eram ruins, os automóveis atolavam em dias de muita chuva. Certa vez, ficamos ilhados durante vários dias nas enchentes que ocorreram em 1995 e 1997, que destruíram os dois acessos à localidade.

Do ponto de vista ambiental, era ainda pior. Não havia uma relação de “amor à natureza”, pelo contrário: os dejetos dos animais e humanos eram lançados nos rios, o lixo era disposto em lugares inadequados, usavam-se indiscriminadamente os “remédios” (os agrotóxicos), o desmatamento e as queimadas eram frequentes, causando erosão, assoreamento e até voçorocamento em muitas áreas.

Em relação às práticas agrícolas, percebemos que eram cada vez mais “artificiais”, portanto fora dos nossos ideais de uma agricultura natural e ecológica, sem uso de adubos químicos, venenos e afins. Ninguém mais perdia tempo colocando as galinhas para “chocar”: os pintinhos eram comprados em agropecuárias da cidade e mantidos aquecidos com luz elétrica dia e noite. Também preferiam as raças melhoradas, que comiam vorazmente e cresciam absurdamente rápido, estando prontas para o abate em aproximadamente 90 dias (nos abatedouros industriais, esse prazo é ainda menor).

O plantio a partir de mudas prontas (em bandejas) já se difundia, utilizado nos cultivos de hortaliças e nas espécies florestais. Ninguém escolhia ou guardava suas sementes, fazendo sementeiras ou mudas para o plantio. Capinar ao redor da casa, nem pensar. Era só colocar um remédio que “rapidinho tá limpo”. A piscicultura era praticada como uma “agricultura de peixes”: os açudes eram adubados, colocados os alevinos e tratados, depois de um tempo esses açudes eram esgotados para a retirada dos peixes e novamente reiniciava o processo, como se fosse um ciclo agrícola de adubação-plantio-colheita, sempre numa ideia de agilidade e eficácia.

Como já vínhamos estudando há algum tempo sobre plantas medicinais, condimentares e espécies nativas, optamos por fazer alguns cursos novos que estavam sendo oferecidos pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), como produção de mudas, plantas medicinais e agroecologia para participar do “circuito produtivo”. Os treinamentos foram muito bons, trouxeram uma série de conhecimentos e técnicas novas (e

muitos conhecimentos antigos que estão sendo revigorados), além de contatos com outros produtores, com profissionais da área, com extensionistas rurais.

Mas o que chamou a atenção foi justamente o forte conteúdo técnico e a dependência cada vez maior de insumos em cada etapa da produção. No caso das plantas medicinais ainda não havia uma oferta significativa de sementes (todos ainda compartilhavam mudas), mas todos os outros processos inseriam o agricultor numa cadeia produtiva complexa, precisando adquirir uma infinidade de materiais para produzir as mudas, desde o substrato comercial (que era mais equilibrado, não tinha inço nem perigo de contaminação), os saquinhos para as mudas (que ficavam mais apresentáveis, eram mais leves e práticos), as bandejas, as caixas para transporte, uma verdadeira “cartilha” de inseticidas, até a estrutura dos viveiros, que utilizavam plástico, tela de sombreamento, equipamentos para controle de temperatura, irrigação, etc, todos muito dispendiosos na época.

Tivemos também um choque com o modo de vida local. Além da curiosidade e de uma interferência excessiva na vida alheia, as pessoas circulavam livremente pelos terrenos dos outros, colhiam, caçavam, pois com excessão das áreas destinadas ao gado, a maioria das propriedades não possuía cerca, muro ou grade, aparatos típicos de delimitação da propriedade privada dentro de uma visão urbana. Os chamados “desfrutes”, os antigos caminhos de circulação entre as propriedades também geravam uma série de conflitos e foi com muita dificuldade e enfrentamentos que os novos moradores impuseram alguns limites. O tempo lento, as inúmeras pausas durante o trabalho, as conversas sem pressa com quem passasse pela estrada, tudo isso nos causava estranhamento. Com o convívio e com o passar do tempo, passamos a compreender melhor e aceitarmos as diferenças de ritmo.

As relações clientelistas igualmente nos incomodavam. “O meu vereador” era aquele que trocava votos por algumas horas-máquina, por uma “carrada de barro” ou areia, pela instalação da energia elétrica e que se utilizava da sua influência pessoal e da máquina municipal para atender a necessidades pessoais. O que mais nos surpreendia era que estávamos a apenas 37 km de Florianópolis, capital do Estado, completamente inserida no processo global, pelo menos do ponto de vista turístico.

No entanto, apesar de todas estas diferenças e da desconstrução de todas nossas idealizações, a experiência de viver na área rural foi extraordinária. A

simplicidade, o acolhimento, a solidariedade das pessoas, a amizade, o compartilhamento dos alimentos e da vida são valores que levamos conosco quando partimos de lá. A relação com os idosos, com os deficientes, a desafetação dos jovens, a fé religiosa, a aceitação frente às provações da vida definitivamente são diferentes do modo de vida urbano, pautado no individualismo e numa busca incessante por bens, sucesso, posição, e que tanta insatisfação causa nas pessoas.

Há uma forte relação de troca de produtos, de trabalho, de experiências. A acolhida é diferente, as pessoas se encontram a qualquer hora, param o que estão fazendo, conversam, tomam café, não precisa avisar com antecedência a visita, nem marcar hora como na cidade.

Além disso, aprendemos a observar de perto a natureza e ver que “ela não é fácil”. O manejo com as plantas e animais, com os predadores, pragas e doenças, os temporais, as enchentes, as ventanias, todos os eventos tinham uma amplitude e uma força muito maior lá. Abrandamos nossa crítica com os agricultores, entendendo um pouco da sua visão de mundo e de suas práticas, como a caça para o consumo (e lazer) e a necessidade de manejo nas propriedades, como o corte de algumas árvores para utilização em construções, cercas, pequenos reparos, etc. A lenta construção de uma mentalidade de preservação dos recursos locais (via contatos com novos moradores, pelas informações veiculadas no rádio, jornais e televisão) só piorava com a repressão agressiva dos órgãos ambientais que gerava ainda mais resistência dos agricultores.

Todas essas vivências fizeram com que me interessasse em estudar a localidade, seus problemas e seu modo de vida, para construir um olhar diferenciado e valorizar a cultura local, que originou o trabalho de conclusão de curso de graduação em Geografia junto à Universidade Federal de Santa Catarina, intitulado “Sorocaba do Sul, Biguaçu/SC: transformações socioespaciais de 1970 aos dias atuais” defendido em 2004.

Voltando em 2005 a residir em São Leopoldo, minha terra natal, logo desejei rever Lomba Grande, local bastante frequentado em minha infância para passeios na chácara dos avôs. Tive um impacto muito grande ao ver as transformações profundas que lá ocorreram em apenas 20 anos: a área central quase totalmente urbanizada, a exploração turística, o comércio, a circulação de carros e pessoas, os condomínios fechados, os novos estilos urbanos de moradia.

O contraste com a realidade de Sorocaba do Sul era absurdo, e despertou o interesse de investigar melhor esse processo, inicialmente na monografia do curso de especialização em Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, denominado “A produção do espaço em Lomba Grande, Novo Hamburgo/RS: novos usos rurais” (2007), quando foi feito um estudo sobre algumas funcionalidades rurais da atualidade, com ênfase no turismo rural.

Ao me candidatar à seleção de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS tive o anseio de aprofundar a temática, por considerar o assunto relevante e para tentar explicar alguns aspectos da relação cidade e campo na atualidade, como que esta relação vem se modificando a partir da generalização das relações urbanas e, mesmo que as escalas sejam diferentes, como que a realidade local se articula com a totalidade global, materializando novos nexos. As reflexões sobre essas transformações serão apresentadas a seguir.

## Introdução

Lindíssimos 8,3ha, 12 min. do centro de Lomba Grande, 150m do asfalto, casa, vertente, riacho vista panorâmica, mata nativa, natureza exuberante. R\$180.000,0. Tr. tel. 3596-1160 (Jornal ABC, 20/02/2009)

Anúncios como esse, veiculados nos jornais locais, tornam-se cada vez mais frequentes na imprensa da Região Metropolitana de Porto Alegre. Eles evidenciam que as periferias rurais das grandes cidades vêm a cada dia desempenhando novas funções, deixando de ser o espaço consagrado da atividade agrícola, para adquirirem outro papel no contexto atual, a partir da expansão das relações urbanas nessas áreas. Esse fenômeno expressa novas tendências de organização espacial da sociedade, onde a lógica urbana representa o elemento-chave da ocupação do espaço, numa realidade dinâmica que se modifica constantemente.

A área de estudo a que se reporta esta pesquisa está localizada na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), Estado do Rio Grande do Sul, e especificamente no Município de Novo Hamburgo, situado no Vale do Rio dos Sinos, onde predomina a produção industrial no setor coureiro-calçadista. O recorte espacial a ser investigado compreende o bairro Lomba Grande, no qual se verificam as interações mais expressivas entre a cidade e o campo.

Nosso propósito nesta pesquisa é investigar aspectos das transformações que estão ocorrendo em Lomba Grande, considerando as mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas que se materializam no espaço e que nos permitem explicar as novas feições impressas na paisagem rural na contemporaneidade, sob influência econômica, social e cultural da urbanização.

A ocupação do Vale do Sinos iniciou-se na primeira metade do século XIX com a chegada dos primeiros imigrantes alemães no Brasil e com a organização

de um sistema produtivo com base na pequena produção agrícola camponesa e no artesanato de ferramentas e utensílios, que originaram um expressivo comércio. Em meados do século XX, a atividade manufatureira de calçados passou a representar a principal fonte de riqueza da região, alterando as relações sociais, de parentesco, religião e cultura da sociedade colonial alemã (SCHNEIDER, 1999).

A partir dessa época, a industrialização crescente no país impôs o modelo urbano-industrial ao agrário, e a agricultura entrou em crise, causando profundas transformações nos diferentes espaços. No plano local, além da influência da conjuntura nacional, o declínio da agricultura foi ocasionado pelo modelo de exploração utilizado pelos agricultores e o excessivo parcelamento das propriedades, que esgotaram o solo, diminuindo sua produtividade e empobrecendo os agricultores (WAIBEL, 1979).

Ao mesmo tempo, ocorreu o desenvolvimento do setor coureiro-calçadista na região, que passou a absorver uma mão de obra crescente, e exerceu forte atração sobre as populações rurais, fazendo com que a localidade entrasse num período de estagnação econômica, com expressiva saída das populações em direção às cidades próximas (SCHNEIDER, 1999).

Mais recentemente, novas transformações se materializam em Lomba Grande, influenciadas pela intensa urbanização e industrialização da Região Metropolitana de Porto Alegre, que se estende em direção às periferias, definindo-lhes novas funcionalidades. Começa um processo de diversificação das atividades econômicas e das formas de ocupação e uso do solo, que repercutem nas múltiplas relações que acontecem nesse espaço.

De uma área agrícola produtiva no passado, hoje Lomba Grande concentra um grande número de sítios de lazer, empreendimentos turísticos e de educação ambiental, vários condomínios fechados e também estabelecimentos rurais que permanecem com suas atividades tradicionais, bem como as moradias de trabalhadores rurais aposentados.

Com a ampliação da concessão das aposentadorias rurais (aprovada na Constituição Federal de 1988) houve uma melhora importante na renda dos agricultores, o que contribuiu para a permanência das famílias na localidade. Também ocorre o abandono gradual das atividades agrícolas à medida que aumentam as ocupações não-agrícolas, dentro e fora das propriedades rurais, alterando as relações de trabalho e o modo de vida local.

Além disso, Lomba Grande passa à categoria de bairro conforme o Plano Diretor de Novo Hamburgo, que introduziu modificações importantes nos aspectos legais e territoriais. Como o bairro ocupa cerca de 60% da área do município, representa importante área de expansão de Novo Hamburgo e pretende-se (pelo menos no discurso) que a área seja “preservada”, mantendo algumas das suas características rurais, apesar dos crescentes conteúdos urbanos. Assim, o rural deixa de ser apenas local de produção para tornar-se lugar de consumo, de moradia, de lazer, de encontro, de turismo: em pouco tempo, alteram-se as relações sociais, econômicas, políticas e culturais, surgindo novas feições no lugar.

É perceptível que a urbanização vem constantemente modificando a paisagem, sendo reflexo de etapas locais da formação social dentro do sistema capitalista. Para Barrios (1986), a evolução das formações sociais passa de uma situação de simples ocupação e aproveitamento do espaço, para um processo de transformação cada vez mais profundo, que envolve não apenas a produção de bens materiais, mas também a adequação do meio circundante às necessidades individuais, familiares, coletivas, e das formações sociais em seu conjunto.

Podemos, então, entender o espaço como um produto social em processo permanente de transformação (Santos, 1985) que concretiza as práticas dos diferentes grupos sociais ao longo do tempo. Segundo Santos (2002, p. 63),

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá [...] Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam as formas como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma.

O espaço é hoje “um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoados por um sistema de ações igualmente imbuído de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e seus habitantes”. À medida que esses conteúdos técnicos penetram indiscriminadamente nos espaços, originam diferentes situações e processos, que estabelecem novos nexos (SANTOS, 2002, p. 63).

Esse fenômeno é observado por Rodrigues (2001, p. 102), ao salientar “a artificial separação entre o mundo rural e o mundo urbano no período

contemporâneo, cujos espaços, de maneira quase indiscriminada, são marcados de forte conteúdo de ciência, técnica e informação”. Por conseguinte, as definições clássicas de cidade e de campo não dão mais conta de explicar a realidade que se configura hoje.

Mesmo que as escalas sejam diferentes e as mudanças aconteçam de formas distintas de um lugar para outro, o processo de urbanização não está desvinculado da totalidade social, marcada por disparidades e contradições. Ele expressa o alargamento do “processo de mundialização da sociedade, enquanto constituição da sociedade urbana contemporânea” (CARLOS, 2004, p. 21).

Se os lugares mudam de significação, de valor e de função à medida que decorre o tempo, consideramos que a categoria da Formação Socioespacial, desenvolvida por Milton Santos (1979), pode elucidar aspectos do processo que acontece em nossa área de estudo.

O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos (SANTOS, 1979, p. 18).

Para Santos (1979), a noção de formação social está vinculada à evolução de uma dada sociedade em sua totalidade histórico-concreta e não pode ser compreendida sem a noção de espaço geográfico, que é tanto o produto quanto a condição de reprodução das relações sociais. Por isso a categoria une, de forma inseparável, a evolução das formações históricas e sociais com o espaço, ou seja, as formações socioespaciais.

Quando a sociedade muda, o conjunto de suas funções muda em quantidade e em qualidade. Tais funções se realizam onde as condições de instalação se apresentam como melhores. Mas essas áreas geográficas de realização concreta da totalidade social têm papel exclusivamente funcional, enquanto as mudanças são globais e estruturais e abrangem a totalidade social, isto é, o Mundo, ou a Formação Socioeconômica (SANTOS, 2002, p. 116).

Nesse sentido, as mudanças que acontecem no campo, na atualidade, refletem a dinâmica social e espacial contemporânea, que amplia sua lógica em direção às periferias rurais das cidades, atribuindo-lhes novos papéis, surgindo

novos e complexos conteúdos. A implantação de usos urbanos, como equipamentos de lazer, equipamentos industriais, serviços, moradia e outros se tornam comuns na paisagem rural, assim como a cidade busca, dentro da ideia de preservação ambiental, confeccionar amenidades para seus habitantes, redefinindo a relação entre a cidade e o campo.

Trazendo essas reflexões para a área de estudo, percebe-se em Lomba Grande que a paisagem predominante ainda é rural, com a presença marcante de elementos naturais. Mas a natureza não é uma coisa estática: ao contrário, seu dinamismo acontece continuamente, mesmo que sob uma aparente inércia, que Santos (1979, p. 19) denomina de “inércia dinâmica”.

Com a disposição cada vez maior de elementos urbanos, muda aos poucos a configuração dos espaços: agora, a localidade é de fato um bairro. E aumentam as contradições, pois a manutenção das características rurais e dos atrativos naturais do bairro é importante para a atividade turística, assim como o acesso aos equipamentos urbanos representa a possibilidade de maior integração com a cidade, ampliando as conexões entre estes dois espaços.

Assim, ao identificarmos as características e dinâmica do que está ocorrendo na localidade, esperamos apreender como se expressa a relação entre a cidade e o campo hoje, em que os fortes conteúdos técnicos, científicos e informacionais se disseminam e promovem modificações intensas nos diversos espaços, submetidas ao modelo econômico globalizante.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, estabelecemos como objetivo geral *identificar e analisar as transformações que estão ocorrendo em Lomba Grande, município de Novo Hamburgo/RS, em seu processo de transição rural/urbano*, com ênfase nas mudanças em curso a partir da década de 1980.

Deste objetivo geral derivaram outras inquietações que se configuram nos objetivos específicos da pesquisa, entre eles:

1. Resgatar aspectos históricos da formação socioespacial de Lomba Grande, visando compreender sua transição de núcleo rural para área urbana;
2. Discutir aspectos da organização do espaço através da relação cidade-campo, analisando as transformações sociais, culturais, ambientais e econômicas introduzidas pela lógica da urbanização;
3. Discutir parâmetros da reestruturação do modo de vida local, a partir das novas tendências urbanas pós-modernas;

4. Analisar a inserção de Lomba Grande na Região Metropolitana e seu processo de urbanização em relação ao contexto estadual/nacional.

Após a definição dos objetivos do trabalho, a próxima etapa foi estabelecer os *procedimentos metodológicos* a serem utilizados. Iniciamos refletindo sobre alguns referenciais teórico-metodológicos fundamentais na elaboração desta pesquisa.

Segundo Harvey (1980, p. 17), necessitamos buscar conceitos que nos orientem “a harmonizar e integrar estratégias capazes de lidar com as complexidades do processo social e os elementos da forma espacial”. Nesse sentido, a compreensão dos processos espaciais em toda sua complexidade depende de uma apreciação dos processos sociais, assim como a compreensão do processo social implica na apreciação da forma espacial.

Dessa forma, procuramos desenvolver uma estrutura teórica que nos permitisse relacionar os aspectos sociais e espaciais, tentando realizar uma análise abrangente e não fragmentada da problemática rural-urbana na atualidade. Escolhemos Lomba Grande como recorte espacial de análise por acreditar que examinar os fenômenos sociais a nível local possibilita a compreensão de outros processos e lugares do mundo em sua crescente complexidade.

A questão principal que instigou a pesquisa foi analisar a mudança que se processa na relação entre a cidade e o campo na atualidade, entender o que é essa relação, como se configura, quais são suas manifestações e quais perspectivas se delineiam para o futuro, num contexto em que a expansão da lógica urbana penetra em todos os lugares, promovendo transformações radicais nos diferentes espaços.

Lefebvre (1999) utiliza-se da dialética para interpretar a dinâmica social, sugerindo algumas tendências, em que a urbanização emerge fortemente para dominar o cenário mundial, ou seja, a humanidade caminha neste tempo histórico para um processo de urbanização completa.

Santos (1979, p. 14) enfatiza que “os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Desse ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos meios de produção”.

Portanto, o entendimento do espaço deve levar em conta “os objetos geográficos, as paisagens, as configurações geográficas, a materialidade”

considerando que “o espaço não é apenas um receptáculo da história, mas condição de sua realização” (SANTOS, 2002, p. 126).

Desse modo, pensar a cidade e o campo envolve o contexto atual da economia globalizada, que aponta para uma redefinição das relações sociais e territoriais, da organização das cidades, do surgimento de novas centralidades, da expansão das periferias e

(...) da reprodução do espaço em um plano mais amplo, onde a sociedade urbana se expressa não apenas na realidade concreta, mas também como tendência, impondo um modo de vida que obedece à racionalidade inerente ao processo de reprodução das relações sociais (CARLOS, 2004, p. 22).

Para Carlos (2004), os esforços para a análise da cidade devem ser no sentido de considerar a realidade urbana em sua totalidade, vendo-a não apenas como um espaço de reprodução do capital ou da dominação do Estado, mas contemplando os processos constitutivos do espaço social. É preciso pensar nas relações mais abrangentes, não apenas restritas ao plano econômico, às mercadorias e ao mundo do trabalho, mas também ao habitar, ao lazer, à esfera da vida cotidiana.

Nessa perspectiva, podemos extrapolar a análise circunscrita à cidade para a análise da relação entre a cidade e o campo, pois esses dois espaços distintos, antagônicos e complementares, envolvem muitas outras relações além das econômicas. Mesmo que estejam submetidos à mesma racionalidade, expressam nas suas particularidades os seus diferentes conteúdos sociais e culturais (SPOSITO, 1999).

Após a definição da área de estudo, realizamos alguns levantamentos preliminares, para reconhecimento do local e para auxiliar nossa análise do fenômeno. De posse dessas informações, estabelecemos as seguintes etapas metodológicas:

## ***Revisão teórica e metodológica***

Inicialmente, fizemos a revisão teórica e metodológica dos assuntos a serem discutidos no trabalho, como a relação cidade-campo, as definições de paisagem urbana e rural, a metropolização, a pós-modernidade, entre outros, que forneceram os aportes teóricos fundamentais para a pesquisa e permitiram identificar os elementos componentes desse processo, possibilitando o entendimento do fenômeno em curso na área de estudo.

Coletamos dados e informações em livros, dissertações, teses e publicações científicas nas bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Biblioteca Pública de Novo Hamburgo, Biblioteca da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. Também pesquisamos em publicações, artigos científicos, notícias e documentos oficiais disponíveis na internet.

## ***Levantamento bibliográfico e cartográfico***

A etapa seguinte consistiu na busca de informações em instituições e órgãos públicos como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural (SDR), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU), Empresa de Assistência e Extensão Rural (EMATER) de Lomba Grande e Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

Nessas instituições coletamos informações específicas em relação à ocupação humana, relatos históricos, dados socioeconômicos, demográficos e mapas. A partir desses dados pudemos verificar o processo de ocupação humana e suas consequências na transformação do espaço local.

## ***Pesquisa de campo e entrevistas***

Após a obtenção dos subsídios bibliográficos e das informações obtidas junto às instituições citadas, iniciamos as pesquisas de campo e entrevistas para averiguarmos os aspectos econômicos, sociais, culturais e espaciais da localidade e suas mudanças recentes. Aplicamos entrevistas com questões abertas (vide roteiro no Anexo A) junto aos moradores antigos e novos, agricultores, feirantes, funcionários públicos e turistas.

Procuramos também observar o cotidiano das pessoas e o espaço onde vivem, captando suas percepções, suas experiências, seus hábitos, as relações que estabelecem e a leitura que fazem do lugar. Para isso, além dos trabalhos de campo e das entrevistas, frequentamos as feiras do agricultor, aos sábados, participamos dos principais eventos realizados, como rodeios, festas religiosas, atividades culturais e também visitamos alguns espaços de lazer e turismo, buscando um olhar mais apurado da realidade local. Ao mesmo tempo, realizamos a documentação fotográfica do espaço estudado.

Para identificar os novos estilos de moradia e a valorização da terra, analisamos anúncios imobiliários publicados nos principais jornais da Região Metropolitana e sites de imobiliárias, comparando com os valores praticados em outros municípios da região. Também fizemos várias incursões *in loco*, para entrevistas com moradores, proprietários de sítios de lazer, corretores de imóveis e outros.

## ***Interpretação dos resultados***

De posse dos dados coletados, reunimos posteriormente as informações teóricas com as observações de campo e entrevistas para realizarmos a interpretação e a análise desses elementos. Por fim, elaboramos o texto final da dissertação.

Como resultado das reflexões realizadas, o texto final desta dissertação apresenta a seguinte estrutura:

O capítulo 1 apresenta aspectos da história do lugar, sua gênese e ocupação, sua trajetória, suas singularidades, cultura e modo de vida e a inserção de Lomba Grande na economia do município, no passado e nos dias atuais.

No capítulo 2, é abordada a relação entre a cidade e o campo na atualidade, considerando suas mudanças ao longo do tempo, as diferenças entre a paisagem rural e urbana, a influência e expansão das relações urbanas (e metropolitanas) e as relações sociais e espaciais que se configuram no atual contexto da pós-modernidade.

O capítulo 3 explora o processo de transformação do espaço rural desencadeado a partir do declínio da agricultura, o surgimento da pluriatividade, o processo de envelhecimento e de masculinização da população rural. Discute também a influência da Região Metropolitana de Porto Alegre no modo de vida e de trabalho, nos padrões de moradia e no valor da terra. Por fim, são apresentadas as mudanças nos marcos legais introduzidas com o Plano Diretor do Município que impõem um novo ordenamento territorial e a contribuição da aposentadoria rural como possibilidade de permanência no campo.

O capítulo 4 apresenta as novas funções atribuídas ao espaço rural que surgem a partir das demandas urbanas, como a oferta de serviços, as inovações na paisagem introduzidas pelos novos padrões de moradia, como os sítios de lazer e os condomínios fechados e as atividades relacionadas ao lazer e turismo.

No capítulo 5, são feitas algumas reflexões finais sobre perspectivas futuras para Lomba Grande, a partir da problemática discutida ao longo do trabalho e das observações empíricas realizadas durante as saídas de campo.

Nas considerações finais, fazemos algumas ponderações resultantes desta pesquisa, refletindo sobre as mudanças recentes na organização espacial e seus desdobramentos na vida cotidiana dos moradores. Esperamos que estas reflexões possam contribuir para a compreensão das mudanças na relação entre a cidade e o campo na atualidade, cada vez mais articuladas às tendências econômicas, sociais e culturais globalizantes.

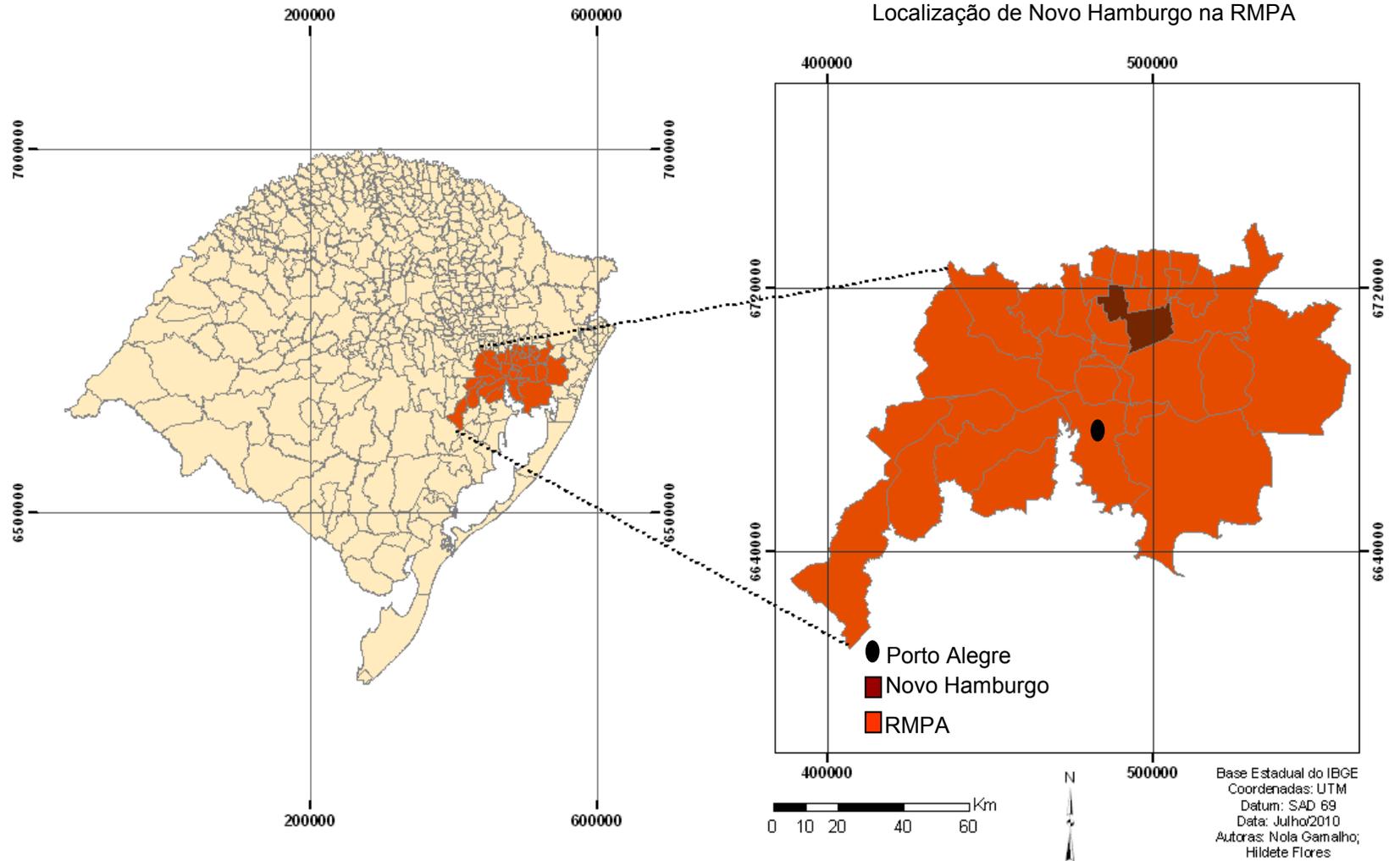
## **1. O lugar Lomba Grande em um contexto de mudanças**

O município de Novo Hamburgo localiza-se no Vale do Rio dos Sinos, e pertence à Região Metropolitana de Porto Alegre (Figura 1), distante 45 km da capital. Ocupa uma área total de 225,51km<sup>2</sup>, com uma população de 236.193 habitantes, segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), e 257.746 habitantes, pela estimativa da população realizada em 1º/07/2009 (IBGE, 2009). Está inserido na Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos, e seu clima classifica-se como mesotérmico úmido, com temperatura média anual de 22,1°C. Sua altitude varia de 5,70m a uma altitude máxima de 345,40m (NOVO HAMBURGO, 2001).

O município possui uma atividade industrial diversificada, com indústrias nos setores químico, metalúrgico, plástico, calçadista e de artefatos de couro, metal-mecânico e de componentes eletrônicos. Possui principalmente uma estrutura empresarial voltada para o comércio externo, sendo que a indústria de couro, calçados e artefatos é o principal elemento da sua pauta de exportações, contribuindo com aproximadamente 20% das exportações de calçados do estado, que atingiu um total de U\$765.803.317 no ano de 2009, segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (ABICALÇADOS, 2009).

Dados do IBGE (2007) indicam que o Produto Interno Bruto Municipal (PIB) é de R\$ 4.113.919 mil e o PIB per capita atinge R\$16.256,00. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-m) de Novo Hamburgo é de 0,809 e ocupa a 394ª posição no ranking nacional de municípios, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2003).

## Região Metropolitana de Porto Alegre



O bairro<sup>1</sup> Lomba Grande (Figura 2), objeto desta pesquisa, está situado a 12 km do centro urbano, com acesso por rodovias pavimentadas e ocupa uma área de 143,67km<sup>2</sup>, que representa cerca de 60% da área total do município. Sua população<sup>2</sup> é de 4.204 habitantes, aproximadamente 2% da população de Novo Hamburgo (IBGE, 2002).

As localidades<sup>3</sup> que pertencem ao bairro são: Quilombo, São Jacó, Morro dos Bois, Taimbé, Santa Maria do Butiá, São João do Deserto, Wallahay, Integração, Passo do Peão, Passo dos Corvos, Travessão (EMATER, 1999).

Situado na Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos, Lomba Grande possui como principais arroios o Arroio Peão, Quilombo, Passo dos Corvos, Lomba Grande, Taimbé, Guari, São Jacó e Butiá, os quais deságuam no Rio dos Sinos, fazendo parte de um complexo de arroios que abastecem os banhados formados pela planície. No aspecto geológico, apresenta uma grande área derivada da Formação Botucatu, especialmente em seus limites sul e sudeste, com grande quantidade de arenito, o que garante farta quantidade de água. Também existem elementos das formações Rosário e Serra Geral, com exploração de jazidas de basalto e pedregrês nos seus pontos de afloramento (NOVO HAMBURGO, 2001).

A partir de 1945, Lomba Grande deixou de ser sede do 6º Distrito de São Leopoldo para ser anexado ao município de Novo Hamburgo como sede do 3º Distrito (PETRY, 1966). Ficou, ao longo de décadas, praticamente isolado do centro urbano, pois os acessos rodoviários disponíveis naquela época eram interligados apenas a São Leopoldo e Campo Bom. É somente com a construção da Estrada da Integração Leopoldo Petry, em 1978, que se inicia de fato a aproximação com Novo

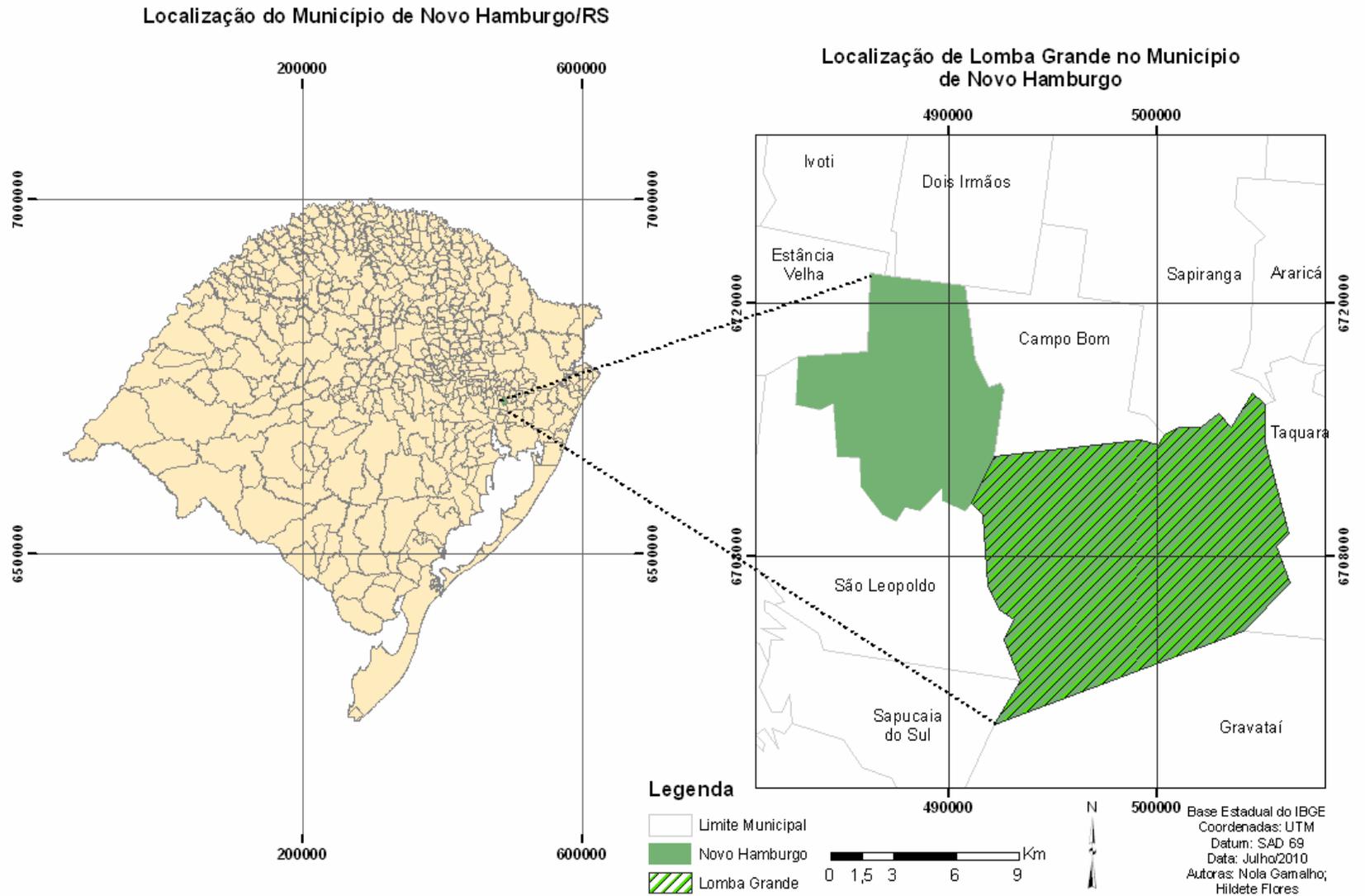
---

<sup>1</sup> Mesmo possuindo características de uma área rural, Lomba Grande deixou de ser sede do 3º distrito de Novo Hamburgo para tornar-se um bairro a partir de 2005, com a vigência do Plano Diretor Urbanístico Ambiental (PDUA), que implanta uma série de modificações nas formas de ocupação e uso do solo.

<sup>2</sup> Apesar dos dados do IBGE, dados não oficiais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lomba Grande estimam que a população local já atinja cerca de 15.000 habitantes. Somente quando saírem os resultados do Censo Demográfico 2010, que está em andamento, poderemos constatar se houve de fato este aumento expressivo da população.

<sup>3</sup> A designação *Lomba Grande* provavelmente se deve à presença de uma inclinação bastante íngreme, localizada na rua principal da localidade. Outras denominações interessantes são: *Quilombo*, por causa dos escravos que viviam na região desde o tempo da Real Feitoria do Linho Cânhamo, fazenda imperial de São Leopoldo; *São João do Deserto*, devido ao santo padroeiro local e pela pequena população que lá vivia; *Santa Maria do Butiá*, uma homenagem à santa padroeira e pela ocorrência da palmeira do gênero *Butia* e *Morro dos Bois*, que era o local onde os agricultores escondiam o gado para não serem confiscados pelo exército durante a revolução nos anos 1930 (Relatos do Sr. Leomir Pereira).

**Figura 2 - Localização da Área de Estudo**



Hamburgo, o que influenciou na manutenção dos costumes, do modo de vida e da cultura local<sup>4</sup>.

Ocupada a partir do século XIX, a localidade se desenvolveu com as atividades agropastoris, tendo na agricultura familiar<sup>5</sup> sua principal forma de reprodução social. Mas com o declínio da atividade agrícola e o desenvolvimento do setor coureiro-calçadista na região do Vale do Sinos, a partir dos anos 1960, entram em curso transformações expressivas no sistema produtivo e no modo de vida local.

Mais recentemente, mudam as formas de ocupação e uso do solo, com a crescente implantação de usos urbanos. Hoje, Lomba Grande reúne diferentes funções e atividades econômicas, como agroindústrias, lazer, turismo, moradia, entre outros, e deixa de ser exclusivamente o espaço da produção agrícola, apresentando novos conteúdos e novas relações sociais, econômicas, culturais.

Sobre este “novo” processo de ocupação e organização do espaço rural que vem se manifestando em escala local e global, citamos Santos (1985, p.49), que diz “sempre que a sociedade (a totalidade social) sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos (tanto os novos como os velhos) assumem novas funções; a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial”.

Nesse sentido, se considerarmos o espaço como um “conjunto indissociável de sistemas de objetos” (redes técnicas, prédios, ruas) “e de sistemas de ações” (organização do trabalho, produção, circulação e consumo de mercadorias, relações sociais) podemos entender como que as práticas sociais dos diferentes grupos se materializam ao longo do tempo e geram novos arranjos

---

<sup>4</sup> Informações obtidas em diversas entrevistas realizadas em Lomba Grande com moradores antigos e novos, com o Sr. Carlos Gutbier, Diretor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Sr. Leomir Pereira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lomba Grande, Sr. Carlos Roberto D’Ávila D’Ávila Rocha, do Escritório da EMATER em Lomba Grande. Ao longo do trabalho estarão inseridas algumas expressões utilizadas pelos entrevistados, destacadas no texto em itálico e entre aspas, representando suas vozes (Vide anexo A- Roteiro de entrevistas).

<sup>5</sup> Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Food and Agriculture Organization (FAO), a agricultura familiar se define a partir de três características centrais: “a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantém entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva” (INCRA/FAO, 1996, p.4). Disponível em < <http://www.incra.gov.br/portal/index>>, acesso em 20 mar. 2010.

estruturais (SANTOS, 2002, p. 63) e de que maneira essas transformações estão se manifestando no plano local.

Ao pensarmos o lugar como a porção do espaço que contém a dimensão da vida cotidiana, do tempo passado e presente, onde ocorrem complexas relações, é possível compreender as mudanças que, respeitadas suas singularidades, refletem “tendências” contemporâneas de reestruturação do espaço, tanto nas cidades como no campo. Para tentar desvendar aspectos desse processo, iniciaremos nossas reflexões contextualizando o lugar, apresentado a seguir.

### **1.1 O surgimento de Novo Hamburgo**

Os primeiros moradores das terras pertencentes ao atual município de Novo Hamburgo foram os índios, integrantes das tribos dos charruas e dos minuanos, que com a chegada dos colonizadores foram sendo expulsos em direção ao interior. A primeira leva de imigrantes alemães chegou ao Vale do Rio dos Sinos em 1824, e foi instalada na Real Feitoria do Linho Cânhamo, atraída por uma política imperial de incentivo à imigração que visava ocupar essa região do Rio Grande do Sul, aumentando sua população e evitando também possíveis invasões espanholas (PETRY, 1959).

A Real Feitoria consistia em um estabelecimento agropecuário imperial que utilizava mão de obra escrava para a produção e transformação do linho cânhamo em sacos e também em velas e cordas para barcos, peças fundamentais para o meio de transporte da época. Na margem esquerda do Rio dos Sinos, onde hoje se localiza o centro urbano de São Leopoldo e o bairro Feitoria, ficavam as áreas de plantação do linho cânhamo, e na margem direita do rio, hoje o bairro Rio dos Sinos, eram criados os bovinos para a produção de charque (PETRY, 1966).

Transferida de Canguçu para São Leopoldo em 1788, a Real Feitoria encerrou suas atividades em 1824, quando os escravos pertencentes ao império foram enviados para o Rio de Janeiro, e a área passou a ser utilizada para instalar os primeiros imigrantes (PETRY, 1966). Inicialmente, a colonização estrangeira era

feita era feita pelo governo imperial, que doava a cada imigrante um lote<sup>6</sup> de 70 hectares, fornecendo também ferramentas agrícolas, sementes e um pequeno subsídio. Apenas em 1855 é que começaram os projetos de colonização privada (WILLEMS, 1946).

Os imigrantes instalavam-se ao longo do curso dos rios, penetrando-lhes nos vales principais e tributários, e ocupando, aos poucos, todas as áreas cultiváveis dos sistemas fluviais. Com a chegada de novas levas de imigrantes, foram surgindo pequenos povoados em cada ponto de desembarque ao longo do Rio dos Sinos (MULLER, 1978).

Assim surgiu Novo Hamburgo, a partir do pequeno núcleo colonial chamado *Hamburger Berg* (hoje bairro de Hamburgo Velho), que foi elevado à categoria de sede do 2º. Distrito de São Leopoldo em 08/05/1875, e emancipado do Município de São Leopoldo através do Decreto nº. 3818, de 05 de abril de 1927 (MULLER, 1978).

Segundo Schneider (1999, p. 114), o sistema produtivo nas colônias alemãs

(...) combinava o trabalho com a terra com outras atividades como o artesanato rural, a produção domiciliar manufatureira e diversos tipos de trabalho extra-agrícolas temporários como a manutenção e construção de estradas, o desmatamento de florestas, etc.

Desse modo, o sistema produtivo colonial se organizou com a pequena produção agrícola e com o artesanato de ferramentas e utensílios, que consolidaram um expressivo comércio (SCHNEIDER, 1999). Os produtos agrícolas e artesanais eram transportados em lanchões pelo Rio dos Sinos para serem revendidos em Porto Alegre, movimentando a economia do núcleo colonial (PETRY, 1959).

---

<sup>6</sup> Os primeiros lotes coloniais eram delimitados a partir das margens de um curso d'água navegável, onde se traçava uma *linha* ou *picada*, na direção norte-sul ou leste-oeste. Ao longo desse caminho, definia-se a frente dos lotes de terra, geralmente com 110m ou 220m por 2200m a 3200m de fundo, formando lotes retangulares que influenciaram não só a forma de ocupação e exploração dos lotes, mas as relações sociais entre os colonos. Essas propriedades passaram a ser divididas em virtude das vendas e das partilhas familiares, reduzindo a superfície média das propriedades, o que contribuiu para o rápido esgotamento das atividades agrícolas (ROCHE, 1962).

No pequeno grupo de alemães que chegaram a São Leopoldo em 1824 havia quatro marceneiros, dois seleiros, um alfaiate, um sapateiro, um pedreiro, um ourives e um farmacêutico, além de um construtor de moinhos. Surgiu, então, uma série de pequenas indústrias, vinculadas às necessidades imediatas da colônia, como engenhos de mandioca e açúcar, serrarias, olarias, moinhos, destilarias de aguardente, fábrica de banha e laticínios. Em 1835, a colônia de São Leopoldo já possuía 16 engenhos de mandioca em atividade (WILLEMS, 1946).

Com a construção da primeira estrada de ferro do Estado, concluída em 1876, ligando Porto Alegre a Novo Hamburgo, o movimento de mercadorias e passageiros por essa via aumentou consideravelmente, decrescendo o uso de transporte fluvial. Transformada em ponto terminal de uma estrada de ferro, Novo Hamburgo se desenvolveu rapidamente. Circulavam pelo Distrito os produtos agrícolas vindos de Dois Irmãos, Bom Jardim, Herval, Sapiranga, e das colônias da Serra, além de artigos como ferramentas, fazendas e outros produtos manufaturados, dinamizando a economia local (PETRY, 1959).

A produção artesanal de artigos para montaria e calçados, feitos pelos colonos para atender as encomendas dos pecuaristas, também possibilitou o crescimento do comércio local. Produzindo de forma artesanal e familiar, posteriormente esses artesãos passaram a aperfeiçoar suas técnicas e a diversificar a produção, levando a uma especialização dos processos de curtimento do couro e da fabricação de calçados, que contribuíram para o processo de expansão do setor coureiro-calçadista na região (SCHNEIDER, 1999).

Com a chegada do fornecimento de energia elétrica, a partir de 1913, há um impulso considerável no setor, consolidando o processo de industrialização de Novo Hamburgo e ocorrendo a passagem definitiva do estágio artesanal para o fabril, quando se alteram as relações de trabalho e ocorrem profundas transformações no ambiente social. Em 05 de abril de 1927, Novo Hamburgo é emancipado de São Leopoldo, iniciando seu processo de crescimento econômico, social e cultural (SELBACH, 2006).

Para Roche (1969, p. 182), dentre as colônias alemãs instaladas no Rio Grande do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo foram as localidades que sofreram as transformações mais profundas e a evolução mais completa. “Novo Hamburgo passou, em 125 anos, da selva à eletrometalurgia”. Além da experiência trazida pelos imigrantes, a relativa facilidade de comunicação e a proximidade de

Porto Alegre favoreceram o desenvolvimento industrial do Vale do Sinos e as mudanças decorrentes desse processo.

## **1.2 O lugar chamado Lomba Grande**

Lomba Grande (Figura 3) iniciou seu povoamento antes de 1824, pois nessa época já existia na localidade, denominada Santa Maria do Butiá, à margem esquerda do Rio dos Sinos, um grupo de moradores descendentes de índios que se dedicavam à agricultura. Além desses, agricultores açorianos provenientes de Santa Catarina entraram por Osório, Santo Antônio da Patrulha e Gravataí para se fixarem no local. Os imigrantes alemães chegaram a partir de 1824 pela Feitoria Velha e povoaram a parte sul do distrito; também se estabeleceram na localidade algumas famílias oriundas das bandeiras paulistas, assim como descendentes de escravos (PETRY, 1959).



Figura 3 – Vista panorâmica de Lomba Grande (Autor: Sandro Lopes).

O modo de vida e de produção colonial era baseado na pequena propriedade familiar<sup>7</sup>, sendo as culturas principais a mandioca, o feijão, o milho, e a

---

<sup>7</sup> O conceito de produção familiar vem sendo rediscutido por muitos autores, dentro do atual resgate da importância da agricultura familiar e das diferentes manifestações desse processo no país (MARAFON, 2009). Para estabelecer conceitos, diretrizes e ações de desenvolvimento da agricultura familiar no país, está em vigor o Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996, que cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional de agricultura familiar e empresas familiares rurais. Disponível em <<http://legislacao.planalto.gov.br/legislacao>> e <[http://www.planalto.gov.br/ccvivil\\_03](http://www.planalto.gov.br/ccvivil_03)>, acesso em 20 mar. 2010).

batata inglesa, além de pequena criação de animais. A forma de produção consistia no desmatamento, arroteamento e rotação de terras, sendo que as dificuldades na hora de derrubar as matas para implantação das áreas de plantio fizeram com que os colonos criassem fortes vínculos de solidariedade, desenvolvendo uma organização social baseada nas relações de solidariedade vicinal (SCHNEIDER, 1999).

Nos anos 1960, a agricultura entra em declínio, devido ao excessivo parcelamento do solo e seu esgotamento, acentuando o processo de transformação deste espaço rural. Segundo Waibel (1979), um dos fatores que contribuiu para a crise da agricultura colonial foi o sistema de produção<sup>8</sup> utilizado em relação ao tamanho das áreas disponíveis, que levaria ao uso inadequado do solo e à consequente perda de fertilidade, conduzindo a população a um empobrecimento econômico, físico e moral (WAIBEL, 1979).

Ao constatar as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes e o estado de pobreza de muitas famílias, Waibel se distanciou da visão do assentamento dos imigrantes como sendo uma epopeia de luta do colono contra a floresta, e desfez o ideário de capacidade técnica e laboral dos estrangeiros que era apresentada como a causa do sucesso na colonização dessas áreas (SCHNEIDER, 2002).

A decadência da produção agrícola nas chamadas colônias velhas<sup>9</sup> do Vale do Sinos começa a partir do ano de 1890 e se aprofunda até os anos 1950,

---

<sup>8</sup> Ao analisar o processo de colonização alemã no sul do Brasil, Waibel (1979, p. 244-245), identificou três sistemas agrícolas distintos praticados pelos imigrantes, que poderiam ser entendidos como estágios de desenvolvimento da agricultura colonial: no primeiro estágio, considerado o mais primitivo, denominado de “sistema de rotação de terras primitiva”, utiliza-se a técnica indígena da coivara, que consiste no sistema de corte e queimada da floresta, e era utilizado em 45% das propriedades coloniais.

O segundo estágio, chamado de “sistema de rotação de terras melhorada”, consistia na mesma técnica utilizada na coivara, associada com a atividade pecuária, que possibilitava o uso do esterco na adubação, a introdução de equipamentos como o arado e permitia a prática do pousio nas suas propriedades. O autor observou que esse estágio era adotado por cerca de 50% dos estabelecimentos rurais.

O terceiro estágio, denominado “rotação de culturas combinada com a criação de gado”, consiste na aplicação da rotação de culturas em campos arados e adubados, nos quais a adubação ganha maior destaque; nesse sistema tudo gravita em torno da criação de gado. Necessitando de mais capital, trabalho e conhecimento, esse sistema podia ser encontrado em apenas 5% das propriedades rurais pesquisadas pelo autor.

<sup>9</sup> As colônias velhas correspondem às primeiras áreas colonizadas pelos imigrantes europeus, na região sudeste do Estado, formada pelas microrregiões do Vale do Sinos, Encosta da Serra, Vale do Caí e Vale do Taquari. As colônias novas são as áreas colonizadas pelos descendentes dos imigrantes que se situam na região norte-noroeste, nas atuais microrregiões do Alto Uruguai, Missões e Planalto Médio (SCHNEIDER, 1999).

tornando evidente que a forma de ocupação e o modelo de exploração da terra adotados pelos colonos inviabilizaram e reprodução social das propriedades, aumentando a migração em direção às colônias novas, localizadas no norte do Estado (SCHNEIDER, 1999).

No contexto nacional, a modernização da agricultura iniciada no Brasil na década de 1950, impulsionou as relações capitalistas no campo, provocando profundas mudanças socioespaciais. Através da chamada “Revolução Verde”, estruturada dentro de um pacote tecnológico que incluía o uso de variedades vegetais geneticamente melhoradas, a utilização de fertilizantes e agrotóxicos, a mecanização da lavoura e de sistemas de irrigação, buscava-se o aumento da produtividade, implantando um modelo de produção agrícola nos moldes capitalistas, que alterava os sistemas de cultivo tradicionais (SILVA, 1993).

Com esse modelo, o agricultor, que produzia de forma autônoma com insumos obtidos na sua própria terra ou comunidade, tornou-se dependente da grande indústria química e de equipamentos, não conseguindo competir no mercado com os grandes produtores e inviabilizando a reprodução social na sua propriedade (SILVA, 1993).

Além disso, o esquema oficial de fomento agrícola no Brasil, não se interessou, naquela época, em ajudar o pequeno produtor. Conforme salienta Silva (1999, p. 128), os grandes beneficiários das políticas públicas implantadas com a modernização da agricultura foram “os setores industriais localizados a montante e a jusante da atividade agrícola”, ou seja, as indústrias de insumos e máquinas agrícolas e as agroindústrias transformadoras dos produtos primários.

Com a expansão acelerada da grande empresa capitalista na agropecuária brasileira, entre as décadas de 1960 e 1970, ocorre a aniquilação de milhares de pequenas unidades de produção, que eram a base de sustentação do agricultor familiar. Este aprofundamento do capitalismo no campo, buscando a elevação da produtividade através do uso intensivo de adubos, inseticidas, maquinário e mão de obra assalariada, “industrializa” a agricultura e afasta o lavrador de seus meios de produção (SILVA, 1993).

Como a agricultura familiar se organizou por práticas de trabalho muito antigas, mantidas pelos agricultores desde a colonização, em pouco tempo acentuou-se o empobrecimento do solo, baixando a produtividade das lavouras (WAIBEL, 1979). Além disso, a falta de investimentos para a melhoria das culturas e

a dificuldade do pequeno produtor de competir nos mercados, fizeram com que a localidade entrasse num processo de estagnação econômica a partir dessa época.

Nessas condições, os agricultores buscam novas formas de sustento, geralmente migrando para as cidades próximas ou para as novas zonas pioneiras. Inicia-se, então, o processo de saída dos agricultores, os quais, nesse caso, vão se deslocar não só para o centro urbano do Município, mas para as chamadas colônias novas, localizadas na região norte e noroeste do Rio Grande do Sul, onde hoje se situam as microrregiões do Alto Uruguai, Missões e Planalto Médio (SCHNEIDER, 1999). Os deslocamentos da população podem ser observados através do Quadro 1, que apresenta dados dos Censos Demográficos do IBGE desde os anos 1960 até 2000, no qual se constata as alterações ocorridas com a população do Município.

**Quadro 1: População residente - rural e urbana/Município de Novo Hamburgo (1960 – 2000)**

Novo Hamburgo	1960	1970	1980	1991	2000
População urbana	45.344	81.252	133.221	201.502	231.855
População rural	8.572	4.112	3.282	4.166	4.204
Taxa de urbanização	84,10%	95,18%	97,59%	97,97%	98,21%
Total	53.916	85.364	136.503	205.668	236.059

Fonte: Censos Demográficos do IBGE anos 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Observa-se, pelos dados acima, que as taxas de população rural no município apresentaram uma queda brusca entre os anos 1960 e 1970, quando houve uma redução de aproximadamente 47% da população residente, continuando em queda nos anos 1980 e aumentando 27% na década de 1990, mantendo-se quase estável na década seguinte. Comparando-se com a evolução da população urbana de Novo Hamburgo, que cresceu recebendo também migrantes de outras regiões do Estado<sup>10</sup>

<sup>10</sup> Segundo Schneider (1999, p. 135), a expulsão dos trabalhadores rurais da região norte-noroeste do Estado fez aumentar as correntes migratórias em direção aos municípios do Vale do Sinos e Encosta da Serra, nos quais se estabeleceram as principais indústrias de calçados. No período de 1978 a 1985, dentre os municípios da região metropolitana, “Novo Hamburgo foi, sem dúvida, a cidade que atraiu o maior número de migrantes”. Tão rapidamente quanto se desenvolveram as indústrias, acentuou-se o crescimento desordenado do município, surgindo uma “série de problemas sociais e culturais decorrentes da urbanização caótica”.

e teve um aumento de quase 80% entre as décadas de 1960 e 1970, percebe-se que a população rural manteve sucessivamente suas taxas populacionais baixas.

A partir de 1980, o setor coureiro-calçadista começa uma estratégia empresarial de descentralização industrial (também chamada de interiorização), quando acontece o “deslocamento de partes dos processos produtivos ou unidades fabris inteiras para as zonas mais afastadas das cidades”, buscando “uma força de trabalho de baixo custo, mais disciplinada e mais cativa, representada pelos jovens colonos de origem alemã residentes nas áreas rurais” e que promove mudanças nas formas de produção no meio rural, retraindo ainda mais a atividade agrícola (SCHNEIDER, 1999, p. 140-141).

À medida que os filhos dos agricultores aderem ao trabalho assalariado, nasce a categoria do “colono-operário”, aquele que, de um lado, torna-se empregado assalariado da indústria calçadista e, de outro, permanece agricultor, morando na área rural, cultivando a terra, mesmo que ao “nível de subsistência”. Ele mantém seu vínculo com “o ambiente social e econômico rural”, diferenciando-se dos outros trabalhadores pela sua “ligação com a terra”, que garante sua relação com “o modo de vida colonial” (SCHNEIDER, 1999, p. 148).

Outro fator que confirma as mudanças na organização do trabalho nas unidades agrícolas familiares foi o incremento no cultivo da acácia negra (*Acacia decurrens Wild*), espécie florestal originária da Austrália, de cuja casca extrai-se o tanino, utilizado no curtimento do couro, representando uma alternativa produtiva e monetária aos agricultores. Como o cultivo dessa espécie não demandava muitos tratos culturais (considerada pelos colonos como uma “cultura de abandono”), esta atividade podia ser desenvolvida em tempo parcial, liberando os agricultores para outras atividades dentro da propriedade e mantendo seu trabalho assalariado nas fábricas (SCHNEIDER, 1999, p. 102).

Dessa forma, é possível observar que a agricultura permaneceu na localidade, mas de uma forma parcial, combinada com atividades não-agrícolas, evidenciando aspectos da chamada pluriatividade, que pode ser entendida como um mecanismo de sobrevivência dos pequenos produtores, à medida que desenvolvem ocupações diversas, complementares à agricultura, dentro ou fora do estabelecimento rural (CARNEIRO, 2006). Salientamos que esta diversificação das atividades, além de uma estratégia de sobrevivência, é a própria manifestação da aproximação do rural com o urbano e com a lógica do mercado.

### **1.3 Aspectos locais do modo de vida**

Para a maioria dos imigrantes alemães instalados no Brasil, a fixação na mata virgem em locais isolados, significou durante muito tempo, a luta pela sobrevivência, causando um desnivelamento cultural generalizado. Não havia tempo para atividades que não fossem aquelas ligadas à satisfação das necessidades vitais (WILLEMS, 1946).

Além de adaptarem-se às condições físicas e climáticas, e das limitações linguísticas, os imigrantes precisavam habituar-se às mudanças nos padrões alimentares, nas condições de higiene, no vestuário, nos tipos de habitação e, também na utilização de técnicas agrícolas consideradas rudimentares, como as praticadas pelos índios e caboclos<sup>11</sup> (WILLEMS, 1946).

As longas distâncias e a falta de vias de comunicação fizeram com que prosperassem as vendas coloniais, que se tornaram os principais empórios comerciais, nas quais a produção era vendida ou trocada por artigos inexistentes na região. Geralmente, a família mais prestigiada da colônia dedicava-se ao comércio, exercendo inclusive uma forte influência econômica e política na comunidade. Esses vendeiros mantinham um comércio direto com Porto Alegre, para onde transportavam os produtos em lanchões, através das empresas de navegação que se estabeleceram no Vale do Sinos. Com a comercialização da produção concentrada na mão dos vendeiros, esses se tornavam os “banqueiros” da colônia, mantendo uma relação de dependência permanente com os agricultores (WILLEMS, 1946).

---

<sup>11</sup> Discutindo esta questão na década de 1940, Willems (1946) afirma que a partir de 1850, a maioria dos países europeus já utilizava adubos químicos e a agricultura passava por uma transição de métodos extensivos e menos racionais para métodos intensivos e cada vez mais racionalizados, articulando as zonas rurais com os crescentes mercados urbanos. Segundo o autor, os imigrantes alemães que chegaram ao Brasil retrocederam, e passaram a utilizar as técnicas seculares desenvolvidas pelos índios e caboclos, que eram a derrubada, a queimada e a lavoura de enxada, considerada um processo primitivo (WILLEMS, 1946).

No aspecto cultural, as dificuldades impostas pela dispersão dos imigrantes em áreas imensas, fez com que os laços familiares e vicinais se fortalecessem, não apenas para a realização das atividades produtivas, mas para as atividades recreativas e culturais. E como grande parte dos imigrantes alemães vinha de pequenos povoados urbanos, tentaram transplantar para as colônias as formas citadinas de recreação, que consistiam em clubes de boliche, de canto orfeônico, de tiro ao alvo, de ginástica e montaria, que se organizaram em alguns núcleos coloniais (WILLEMS, 1946).

Outro aspecto marcante da colonização alemã refere-se às crenças religiosas. Ao chegar no Brasil, a liberdade de culto já era garantida na Constituição, o que possibilitou aos imigrantes organizar suas práticas religiosas conforme suas concepções filosóficas, padrões de comportamento e atitudes oriundos do país de origem. Evidentemente, esse foi um processo lento de organização, surgindo nessa época uma série de comunidades livres de protestantes, que não se associavam a nenhuma igreja. As dificuldades e provações enfrentadas pelos imigrantes contribuíram para que a religiosidade se fortalecesse, e os alemães se dividiram entre protestantes e católicos (WILLEMS, 1946).

A igreja, tanto a protestante como a católica, representava um importante elemento agregador da comunidade. A igreja protestante era muito influente, pois além da doutrina, servia de amálgama ao manter a língua, os costumes e as crenças do protestantismo alemão. A conversão ao catolicismo, por outro lado, representava maiores possibilidades de integração cultural e assimilação à sociedade brasileira (WILLEMS, 1946).

Desde aquela época, a vida religiosa, com suas festas, quermesses e procissões, possibilitava a interação da população, constituindo-se num local onde a comunidade partilhava de momentos celebrativos. O maior acontecimento festivo do ano eram os “kerbs”, festas tradicionais que reuniam nas paróquias os colonos de toda zona rural, num evento que normalmente durava três dias e três noites, possibilitando o encontro com familiares, amigos e conhecidos residentes em outras localidades (PETRY, 1959).

Atualmente, apesar das mudanças no cotidiano, nas relações sociais, nas formas de lazer e encontro em Lomba Grande, a igreja ainda se constitui num importante elemento agregador da comunidade, com um calendário anual de festas

dos santos padroeiros realizadas nas diversas paróquias da comunidade, e a festa anual de São José, celebrada em 19 de março na igreja matriz da localidade.

#### **1.4 A produção agrícola em Lomba Grande**

O processo de colonização no Vale do Sinos se estruturou através da produção agrícola familiar, que se caracteriza pela utilização da mão de obra familiar na exploração agropecuária e pela propriedade dos meios de produção (INCRA/FAO, 1996).

Além das práticas culturais de subsistência como ervilha, lentilha, centeio, fava, os imigrantes tentaram produzir trigo, algodão, amendoim, linho, girassol, muitas vezes sem obter sucesso. Os principais produtos agrícolas que passaram a ser cultivados, mais adaptados às condições climáticas e solos brasileiros, foram a cana-de-açúcar, a mandioca, a batata-doce, o feijão preto e o milho, sendo os dois últimos os produtos que garantiram por muito tempo o sustento dos colonos (ROCHE, 1969).

Entre 1858 e 1859, São Leopoldo chegou a ser um dos maiores produtores agrícolas do estado, contribuindo com 57,4% da produção total de feijão. O milho era totalmente aproveitado, desde na alimentação humana, forrageira para animais e produção de farinha, até em palha para colchões, tornando-se o principal produto da agricultura colonial. Em 1870, o milho representava 53% das exportações do município (ROCHE, 1969).

Naquela época, Lomba Grande participou ativamente da economia do município, com a produção de milho, mandioca, batata-doce, abóbora e a produção de farinha, pois a presença de inúmeros arroios favoreceu a construção de moinhos, atafonas, engenhos de cana-de-açúcar e também olarias. Entretanto, como os solos da localidade são pouco férteis, seu uso intensivo conduziu rapidamente ao esgotamento, diminuindo a produtividade e fazendo com que as populações se deslocassem em direção às colônias novas, às cidades próximas ou simplesmente abandonando a atividade agrícola (EMATER, 1999).

Como já mencionado, predomina em Lomba Grande a agricultura familiar, que se caracteriza principalmente pela produção de subsistência e pela inserção parcial aos mercados, sendo que muitas áreas agrícolas possuem área inferior ao módulo rural<sup>12</sup>. Estudos conduzidos por Lovois de Andrade Miguel (2004) apontam que nos municípios localizados ao norte da região metropolitana de Porto Alegre predomina a atividade agropecuária, na qual os agricultores familiares seguem dois padrões distintos: uma parte mantém sistemas produtivos voltados ao auto-consumo e liberam parte da mão de obra para o setor industrial e outro grupo de agricultores se caracteriza por implementar sistemas produtivos especializados, destinados ao mercado regional.

Spricigo (2007) sugere que essas áreas rurais podem ser consideradas, conforme a categoria de Von Thünen, um “primeiro anel”<sup>13</sup> ao redor das grandes cidades, o que possibilita que a atividade agrícola permaneça na região, num cenário onde a agricultura e a população rural convivem com um intenso processo de urbanização e industrialização.

Segundo dados obtidos junto à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Lomba Grande (EMATER), existem na localidade 1200 propriedades rurais cadastradas (Figura 4), sendo 700 propriedades de agricultores familiares; as outras 500 propriedades constituem os sítios de lazer e os 35 condomínios fechados rurais.

Do total de estabelecimentos rurais, aproximadamente 200 propriedades são de famílias que ainda mantêm a atividade agrícola e dela obtêm o

---

<sup>12</sup> A concepção de módulo rural pretende definir a área de terra ideal para o sustento de uma família de agricultores. Essa referência, definida no Estatuto da Terra, com o advento da Lei 6.746 de 10/12/79, passa a ser o módulo fiscal, estabelecido para cada município, e que contempla o tipo de exploração predominante, a renda obtida na exploração predominante e nas outras explorações existentes no município, bem como o conceito de propriedade familiar ([www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br), acesso em 14 out/2009). Para o INCRA, o minifúndio é a propriedade rural com área inferior ao módulo fiscal; a pequena propriedade é o imóvel rural com área compreendida entre um e quatro módulos fiscais; a propriedade média possui área entre quatro e quinze módulos fiscais, e a propriedade grande possui área superior a 15 módulos fiscais (INCRA, Instrução Normativa nº. 10, de 18/11/2002). Para a Região Sul do Brasil, o módulo fiscal médio é de 20 hectares; para Lomba Grande, o módulo fiscal médio é de 7 hectares, segundo informações fornecidas pelo Escritório da EMATER em Lomba Grande.

<sup>13</sup> No modelo proposto por Von Thünen, a distribuição das atividades agrícolas em torno de uma cidade se organiza através de “anéis”, em que cada um deles delimita uma área de cultivo de um produto. Assim, no primeiro anel, aparecem os produtos perecíveis e de baixo preço, como verduras, frutas e leite; no segundo anel, aparece a silvicultura; no terceiro anel, as culturas que envolvem um sistema de rotação e pousio, no quarto anel localizam-se as pastagens e, no quinto anel, a criação extensiva de animais (CORRÊA, 2003).

principal sustento, às vezes complementado pelos rendimentos da aposentadoria; as outras famílias desenvolvem também atividades fora da propriedade rural para contribuir com a melhoria da renda familiar. Quanto aos jovens, muitos trabalham na propriedade rural conciliando as atividades com seus estudos, enquanto outros buscam a inserção ocupacional nos centros urbanos.



Figura 4 – Vista de um sítio de lazer na localidade de Morro dos Bois (Foto do autor, março/2009).

Observa-se pelo Quadro 2, o número de estabelecimentos rurais existentes e a área das propriedades em Lomba Grande, onde se constata a predominância da pequena produção familiar, com propriedades de até 20 hectares.

**Quadro 2: Estrutura Fundiária das propriedades em Lomba Grande**

Área (hectares)	Nº de estabelecimentos	% Total
01 a 10	330	27,5%
11 a 20	650	54,2%
21 a 50	190	15,8%
Mais de 50	30	2,5%
Total	1.200	100%

Fonte: Adaptado a partir de EMATER, 1999.

Considerando que nos municípios do Vale do Sinos o módulo rural padrão é de 7 hectares, observa-se, pelo quadro acima, que parte das propriedades em Lomba Grande se enquadram nessa classificação, ou seja, apesar das dificuldades do setor, essas propriedades estão dentro dos parâmetros do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o que *a priori* deveria garantir aos agricultores a manutenção de seu processo de reprodução social e econômica.

No entanto, apesar do que preconiza a lei, a localidade possui algumas limitações do ponto de vista das condições agroambientais, que já foram estudadas por Leo Waibel (1979) em suas pesquisas sobre o processo de colonização no Brasil Meridional, realizadas entre os anos de 1946 a 1950.

O autor partiu da hipótese de que o insucesso e a crise da agricultura colonial estavam relacionadas à forma inadequada do sistema de produção em relação ao tamanho das áreas disponíveis, propondo o conceito de *minimale ackennahrung*, definido como “a mínima quantidade de terra necessária para proporcionar a um agricultor e sua família um padrão de vida econômico e cultural decente” (WAIBEL, 1979, p. 257).

Segundo Waibel (1979), o *minimale ackennahrung* depende principalmente de dois fatores: as características da terra e o sistema de exploração que será utilizado. Assim, o tamanho adequado das propriedades é vital para qualquer projeto de colonização.

Para atingir o êxito da *minimale ackennahrung*, o autor propôs que, para o Brasil Meridional, as áreas ideais deveriam ser de 55 a 65 hectares em terras boas ou 80 a 105 hectares em terras ruins. A não observância dessas recomendações agroambientais levaria ao uso inadequado do solo e à conseqüente perda de fertilidade, levando a população a um empobrecimento econômico, físico e moral, e mergulhando num processo de proletarização lenta. Nestas condições, os agricultores buscariam novas formas de sustentação, geralmente migrando para as cidades ou para as novas zonas pioneiras (WAIBEL, 1979).

Essas constatações elucidam alguns aspectos importantes do processo de decadência da agricultura familiar em Lomba Grande. Entretanto, é importante destacar que o declínio da agricultura não aconteceu apenas pelo modelo de exploração e de partilha da terra, mas pela intervenção do estado, através das políticas de modernização da agricultura e com o incremento da

industrialização no Vale do Sinos, notadamente a partir dos anos 60 do século passado, que repercutem até os dias atuais na dinâmica produtiva local.

E, a despeito das dificuldades do setor, a agricultura permanece em Lomba Grande com uma produção diversificada, como pode ser observado através do Quadro 3.

**Quadro 3 – Principais produtos agrícolas cultivados em Lomba Grande**

<b>Produtos</b>	<b>Área (hectares)</b>	<b>Quantidade produzida (toneladas)</b>
Milho	650	2.925
Mandioca	585	8.775
Cana-de-açúcar	320	12.800
Feijão	115	136
Batata-doce	100	1.400
Fruticultura	404	5.610
Soja	50	125
Hortaliças	78	183
Acácia negra	1.300	222
Eucalipto	2.400	330

Fonte: A partir de IBGE (2009) e EMATER(1999).

Além dessas atividades agrícolas, 600 açudes produzem peixes de cultivo, principalmente espécies de carpas, e funcionam na localidade 10 agroindústrias, com a produção de embutidos, laticínios, conservas e panificação, segundo informações da EMATER. Existem também 2 engenhos de farinha de milho e mandioca, e 6 pequenos alambiques, que produzem em pequena escala para o consumo local. A produção e o beneficiamento de mel e derivados é outra atividade que vem se expandindo na localidade, alcançando uma produção de 12.000kg em 2008 (IBGE, 2009).

Parte dos agricultores, conhecedores da crescente demanda atual por produtos naturais, tenta implantar cultivos orgânicos. E existe um esforço dos órgãos públicos no sentido de estimular a “produção sem agrotóxicos”, para diferenciar os produtos de Lomba Grande, mas não há um movimento no sentido de buscar certificar organicamente estes produtos, pois trata-se de um processo longo, dispendioso e que precisa do engajamento dos agricultores para os procedimentos de transição das áreas de cultivo, o que muitas vezes pode ultrapassar uma década.

Outro fator limitante é que as propriedades no entorno dessas áreas precisam também adotar medidas de conservação dos recursos naturais, para

garantir integralmente as qualidades do ambiente. Em entrevista para a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), o economista Wagner Lopes Soares<sup>14</sup> diz que existe um grande potencial para inserir os agricultores familiares na agricultura orgânica se considerarmos os dados do Censo Agropecuário 2006 do IBGE, o qual mostra que dos estabelecimentos familiares existentes no país (84% do total), 71% são excluídos da agricultura química, ou seja, não fazem uso intensivo de agrotóxicos. Nesse sentido, fomentar o desenvolvimento da produção de alimentos orgânicos ou ecológicos poderia, além de melhorar a qualidade dos alimentos fornecidos à população, assegurar a preservação do ambiente.

Sobre o escoamento da produção local, o mesmo é feito através das feiras do produtor rural (Figura 5) que ocorrem semanalmente em 16 bairros de Novo Hamburgo, além da comercialização no mercado público municipal, supermercados da região, e nas feiras em São Leopoldo, Campo Bom e Canoas. As feiras do produtor iniciaram suas atividades no município em 1990, e em 2003 passaram a ter um regimento interno<sup>15</sup>, com normas sanitárias e procedimentos para comercialização dos produtos, além do cadastramento dos produtores e entidades aptos a participarem das feiras (SPRICIGO, 2007).

Em Lomba Grande existem, atualmente, apenas três famílias de agricultores na qual todos os seus integrantes permanecem ocupados com a atividade agrícola, produzindo alimentos em maior escala, os quais são comercializados na Central de Abastecimento (CEASA) em Porto Alegre. Ao longo desta pesquisa também foi possível constatar que muitos agricultores já estão aposentados, mas precisam complementar sua renda e para isso seguem produzindo e comercializando seus produtos nas feiras, enquanto os filhos trabalham como empregados assalariados em Novo Hamburgo e cidades próximas.

Apesar das dificuldades crônicas do setor agropecuário, como política agrícola instável, crédito agrícola pouco acessível e falta de credibilidade na atividade primária, que contribuem para desestimular o pequeno e médio agricultor,

---

<sup>14</sup> Vide entrevista do autor sobre a tese de doutorado intitulada “Uso dos agrotóxicos e seus impactos à saúde e ao meio ambiente: uma avaliação integrada entre a economia, a saúde, a ecologia e a agricultura”, defendida em 10/03/2010 no Programa de Saúde Pública e Meio Ambiente da ENSP/FIOCRUZ. Disponível em <<http://www.ensp.fiocruz.br/portal/noticias>>, acesso em 11 jun. 2010.

<sup>15</sup> As normas para o funcionamento das Feiras do Produtor no município de Novo Hamburgo são determinadas pelos Decretos Municipais nº 694, de 08/12/2000 e nº 1.575, de 24/12/2003 (SPRICIGO, 2007).

a localidade vem mantendo sua vocação agropecuária, apostando no associativismo e no agrupamento para a produção e comercialização dos produtos (EMATER, 1999).



Figura 5 – Feira do Produtor em Lomba Grande (Foto do autor, julho/2010).

Segundo a EMATER, as formas associativas existentes em Lomba Grande são a Cooperativa Mista Lomba Grandense, com 100 associados e que trabalha na venda de produtos agropecuários; o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com 250 associados; a Associação dos Feirantes, com 50 produtores que participam das feiras nos vários bairros do município; a Associação dos Apicultores, com 70 associados e a Cooperativa Pé na Terra, com 25 associados, que desenvolve agricultura sem agrotóxicos e agroindústria de produtos naturais. Além dessas, a Associação de Moradores de Lomba Grande articula a comunidade para o atendimento das suas necessidades e reivindicações junto ao poder público, além de oferecer atividades esportivas e culturais.

Alguns projetos de desenvolvimento rural previstos para serem implantados pela atual gestão municipal são: a aquisição de equipamentos para o beneficiamento do mel, para a produção de conservas, higienização e embalagem de verduras (que poderão agregar valor a esses produtos) e que deverão funcionar em sistema de cooperativa. Essas iniciativas pretendem valorizar a vocação do local

e a viabilidade econômica das atividades rurais, investindo na profissionalização e na capacitação dos produtores e adequando-os às demandas atuais do mercado.

## **2. A relação cidade-campo: algumas reflexões**

Resultante das mudanças profundas que acompanharam o processo de evolução da sociedade ao longo do tempo, a relação cidade-campo na atualidade se expressa com novos e diferenciados conteúdos. Se desde os primeiros agrupamentos humanos essa relação foi se modificando, ora tendo uma relação pacífica, ora uma relação conflitante (LEFEBVRE, 1969), na contemporaneidade ela se torna mais profunda, mais imbricada e mais difícil de ser definida. Os limites tornam-se mais tênues, e cada vez é mais difícil identificar os diferentes “gradientes” dos processos que marcam a cidade e o campo.

Em tempos de globalização, de grandes avanços técnicos e de reestruturação capitalista, no chamado período técnico-científico-informacional, os lugares cada vez mais estão “ancorados na ciência e na técnica e dependentes de uma informação sem a qual nenhum trabalho rentável é possível” (SANTOS, 2002, p. 307). Com a presença crescente desses conteúdos técnicos, as relações entre a cidade e o campo tornam-se mais articuladas e recíprocas; não é mais possível ter uma visão excludente nem considerar o campo como um espaço marginal e inerte à disposição das necessidades urbanas.

Alguns critérios utilizados, como delimitação administrativa, patamares demográficos (aglomeração ou dispersão), densidade demográfica, além da natureza das atividades econômicas da população, não conseguem explicar a atual realidade urbana e rural. É preciso levar em conta outros aspectos, como a multifuncionalidade do espaço rural, os atributos ambientais, as relações sociais, as diferentes temporalidades (ENDLICH, 2006).

Nessa perspectiva, procuraremos analisar a relação entre a cidade e o campo considerando quatro aspectos fundamentais: suas mudanças ao longo do tempo, as diferenças entre a paisagem rural e urbana, a influência/expansão das

relações urbanas/metropolitanas e, por último, as relações sociais e espaciais que se configuram na pós-modernidade.

## ***2.1 O tempo e as mudanças na relação cidade-campo***

Inicialmente, vamos estabelecer algumas conexões sobre a relação entre a cidade e o campo ao longo da trajetória evolutiva da sociedade. Grosso modo, podemos considerar as transformações na relação cidade/campo em distintos contextos históricos: inicialmente, a cidade surge totalmente integrada ao campo; num segundo momento, a cidade suplanta o campo e vive com ele uma relação antagônica; e, mais recentemente, a cidade e o campo inseridos num novo contexto, em uma relação de interdependência e complexidade crescente.

A cidade nasce a partir da divisão social do trabalho, que surge com o aperfeiçoamento das técnicas e possibilita um aumento da produtividade do trabalho. Com a geração dos excedentes na produção, parte da população se disponibiliza para a realização de atividades não agrícolas (MOREIRA, 2007).

Com o surgimento da cidade, uma nova estruturação do espaço vai se implantando, intensificando as transformações no território, nos meios de transporte e circulação, no modo de vida das populações, desmontando as relações comunitárias das aldeias. O crescimento das interferências no ambiente pela expansão das cidades faz com que as paisagens humanizadas se amplifiquem (MOREIRA, 2007).

Nesse período, o campo ainda era o espaço produtivo por excelência. A cidade, associada ao lugar da “não produção”, remete à ideia de “centro de realizações, de saber, de comunicações, de luz” (WILLIAMS, 2000, p.11), concentrando as atividades políticas, culturais e artísticas, bem como a comercialização das mercadorias.

Com o advento da industrialização (inicialmente na Inglaterra e posteriormente se estendendo pelo mundo) a cidade é que passa a ser o lugar da produção. Esse é o momento da “cidade industrial e suas implicações, da chegada

das populações camponesas despojadas e desagregadas, período das grandes concentrações urbanas” (LEFEBVRE, 1969, p. 70).

A partir dessa época, os padrões de acumulação e as relações de trabalho se modificam, e acentua-se o processo de urbanização da sociedade. O campo passa a desempenhar um papel secundário, subordinado à cidade, dentro da lógica<sup>16</sup> de produção mercantil (LEFEBVRE, 1969).

A chamada “era de ouro do capitalismo”, entre os anos de 1947 e 1973, ocorre quando as transformações na agricultura e nas relações entre a cidade e o campo mais se aprofundam. As grandes mudanças na produção agrícola com a mecanização, a química, a criação seletiva e a biotecnologia, torna dispensável a mão de obra das famílias camponesas, promovendo um extraordinário declínio das populações rurais ao redor do globo (HOBSBAWN, 1995).

“Quando o campo se esvazia, as cidades se enchem”: o mundo tornou-se nessa época mais urbanizado do que nunca. Com a crescente urbanização e a disseminação da lógica urbana, das tecnologias modernas, do modo de vida cosmopolita, o abismo entre estes dois ambientes distintos se acentuou, ocorrendo uma redefinição destas relações, resultando numa subordinação do mundo rural pelo mundo urbano, não apenas sob o aspecto econômico, mas também cultural, social, político (HOBSBAWN, 1995, p. 288).

Mais recentemente, a relação entre a cidade e o campo se transforma outra vez, quando o campo passa a desempenhar, além de sua função primordial de produção de alimentos, outras funções de caráter não agrícola, como lazer, turismo, moradia, segunda residência, prestação de serviços, preservação ambiental. A atividade rural retrocede e sua população passa a realizar outras ocupações, dentro ou fora da propriedade rural, como prestação de serviços, indústria de transformação, construção civil, comércio de mercadorias. Com as novas funcionalidades do espaço rural, mudam gradativamente suas relações econômicas, sociais, políticas e culturais (SILVA, 1999).

Ao mesmo tempo, na cidade, “onde o espaço e o tempo tornam-se mais escassos” e os “elementos naturais se mostram mais degradados”, cresce a preocupação com as questões ecológicas e ambientais, “uma reivindicação típica

---

<sup>16</sup> A lógica é definida como “um conjunto de estudos, originados do hegelianismo, que têm por fim determinar categorias racionais válidas para a apreensão da realidade concebida como uma totalidade em permanente transformação” (FERREIRA, 1975, p. 855).

dos grandes centros urbanos” (SANTANA, 1999, p. 183). O ambiente urbano, poluído, degradado, adensado, congestionado, faz com que os seres humanos se sintam cada vez mais asfixiados, além da violência urbana, que cresce absurdamente e intimida os cidadãos. Como escape, o lazer torna-se uma necessidade na vida contemporânea, canalizando o “tempo livre”<sup>17</sup> para o “divertimento, a distração e a distensão” e promovendo uma “ruptura (momentânea) com o cotidiano” (LEFEBVRE, 1991, p. 62).

Assim, cresce o discurso sobre os atributos do mundo rural, que emerge como um espaço que representa a possibilidade de qualidade do habitar, sobretudo por conta das belezas naturais, da segurança e da tranquilidade que proporciona. Também se aprofunda a interdependência desses espaços, uma vez que o campo adquire da cidade cada vez mais tecnologias, ferramentas e insumos; em contrapartida, a cidade consome seus produtos e serviços, dependendo do campo para o sustento de seus habitantes.

No caso das áreas metropolitanas, o processo de conurbação<sup>18</sup> amplia a aproximação entre o campo e a cidade, pois as áreas rurais não ficam mais isoladas como eram no passado: com a expansão da malha rodoviária, das vias de acesso, das comunicações, da informação, todos os lugares ficam integrados e partilham de semelhantes interesses e aspirações, vinculados pela mesma lógica.

Stropassolas (2006, p. 57) diz que essa proximidade do campo e da cidade, onde os “dois mundos não mais se opõem”, privilegia uma visão urbana, em que o pólo urbano representa o desenvolvimento e os valores dominantes e o pólo rural representa o atraso, que tende a ser acolhido pelo urbano, e sugere

(...) um processo de homogeneização espacial e social, com crescente perda das especificidades das fronteiras entre os dois espaços, e sobretudo, pelo fim da realidade rural, espacial e socialmente distinta da realidade urbana.

---

<sup>17</sup> Lefebvre (1991, p. 61-62) fala nos “empregos do tempo” na sociedade atual, que se dividem no “tempo obrigatório”, que é o tempo destinado ao trabalho; “o tempo imposto”, que é aquele determinado pelas exigências do trabalho, como deslocamentos, contatos sociais e o “tempo livre”, que é “o tempo dos lazes”, que adquire cada vez mais importância, pois representam uma “ruptura momentânea com o cotidiano”. O autor diz ainda que “a automatização integral da produção” poderia “legar às gerações futuras a possibilidade de se criar a sociedade dos lazes, superando-se as imposições do trabalho produtivo material”.

<sup>18</sup> Conurbação é a designação do fenômeno de integração física das áreas urbanas entre várias cidades, que origina uma mancha urbana contínua (CORRÊA, 2003).

Para Lefebvre (1999) a penetração da racionalidade<sup>19</sup> urbana avança de maneira crescente, irreversível, e a sociedade se encaminha na atualidade para um processo de urbanização total, no qual o tecido urbano vai se espalhando de forma progressiva, “apagando” os resquícios da vida agrária. Então, apesar dos lugares manterem certas particularidades, serão incondicionalmente envolvidos pela lógica urbana, conectada ao “processo globalizante unitário” (KURZ, 1998, p. 79).

Sposito (1999, p. 86) diz que se tomarmos a cidade “como forma espacial que expressa a dinâmica e a acumulação de tempos”, podemos considerá-la como uma “expressão material da urbanização”, em permanente movimento, onde os fenômenos sócioespaciais são ao mesmo tempo “produto e produtores” do espaço.

Segundo Milton Santos (1985, p. 52), para compreender a totalidade social em sua espacialização é preciso considerar a relação dialética entre estrutura, função, processo e forma. A estrutura representa a natureza social e econômica de uma sociedade em certo momento; a função sugere uma atividade, uma tarefa ou papel desempenhado pelos objetos; o processo é uma ação que se realiza continuamente, buscando um resultado qualquer e que implica em tempo e mudança, e a forma é o aspecto visível de um objeto, que passa a constituir um padrão espacial. Se forem avaliados individualmente, “representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo”. Mas se forem relacionados entre si, possibilitam a compreensão dos fenômenos espaciais de forma abrangente.

Desse modo, a urbanização é um processo e a cidade, uma forma. Dessa relação, podemos compreender o espaço urbano como uma “materialidade presente, mas também como processo, como acumulação de outros tempos, como expressão das formas como se organizaram e reorganizaram as cidades”, resultando em diferentes arranjos sócioespaciais (SPOSITO, 1999, p. 86-87).

---

<sup>19</sup> A obra de Max Weber “A ética protestante e o espírito do capitalismo” aponta que a característica fundamental da sociedade ocidental é a racionalização, entendida como uma “regularização da ação humana” na busca de certos fins específicos. Weber define como racional “toda a ação que se baseia no cálculo, na adequação de meios e fins, procurando obter com um mínimo de dispêndios um máximo de efeitos desejados, evitando-se ou minimizando-se todos os efeitos colaterais indesejados”. A ideia de um estado racionalmente organizado como uma entidade política, assim como a apropriação capitalista racionalmente efetuada e calculada em termos de capital são exemplos desse conceito (FREITAG, 1994, p.90).

Park (1979, p. 27) afirma que a cidade não se constitui apenas numa unidade geográfica e econômica que encerra uma série de equipamentos e onde se concentram as atividades industriais, comerciais, financeiras, administrativas, os serviços, os meios de transporte e comunicação, os equipamentos culturais e recreativos: “a cidade é o habitat natural do homem civilizado”. Para o autor, a cidade pode ser considerada um “estado de espírito”, enraizado nos hábitos e costumes dos seus habitantes, que acolhe incondicionalmente os diferentes, os anônimos, os forasteiros. Todavia, faz com que as interações sociais e as relações sociais percam o significado, à medida que avança o isolamento e a indiferença.

Como escreve Wirth (1979, p. 96), a cidade pode ser definida por “um núcleo relativamente grande, denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogêneos”, no qual, do encontro de diferentes raças, culturas e povos, surgem novos híbridos biológicos e culturais. Embora o indivíduo adquira certa liberdade em relação aos controles pessoais e emocionais, perde a moral e enfraquece o senso de participação, mergulhando no individualismo, traço comum da sociedade urbana.

Carlos (2004, p. 21) diz ainda que a extensão da urbanização

(...) produz novas formas, funções e estruturas sem que as antigas tenham, necessariamente, desaparecido, apontando uma contradição importante entre as persistências – o que resiste e se reafirma continuamente enquanto referencial da vida – e o que aparece como novo, caminho inexorável no processo de modernização.

Desse modo, a urbanização contemporânea é um processo avançado que se alastra em todas as direções, ampliado pelas relações de consumo e pela “homogeneização dos hábitos e formas de vida urbanas” que redefinem a morfologia das cidades, surgindo novas e complexas territorialidades urbanas (SPOSITO, 1999, p. 95).

## **2.2 Paisagem rural, paisagem urbana**

O segundo aspecto da relação cidade/campo a ser analisado são as diferenças entre a paisagem rural e urbana. Na geografia, a paisagem foi concebida de diversas maneiras ao longo do tempo, evoluindo conforme o contexto histórico e as bases teóricas do paradigma<sup>20</sup> científico de cada época. Neste trabalho, adotamos como referência o conceito de Milton Santos (2002, p. 103), que define paisagem como

(...) o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza [...] A paisagem se dá como um conjunto de objetos reais-concretos. Nesse sentido a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal [...] Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de conteúdo técnico específico.

Assim, a paisagem é o resultado cumulativo do tempo e do uso de novas técnicas, e expressa adaptações em diferentes níveis, velocidades e direções, que levam ao surgimento de distintas configurações. A compreensão da organização espacial, bem como de sua evolução, só é possível com a interpretação do processo dialético entre formas, estruturas e funções ao longo do tempo. Nesse sentido, a paisagem materializa os diferentes processos técnicos, combinando o passado e o presente numa mesma porção territorial (SANTOS, 1985).

Destacamos também os estudos de Waibel (1979) sobre o processo de colonização alemã no sul do Brasil, quando propôs o conceito de *paisagem cultural*, definida como o resultado da influência dos homens na formação e na transformação da superfície terrestre. Para o autor, os seres humanos não devem ser compreendidos apenas como grupos que se adaptam ao meio, mas sim como forjadores do espaço que interferem e modificam a paisagem.

---

<sup>20</sup> Thomas Kuhn, na obra "A estrutura das revoluções científicas" (1962) retoma o conceito de paradigma para explicar os modelos de produção do conhecimento que se modificam ao longo do tempo, e à medida que não conseguem mais explicar a realidade, surgem novos padrões explicativos, rompendo com os modelos do passado (BLACKBURN, 1997).

Para Waibel, a paisagem cultural, dentro da geografia agrária, seria resultante das formas de ocupação e uso do solo, dos tipos de cultivos, das técnicas utilizadas, das estradas, instalações, e determinado pela formação econômica. A paisagem se expressa de diferentes formas, considerando, além do aspecto fisionômico, todas as relações impressas, desde os aspectos sociais e econômicos, até os religiosos e políticos (ETGES, 2000).

Ainda que haja uma crescente reciprocidade entre a cidade e o campo na atualidade, uma das características mais distintivas das paisagens urbanas e rurais refere-se ao aspecto fisionômico: a paisagem urbana é marcada pela artificialização, pela presença de edificações, prédios comerciais, avenidas, praças, pelo ritmo acelerado, pelo excesso de pessoas, veículos, ruídos, cores e informações, onde a contradição é vivida e visível a todo o momento (BAGLI, 2006).

Em contraposição, a paisagem rural se distingue por ser menos artificial e mais homogênea (Figura 6), da qual se sobressaem os aspectos naturais, como vegetação, rios, áreas de cultivo, criação de animais, pelo clima ameno, pelo pouco adensamento das edificações, pelo número reduzido de pessoas, pelo ritmo lento, pelo silêncio e tranquilidade (BAGLI, 2006).

E diferentemente de algumas décadas atrás, quando as áreas rurais localizadas na periferia<sup>21</sup> dos grandes centros urbanos ficavam estagnadas e eram pouco a pouco “engolidas” pela urbanização, cresce nos dias atuais o apreço por essas áreas, o que garante sua preservação, pelo menos no aspecto paisagístico. Porém, o interesse por estas áreas vai além do ideário de preservação, e expressa novos processos de valorização fundiária, à medida que surgem novos produtos imobiliários.

Revalorizado dentro da perspectiva urbana de consciência ambiental, o ambiente natural e a vida rural representam o “paraíso perdido” (WILLIAMS, 2000), no qual as transformações são pouco percebidas ou se operam mais lentamente que na cidade. A incorporação dos atributos naturais associados à qualidade de vida

---

<sup>21</sup> Corrêa (1986, p. 71) considera periferia urbana “aquela área que em termos de localização situa-se nas imediações do espaço urbano (...) e que inclui as áreas urbanizadas nos limites do espaço urbano contínuo e as áreas onde a urbanização ainda é incipiente, coexistindo com áreas de agricultura (...) Em realidade pode-se falar em uma periferia suburbana ou subúrbio simplesmente, e em uma periferia rural-urbana, que expressam os processos sociais espacializados, através dos quais a urbanização prossegue”.

também alimentam o imaginário das pessoas, que buscam, nas amenidades rurais, recantos de tranquilidade distantes do exaustivo cotidiano urbano.



Figura 6 – Aspecto da paisagem rural em Lomba Grande, com áreas de plantio e algumas residências (Foto do autor, setembro/2008).

Entretanto, o campo também encerra contradições que se escondem atrás de uma aparente harmonia, ou seja, as duas realidades, rural e urbana, aparentemente distintas entre si, possuem problemáticas complexas que necessitam ser pensadas em conjunto. Nas grandes cidades, além do caos urbano, da poluição, do adensamento populacional, grassam problemas sociais, como a exclusão social, a pobreza, a ocupação desordenada, a violência. Em compensação, no campo aumenta a deterioração ambiental, com o uso indiscriminado de agrotóxicos, a falta de saneamento básico, a deposição de resíduos sólidos em lugares inadequados, o desmatamento, a caça, entre outros problemas que comprometem a saúde humana e do ambiente.

Também existem diferenças na relação com a natureza: a visão de natureza no campo é muito distante do imaginário urbano, que tem uma concepção idealizada da natureza. De fato, o rural e o natural são categorias que se confundem na prática, mas na realidade não são “iguais”; ao contrário, vivem em permanente conflito, pois ao mesmo tempo em que a natureza se constitui na fonte de sustento

do homem do campo, é também sua “adversária natural” (RIAL, 1988, p. 175), que precisa ser permanentemente sobrepujada, senão reassume seu lugar.

Jollivet & Mathieu (1989, p. 15), citados por Maria de Nazareth Wanderley (2000, p. 2) dizem que, pelo fato da natureza rural ser “objeto de múltiplas atividades e usos humanos”, a relação dos habitantes do campo com a natureza “é a menos natural possível”, o que torna evidente a contradição entre a realidade e as idealizações urbanas.

Para os que vivem no meio urbano, a natureza “está fora” e representa um “objeto de contemplação e deslumbramento. Mas para o camponês, ela é incorporada como sua casa, faz parte do seu dia-a-dia e, portanto, constitui no seu espaço de vida e trabalho”, ou seja, não é considerada como um local a ser preservado ou usufruído, como acontece com os citadinos. Para ilustrar essa percepção, lembramos a expressão utilizada por um agricultor entrevistado: “*se deixar, a natureza toma conta*”.

Claro que a difusão das informações sobre a problemática ambiental, a conscientização da população e a ampliação das restrições do ponto de vista legal, ações realizadas pelos órgãos ambientais, vêm promovendo mudanças nessa forma de pensamento. Contudo, ainda há muita resistência dos agricultores, dentro de uma visão limitada que concebe os recursos da natureza como “infinitos” e insistem na manutenção de práticas predatórias.

A implantação das atividades turísticas no meio rural também contribui para a conservação dessas áreas, à medida que os agricultores se tornam mais “tolerantes” com a natureza, e as qualidades ambientais do lugar passam a ser valorizadas, representando possibilidades de complementação da renda para os agricultores familiares. Sobre isso, é importante ressaltar que, além de reestruturarem seu trabalho, os agricultores terão que reestruturar sua própria vida, à medida que suas casas se transformam em um produto turístico que passa a ser “consumido” por estranhos, tirando até mesmo sua privacidade e interferindo no tempo de descanso das famílias<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> Em suas pesquisas Mattei (2004) observou que a atividade turística no meio rural, na maioria das vezes, absorve mão de obra em serviços domésticos, como cozinheira, camareira, faxineira e outros. Nesse sentido, a atividade pode sobrecarregar as mulheres, pois além de suas tarefas habituais na propriedade, há uma carga adicional de trabalho, uma vez que atendem aos visitantes, oferecem alimentação, limpam e preparam os peixes no caso dos pesque-pagues, confeccionam produtos e artesanatos para comercialização, etc.

Em se tratando das questões culturais, o campo difere da cidade, sobretudo do ponto de vista das relações sociais. Henri Lefebvre diz que a comunidade rural é uma forma de comunidade orgânica que persistiu mais ou menos viva desde os primórdios da organização social, cuja troca de mercadorias, a partilha e a solidariedade vencem o individualismo e a esterilidade das relações monetárias. A comunidade rural se desenvolveu, se dissolveu, se transformou ao longo do tempo adaptando-se à realidade histórica e pode renascer na atualidade em função de exigências modernas e sobre bases modernas (...) talvez a partir daí possa surgir um sentido novo da terra (LEFEBVRE, 1975, p. 38) (tradução nossa).

Nas áreas mais pobres das cidades ainda encontramos essas relações sociais solidárias e uma maior participação comunitária – até mesmo por necessidade e sobrevivência. No entanto, à medida que cresce o padrão socioeconômico, o espírito comunitário diminui e se amplia o afastamento entre as pessoas. Em compensação, nas áreas rurais as relações de vizinhança são intensas, *“todo mundo se conhece”*, e há uma proximidade maior entre os membros da comunidade.

Para os habitantes do campo, essas relações impessoais são próprias do mundo exterior, que escapa do seu controle e entendimento. É através das relações de clientela e dos laços pessoais que eles desenvolvem suas relações com o mercado, com a administração, com a política, com a religião, integrando a comunidade *“à sociedade mais ampla, da qual dependem, mas de modo indireto”* (DURHAM, 1973, p. 89).

Além disso, no campo ainda persistem algumas relações de troca entre as pessoas, como trabalho, víveres e outras e que não reproduzem as relações capitalistas de produção, escapando às transações comerciais centradas no lucro. E os saberes dos agricultores sobre o tempo, as estações do ano, o plantio, a colheita, o cuidado com os animais e plantas são conhecimentos tradicionais importantes que vêm sendo recuperados e valorizados pelas ciências agrônômicas.

A relação com o tempo também difere na cidade e no campo. Para Santos (2002, p. 267) a noção de tempo rápido, que se contrapõe a um tempo lento, considera não o tempo das máquinas ou instrumentos, *“mas o das ações que animam os objetos técnicos”*. No passado era possível haver a *“justaposição do tempo lento e do tempo rápido”*, ou seja, uma *“dualidade de tempos presentes em um mesmo lugar”*. No entanto, a aceleração da vida contemporânea impõe um ritmo

cada vez mais rápido aos habitantes urbanos. A cidade não pode parar: as pessoas vivem “uma permanente corrida atrás dos horários” (SANTOS, 2002, p. 187).

Contrárias à rapidez urbana, as áreas rurais ainda preservam um ritmo lento (Figura 7) seguindo os “ciclos da natureza”, posto que ainda se considera o tempo do plantio e da colheita, as atividades diferenciadas conforme as condições climáticas, a pausa durante o trabalho, o descanso depois do almoço, os diálogos entre as pessoas, “*aqui não há afobação como na cidade*”. Outra diferença é que, normalmente, o trabalho no campo se inicia nas primeiras horas do dia e finaliza ao entardecer, diferente da cidade que mantém seu “pulso” dia e noite.



Figura 7 – As formas tradicionais de produção e comercialização se mantêm, como a entrega diária do leite (Foto do autor, agosto/2007).

É claro que essa distinção entre o tempo rápido e o tempo lento não se aplica de maneira uniforme em todas as áreas rurais. A especialização da atividade agrícola e os crescentes conteúdos técnicos e científicos que são introduzidos no campo, especialmente nas áreas voltadas à produção em larga escala, tornam o tempo exíguo. Assim, busca-se cada vez mais agilizar o processo produtivo, criando-se “um mundo rural sem mistério”<sup>23</sup>, que desconsidera “as leis naturais”, no qual a biotecnologia, as técnicas de cultivo, colheita, armazenamento, processamento e

<sup>23</sup> Podemos citar como exemplo a utilização da chamada agricultura de precisão, que utiliza “tecnologias ligadas ao sensoriamento remoto, a sistemas de informações geográficas (SIGs) e ao sistema de posicionamento por satélite (GPS) para realizar o manejo sítio-específico das práticas agrícolas, com maior eficiência de aplicação de insumos, diminuição dos custos de produção e redução dos impactos ambientais”. Vide Sistema **Embrapa de Gestão Macroprograma 1**. Disponível em <<http://www.embrapa.br/publicacoes/institucional/pesquisa>>, acesso em 28 jul.2010. O cultivo protegido, a hidroponia (cultivo de plantas sem solo, que utiliza somente água e nutrientes), a produção de mudas de hortaliças em estufas e a avicultura são outros exemplos de atividades que empregam amplos aportes tecnológicos para obter maior eficiência.

transporte impõem “um império do tempo medido”, surgindo “um novo calendário agrícola” baseado numa relação do “campo com o cronômetro”. Assim, a contagem do tempo se mostra diferente de lugar para lugar (SANTOS, 2002, p.304-305).

No plano local, observamos que existe uma sobreposição desses “dois tempos”. Habitualmente, o ritmo local é lento, as pessoas não vivem correndo; elas se encontram na rua, conversam umas com as outras, atendem aos clientes com tranquilidade, intercalam sua jornada de trabalho diária com momentos de descanso. O ritmo rápido se percebe no trânsito intenso, sobretudo no início e no final do dia, quando os moradores se deslocam velozmente pelas estradas locais em direção ao centro urbano de Novo Hamburgo e cidades próximas (Figura 8). Há um momento de agitação e, em seguida, de volta à calma. Mas é claro que, do ponto de vista da produção, com a ampliação do uso das técnicas e equipamentos, a atividade agrícola está cada vez mais inserida na busca de produtividade e eficiência.



Figura 8 – O trânsito se intensifica nas vias de acesso à Lomba Grande no início e no final do dia (Foto do autor, julho/2010).

Apesar dessas diferenças palpáveis, estabelecer uma distinção entre o rural e o urbano na atualidade torna-se cada vez mais complexo. Jung (1972), citado por Villàs (1992), salienta que nos países industrializados cresce a fusão entre esses espaços e algumas características específicas do rural mudam: encontramos zonas

urbanas residenciais com baixa densidade de população, assentadas em extensas áreas verdes, ao mesmo tempo em que algumas áreas rurais apresentam alto nível de ocupação. Em relação à atividade agrícola, há uma redução progressiva das populações que vivem exclusivamente da agricultura, e também uma grande variedade de cultivos artificiais, que exigem um vasto aporte tecnológico. Além disso, o modo de vida rural está cada vez mais influenciado pelo modo de vida urbano, perdendo gradualmente seus traços originais.

Esse conjunto de ocorrências aponta para a formação de um processo designado continuum urbano-rural, que tenta fazer uma leitura da relação campo-cidade sem rupturas, apresentando duas vertentes principais. A primeira delas corresponde a uma visão

(...) “urbano-centrada” (Rimbaud,1973) que privilegia o pólo urbano do continuum como a fonte do progresso e dos valores dominantes que se impõem ao conjunto da sociedade. O extremo rural do continuum, visto como o pólo atrasado, tenderia a reduzir-se sob a influência avassaladora do pólo urbano desenvolvido (WANDERLEY, 2001, p. 32).

Nessa perspectiva, o campo é “modificável” a partir do urbano. Conduzida às últimas consequências, essa vertente aponta para um processo de perda das especificidades espaciais e sociais, onde haveria uma progressiva mescla entre os dois espaços sociais, chegando “ao fim da própria realidade rural, espacial e socialmente distinta da realidade urbana” (WANDERLEY, 2001, p. 32). A segunda vertente, contrária à primeira, considera o continuum rural-urbano como

(...) uma relação que aproxima e integra dois pólos extremos. Nesta segunda perspectiva, a hipótese central é de que, mesmo ressaltando-se as semelhanças entre os dois extremos e a continuidade entre o rural e o urbano, as relações entre o campo e a cidade não destroem as particularidades dos dois pólos e, por conseguinte, não representam o fim do rural; o continuum se desenha entre um pólo urbano e um pólo rural, distintos entre si e em intenso processo de mudança em suas relações (WANDERLEY, 2001, p. 33).

Desse modo, podemos dizer que as relações entre os dois espaços se entrelaçam, mas ambos continuam sendo unidades separadas, ou seja, o campo pode se modificar, mas continua sendo campo, preservando elementos de sua natureza. Essa vertente parece mais apropriada para explicar a relação entre a

cidade e o campo na atualidade, uma vez que estabelece uma “intersecção” entre os dois espaços, mas procura respeitar e resguardar suas singularidades.

Wanderley (2000, p. 33) aponta que, apesar da aparente homogeneidade no que se refere aos modos de vida e da inserção no modelo econômico, os espaços rurais e urbanos conservam diferenças significativas, que repercutem especialmente “sobre as identidades sociais, os direitos e as posições sociais de indivíduos e grupos, tanto no campo quanto na cidade”. Essas diferenças vão se manifestar no plano das “identificações e das reivindicações na vida cotidiana”, de forma que o “rural se torna um ator coletivo”, constituído a partir de uma referência espacial e “inserido num campo ampliado de trocas sociais”.

Além da ideia de continuum, outros autores buscam diferentes definições para interpretar esses processos espaciais e sociais que se concretizam nas periferias urbanas, situadas nas bordas das cidades, onde ainda predominam elementos do campo. Podemos mencionar a periurbanização (GAMA, 1987; SCHNEIDER, 1999; VICENTE RUFÍ, 2003) e a rururbanização – ou rurbanização – (PRECEDO LEDO, 1996; SILVA, 1998; DEL GROSSI e SILVA, 2002; VICENTE RUFÍ, 2003), processos que surgem nos pontos de encontro entre o campo e a cidade.

A periurbanização acontece em áreas rurais situadas nos limites das áreas urbanas, mais ou menos próximas às grandes cidades, as quais passam a ser habitadas também pelos cidadãos, e onde encontramos elementos da vida rural combinados com elementos da vida urbana, o que dissolve a separação clássica entre a cidade e o campo (GAMA, 1987).

Schneider (1999, p. 169) diz que esses espaços não são “tipicamente rurais e tampouco urbanos”, pois não apresentam apenas um tipo de uso do solo, nem de relações de trabalho, e se distinguem dos espaços urbanos e rurais

(...) pelo caráter das atividades sociais e econômicas que nele são desempenhadas. Na área periurbana há uma plurifuncionalidade no uso do solo e uma pluriatividade das relações de trabalho, portanto, uma combinação de aspectos que ocorrem no rural e no urbano (SCHNEIDER, 1999, p. 170).

Nesses espaços “de transição” aparecem diferentes formas de uso do solo, como a utilização da terra para produção agrícola, para investimento (no caso dos sítios de lazer) e para moradia, assim como “a combinação das atividades

agrícolas com empregos fora da propriedade rural”, permitindo que seus habitantes mantenham “um pé no campo e outro na cidade” (SCHNEIDER, 1999, p. 171).

Já o conceito de rururbanização, surgido na França no final dos anos 1970, serve para designar o processo gradativo de urbanização do rural que se amplia pelas facilidades de transporte e comunicações, promovendo um acréscimo residencial de populações de origem urbana nas margens das áreas metropolitanas e também das cidades médias e grandes (RUFÍ, 2003). Precado (1996) afirma que essas áreas circundantes das regiões urbanas se distinguem das outras pela difusão da população e do modo de vida urbano que se estende em direção às zonas rurais.

Os estudos de Silva; Del Grossi; Campanhola (2002) consideram que o processo de urbanização das áreas rurais se acentua com a diversificação das atividades econômicas, especialmente as não agrícolas, que promovem uma série de mudanças nas relações sociais e econômicas do espaço rural. A combinação das atividades agrícolas com outras atividades exercidas pelos agricultores, dentro ou fora da propriedade rural (a produção de bens e serviços não agrícolas, como o turismo, o artesanato e outros), introduzem novas dinâmicas no campo, que deixa de ser o lugar específico da produção agrícola, para se tornar um espaço cada vez mais diversificado. Nesse contexto, emergem novas funções e novas formas de ocupação e uso do solo, como as áreas destinadas ao lazer, segunda residência, moradia e preservação ambiental.

Alentejano (2003) lembra que essa expansão da urbanização sobre as áreas rurais, considerada um fenômeno relativamente recente no Brasil, está se ampliando rapidamente próximo aos grandes centros urbanos, como as regiões metropolitanas.

No plano local, observamos que o campo também não se restringe aos seus limites e, muitas vezes, adentra a malha urbana, fazendo surgir pequenos espaços rurais encaixados dentro do espaço urbano, onde persistem práticas como a criação de animais e pequenas plantações, mantendo alguns resquícios de atividade rural nos limites urbanos do município.

No acesso à Lomba Grande pela Avenida Feitoria, em São Leopoldo, é visível essa “mescla” de funções desempenhadas pelas periferias. Após alguns estabelecimentos comerciais e o conjunto habitacional COHAB Feitoria, aparecem moradias unifamiliares que compartilham o espaço com pequenas chácaras, com pequenos sítios que hospedam cavalos, com criações de gado, aves e outras

atividades tipicamente rurais. À medida que seguimos em direção à Lomba Grande, percorremos espaços mais amplos, com sítios de lazer mais organizados, e começam a aparecer alguns condomínios.

Nesse sentido, podemos considerar que os limites físicos entre a cidade e o campo são cada vez menos precisos e suas relações se tornam mais intrincadas, indo além das questões econômicas e da oferta de equipamentos, mas incorporando conceitos do mundo rural no urbano (e vice-versa) que proporcionam mudanças nas relações de vida e trabalho.

Portanto a paisagem, como forma concreta das relações e das atividades humanas, se modifica e se expressa diversamente conforme o tempo histórico nos distintos lugares e se materializa na escala local com novos conteúdos, pois mesmo que esteja inserido na mesma lógica, o lugar, com suas especificidades, faz um contraponto às tendências globalizantes e seus impactos no cotidiano.

### ***2.3 A influência e expansão das relações urbanas/metropolitanas***

Segundo Ascher (2004), além de suas funções pretéritas de proteção e controle, a cidade pressupõe uma divisão técnica, espacial e da produção de bens, pois concentra em seu espaço populações que não produzem seus próprios meios de subsistência. Assim, a cidade evoluiu marcada pelo desenvolvimento das técnicas de transporte e armazenamento de bens, informações e pessoas, os quais garantiram seu funcionamento, expansão e materialidade.

A cidade atual é uma forma de organização socioespacial complexa, que contém fortes conteúdos técnicos, científicos, informacionais e culturais, e que vem sofrendo transformações de forma contínua e acelerada (SANTOS, 2002).

No Brasil, a urbanização intensificou-se a partir dos anos 1940 e 1950, em decorrência do processo de modernização das atividades econômicas e da sociedade. A expansão das relações capitalistas de produção sobrepôs o modelo urbano-industrial ao agrário, e intensificou a disputa entre a agricultura e a indústria, entre a cidade e o campo, entre o Brasil urbano e o Brasil rural (MARTINS, 1994).

Nesse momento, a cidade, considerada o “caminho do futuro”, se volta contra o campo, associado ao atraso. O modo de vida das populações rurais, suas relações de clientela, suas técnicas tradicionais passam a ser vistas como problemas a serem superados, dentro do ideário de desenvolvimento que se difunde pelo país (MARTINS, 1994).

No trabalho intitulado “A cidade contra o campo”, Lohn (1999, p. 46) discute algumas mudanças que ocorreram no espaço rural catarinense a partir dos anos 1950, quando o avanço das relações capitalistas de produção na agricultura impôs um processo de modernização técnica e cultural do homem do campo. Esse visava a alterar “seus hábitos de trabalho e de vida”, e atuar sobre o cotidiano das pessoas, intervindo “diretamente sobre suas práticas costumeiras de trabalho”.

Esse processo não acontece apenas na escala local. A partir dessa época, a população rural passa a ser considerada “inferior e atrasada do ponto de vista cultural”. São implementadas uma série de políticas públicas e programas educativos que se difundem através dos serviços de extensão rural, para superar as “limitações” dos agricultores e inseri-los numa nova lógica cultural e econômica (LOHN, 1999, p. 49).

Para Milton Santos (1993, p. 35-36), essa fase da urbanização corresponde ao momento em que a constituição do espaço ocorre “com um crescente conteúdo de ciência, de técnicas e de informação”, vinculada às “produções hegemônicas, que necessitam desse novo meio geográfico para sua realização”. Adentramos, a partir desse momento, no chamado período técnico-científico-informacional, quando acontecem mudanças radicais que se disseminam pelo território “tanto no meio rural quanto no meio urbano” (SANTOS, 1993, p. 37).

Assim, num tempo relativamente curto, o Brasil mergulha num processo acelerado de integração, onde há “uma difusão da modernização, não só presente quanto aos capitais, como quanto à tecnologia e às formas de organização”. Os investimentos maciços em infraestrutura, como em transportes e comunicações – notadamente nos governos militares –, garantem uma “tendência à generalização do meio técnico-científico”, integrando o país ao movimento de internacionalização em escala mundial (SANTOS, 1993, p. 37).

Ocorrem grandes transformações no Brasil: o campo se moderniza, expandindo a demanda por insumos, equipamentos, mão de obra especializada, assim como as cidades modificam seus conteúdos, e deixam de ser cidades

administrativas para se tornarem cidades econômicas. Muda a estrutura da produção industrial e agrícola, muda a estrutura de circulação e distribuição, muda o padrão de consumo, definindo novas configurações territoriais (SANTOS, 1993).

A organização territorial torna-se cada vez mais complexa, marcada pela grande concentração urbana no país e com a expansão das regiões metropolitanas, que centralizam as decisões político-administrativas e as relações sociais, econômicas e culturais. No entanto, a partir dos anos 1970, com o fim do milagre econômico e a crise da economia industrial mundial, as metrópoles sucumbem a infindáveis problemas, como a degradação social, ambiental e econômica, exacerbando as dificuldades do processo de urbanização e metropolização (SOARES, 2006,a).

Mais recentemente, em meados dos anos 1990, começam a se tornar evidentes algumas transformações na cidade e no campo, tanto em si próprias como nas suas inter-relações. O campo deixa de ser o espaço preponderante da produção agropecuária, visto que o processo de ocupação e uso do solo passa por crescentes mudanças e diversificação das atividades produtivas, como comércio, serviços, lazer, turismo e preservação ambiental (SILVA, 1999).

Para Santos (1993, p. 65), com a rápida evolução da economia, da sociedade e do território, podemos admitir que

(...) o espaço total brasileiro é atualmente preenchido por *regiões agrícolas e regiões urbanas*. Simplesmente, não mais se trataria de regiões rurais e de cidades. Hoje, as regiões agrícolas (e não rurais) contêm cidades; as regiões urbanas contêm atividades rurais.

Com isso, torna-se mais difícil demarcar o que é urbano ou rural, pois existe uma infinidade de situações intermediárias em que áreas rurais se adaptam às demandas urbanas, assim como algumas cidades utilizam áreas do aglomerado urbano com atividades agrícolas para atender às suas necessidades de consumo (SANTOS, 1993).

Logo, devemos pensar em

(...) um *Brasil urbano* e um *Brasil agrícola*, em que o critério de distinção seria devido muito mais ao tipo de relações realizadas sobre os respectivos subespaços. Não mais se trataria de um Brasil das cidades oposto a um Brasil rural. (SANTOS, 1993, p. 67).

Guibert (2009) diz que as novas funções destinadas ao espaço rural acompanham as aspirações urbanas, e apontam para um cenário cada vez mais complexo, das práticas socioterritoriais, no qual se modificam as relações locais pela velocidade das informações e do deslocamento, pela ausência de laços com o entorno ou, ainda, pelas mudanças expressivas na paisagem, as quais tendem a se tornar, em certos casos, uma pseudo-ruralidade, carregada de artificialidade.

Do mesmo modo, na cidade também se confeccionam amenidades: a apropriação da natureza, inserida na lógica ambiental, segue as tendências mundiais do mercado, comercializando-se frações do espaço natural em locais diferenciados, oferecendo qualidade de vida e contato com a natureza, produtos de grande apelo na sociedade de consumo (SANTANA, 1999).

É fato que as transformações impostas pelo modelo urbano-industrial desencadearam uma crise ambiental global sem precedentes, tornando claro que a apropriação da natureza pelos seres humanos tem limites e que é preciso lidar de maneira efetiva com o crescente esgotamento dos recursos naturais. Mas à medida que se torna escasso, o elemento natural rapidamente se transforma

(...) num bem raro, portanto passível de ser valorizado. É quando esta nova raridade passa a representar uma condição para a produção e reprodução do capital, tão logo ingressa no processo de circulação de mercadorias. [...] Ou seja, as novas raridades servem de estratégia para a reprodução do capital por adquirirem valor de troca e, por conseguinte, transformarem-se em mercadoria. Estabelecem assim a propriedade privada dos outrora “bens livres” (SANTANA, 1999, p. 180).

Conseqüentemente, os atrativos naturais tornam-se “novas raridades” e o acesso a eles passa a ser “mediado pelo mercado, que cria produtos para satisfazer esta necessidade” (SCARIM, 1999, p. 175). Surgem, então, diferentes formas de apropriação da natureza pelos diversos grupos sociais, evidenciando um relacionamento desigual das várias classes com a riqueza natural dos lugares onde estão inseridas .

Sobre essa crescente mercantilização da natureza<sup>24</sup>, salientamos as ponderações de Marx (1985) sobre a fetichização da mercadoria no sistema capitalista, em que a relação entre as coisas extrapola a relação social entre os próprios homens. Ao assumir diferentes “roupagens” para circular, a mercadoria, que antes era intermediária nas relações pessoais, passa a ocupar os pólos dessas relações. Basta olharmos diariamente qualquer meio de comunicação para constatar que os apelos emocionais e sensoriais estão cada vez mais agregados às relações de consumo, e nessa racionalidade tudo é passível de ser negociado, inclusive os atrativos naturais.

Por conseguinte, os espaços rurais também se transformam em mercadoria, passando a representar “nichos preservados” diante da acelerada degradação dos espaços urbanos, e deixam de ser associados ao atraso, às limitações, à falta de infraestrutura e ao meio consagrado da atividade agrícola para serem redescobertos e revalorizados como locais que proporcionam pleno contato com a natureza, descanso e contemplação, no qual o indivíduo pode “relaxar e esquecer” dos problemas diários. Em suma, o produto consumido passa a ser o espaço, dentro de uma ideia fantasiosa de natureza “intocada”.

Para Wendel Henrique (2006, p.66), essas idealizações da natureza pelos cidadãos demonstram

(...) uma dupla determinação, sendo ambas relacionadas com a distância que a natureza (objeto a ser idealizado) está da vida cotidiana. De um lado, aqueles que estão mais próximos da natureza e que buscam a superação das dificuldades impostas por ela, e, de outro, aqueles que habitam lugares altamente tecnificados, longe da natureza e das suas limitações, buscando criar uma proximidade com a mesma.

---

<sup>24</sup> Hoje em dia “tudo é ecológico”: os vários setores produtivos, os bancos, o comércio, os governos, todos incorporam o “discurso verde”, colocando-se como “parceiros da natureza” em suas atividades, financiando projetos socioambientais, desenvolvendo produtos e serviços, buscando certificações ambientais (ISO 14000, 14001) que agregam valor às suas atividades e a sua imagem institucional, uma vez que as questões ambientais estão na pauta das discussões e no interesse da coletividade. O irônico dessa situação é justamente que a lógica do capitalismo, produtora de mercadorias, absorve esse “novo” segmento, deixando de ter uma relação antagônica entre a necessidade de preservação dos ecossistemas e o modelo de desenvolvimento, para submetê-los às relações econômicas (KURZ, 1998).

Isso cria um contraste entre as áreas urbanas nobres, localizadas no centro ou na periferia das cidades, nas quais a natureza é padronizada e bem cuidada, e as áreas pobres, onde a natureza ainda se encontra em “estado bruto”, e representa “uma ameaça constante” (HENRIQUE, 2006, p. 69), como as encostas e áreas de risco nas grandes cidades.

Conhecedora das possibilidades desse nicho de mercado, a indústria imobiliária incorpora essa “necessidade” e desenvolve novos produtos, apropriando-se da natureza a partir do ideário urbano, cujos “espaços altamente tecnificados são apresentados como naturais. A natureza passa a ser associada a equipamentos e objetos cada vez mais técnicos”, ou seja, há uma crescente artificialização desses ambientes, que se tornam extremamente requintados e valorizados (HENRIQUE, 2006, p.67).

Seguindo um “novo padrão global de natureza”, os empreendimentos imobiliários intensificam o “marketing verde”, reafirmando o valor simbólico e estético da natureza, que agrega valor ao mercado de imóveis e aumenta a especulação imobiliária, aprofundando os processos de segregação socioespacial na cidade (HENRIQUE, 2006, p.70), e ampliando essa tendência em direção às áreas rurais no entorno das grandes cidades.

Todas essas novas demandas contribuem para que as relações entre a cidade e o campo se aprofundem, se amplifiquem. A dinamização dos mercados, das informações, das comunicações, das vias de acesso, aumenta a dependência e a complementaridade desses espaços, enfraquecendo a oposição entre dois mundos e promovendo uma crescente aproximação e continuidade (SPOSITO, 2006).

Com as múltiplas atividades desenvolvidas nas áreas rurais, que descaracterizam sua concepção “clássica”, propõe-se então que o rural não se vincule somente a um setor econômico, e sim que seja compreendido como uma questão territorial; nessa perspectiva, o rural seria entendido como um território não urbano, como o que não é cidade (ENDLICH, 2006).

Porém, esse critério fica difícil de ser mensurado nas periferias das áreas metropolitanas, que estão submetidas a um processo acelerado de urbanização.

Veamos o caso de Lomba Grande, considerada uma área predominantemente rural, onde coexistem atividades agrícolas com a progressiva

oferta de serviços, comércio e turismo; nela, os agricultores convivem com profissionais liberais oriundos da cidade, assim como as moradias simples de aposentados dividem a mesma porção territorial com grandes e luxuosos condomínios fechados.

Com a delimitação de um perímetro urbano na área rural desde 1995, inicia-se a cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), mantendo-se a cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR) nas áreas adjacentes. Segundo informações da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano do Município, nem todas as terras localizadas nesse perímetro recolhem o IPTU devido à sua grande extensão; espera-se que, à medida que sejam parceladas, fiquem sujeitas à cobrança desse tributo.

Essas alterações evidenciam um processo de diferenciação tributária que vai ocorrendo “de dentro para fora”, pois à medida que se amplia o núcleo urbano, um processo semelhante ao que ocorre nas cidades é desencadeado, em que as pessoas aos poucos vão sendo expulsas e “remanejadas” em direção às novas periferias, pela impossibilidade de arcar com os valores dos impostos cobrados pela municipalidade.

Pelo exposto, constatamos que as relações se modificam: não apenas o modo de vida e cultura, mas as relações territoriais, políticas, econômicas. A penetração da racionalidade urbana é cada vez mais marcante, e a paisagem gradativamente vai-se adaptando e modificando, surgindo novas paisagens, com novos conteúdos.

Assim, como ressalta Milton Santos (1979, p. 18) “o espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas.” É possível, então, compreender como as lógicas do sistema capitalista se conectam e se corporificam nos diferentes espaços, manifestando no lugar nexos da “ordem global e da ordem local” (SANTOS, 2002, p. 338).

Essa expansão das relações urbanas se concretiza em Lomba Grande à medida que se amplia o convívio das atividades agrícolas com os novos usos e funções que a localidade passa a desempenhar, como moradia, segunda residência, comércio, serviços, turismo, preservação ambiental e outros. Com a inserção crescente de novos excedentes de capitais urbanos, ocorrem mudanças radicais na localidade, desde as relações sociais, as relações de trabalho, os novos padrões de

moradia, até a introdução de novas técnicas e equipamentos, expressas na paisagem local.

Simultaneamente a esse processo, existem tentativas de manutenção das ruralidades em Lomba Grande, através do resgate e valorização da cultura e do modo de vida local, da permanência da vocação agrícola, fatores importantes para a conservação dos atributos naturais e da qualidade ambiental do lugar. Alguns depoimentos colhidos informalmente com turistas demonstram que, para os moradores das cidades próximas, Lomba Grande “*é um oásis de tranquilidade*”, descanso e de contato com a natureza. Para os hamburguenses, ter um “bairro rural<sup>25</sup>” como Lomba Grande “*é motivo de orgulho*”, uma vez que garante ao município, mesmo com seu desenvolvimento e urbanização excessivo, manter suas qualidades ambientais no futuro.

Nesse sentido, concordamos com Abramovay (2003, p. 51) quando fala que a ruralidade não pode ser considerada “uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com a chegada do progresso e da urbanização”. Ao invés disso, a ruralidade se tornará cada vez mais importante para a sociedade contemporânea, necessitando de uma nova “definição territorial do desenvolvimento e do meio rural”. A partir desse entendimento, podem se revelar outras dimensões das relações cidade e campo e evidenciar dinâmicas regionais, nas quais “as pequenas aglomerações urbanas dependem do seu entorno disperso para estabelecer contatos com a economia nacional e global”.

Assim, o meio rural só pode ser compreendido pela interdependência de suas relações com as cidades, com as regiões metropolitanas e também com os pequenos centros em torno dos quais se organiza a vida local, fundamentais para a dinamização das regiões rurais (ABRAMOVAY, 2003).

---

<sup>25</sup> Na definição de Queiroz (1973, p. 3) o bairro rural é constituído por uma base territorial e por um “sentimento de localidade”, cuja unidade se constrói pelas relações de sociabilidade que os moradores estabelecem entre si. No capítulo 5 deste trabalho, fazemos algumas reflexões sobre este conceito.

## **2.4 As relações sociais e espaciais na pós-modernidade**

Considera-se que o conjunto de mudanças ocorridas a partir dos anos 1970 nas ciências, nas artes e na sociedade inaugura a chamada pós-modernidade, momento em que as verdades absolutas, características do pensamento moderno, são questionadas frente a um novo paradigma que se impõe (SUERTEGARAY, 2005).

Lyotard (1993, p. 69) afirma que na pós-modernidade há uma transformação profunda da natureza do saber, em que “o grande relato perdeu sua credibilidade”, no sentido que as verdades permanentes e universais que produziram os modelos interpretativos no passado não se sustentam mais, nem conseguem explicar o panorama contemporâneo.

O autor diz ainda que o cenário pós-moderno é fundamentalmente “cibernético e informacional” e que a ciência perde seu valor de uso e passa a ser produzida para ser vendida, reforçando “sua importância na disputa das capacidades produtivas dos Estados-nações” (LYOTARD, 1993, p. 5).

Para Harvey (2002, p. 49)

(...) o fato mais espantoso sobre o pós-modernismo é sua total aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico (...) ele não tenta transcendê-lo, opor-se à ele e sequer definir os elementos “eternos e imutáveis” que poderiam estar contidos nele. O pós-modernismo nada, e até se esboja, nas fragmentárias e caóticas correntes da mudança (...) Portanto, na medida em que não tenta legitimar-se pela referência ao passado, o pós-modernismo remonta à ala de pensamento, a Nietzsche em particular, que enfatiza o profundo caos da vida moderna e a impossibilidade de lidar com ela com o pensamento racional.

Enfatizando a diferença, o heterogêneo e a descontinuidade, a pós-modernidade incorpora a dimensão da subjetividade, do simbólico e valoriza as ilusões, produzindo necessidades e desejos e mudando as formas de “experimentar, interpretar e ser no mundo”, que refletem “na personalidade, na motivação e no comportamento” (HARVEY, 2002, p. 56).

Há também uma “ruptura da ordem temporal das coisas”, na medida em que se abandona o sentido de continuidade e a história passa a ser recuperada não como uma representação linear dos acontecimentos e dos costumes, mas como

uma tradição cultural, preocupada com a identidade pessoal e coletiva (HARVEY, 2002, p.58).

Mesmo que existam controvérsias e diferentes interpretações sobre a pós-modernidade, ela está longe de ser um fenômeno frívolo. Inserida num contexto de intensas mudanças sociais, culturais e tecnológicas que se aprofundaram a partir da metade do século XX, ela deixou de ser apenas um conjunto de ideias ligadas às artes e a cultura para se consolidar como uma condição histórica em marcha, que se reflete em todos os aspectos da vida humana (FEATHERSTONE, 1995).

Sobre isso, Harvey (2002, p. 65) afirma que

Façamos o que fizermos com o conceito, não devemos ler o pós-modernismo como uma corrente artística autônoma; seu enraizamento na vida cotidiana é uma de suas características mais patentemente claras.

Além das transformações no pensamento e nas práticas culturais, esse é o período marcado pela expansão global do sistema financeiro, da desconcentração produtiva, da desterritorialização das atividades com as possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias, quando se alteram as relações do trabalho e da produção. Há uma desregulamentação crescente e uma flexibilização nessas relações, que impõem mudanças expressivas não só no mundo do trabalho, mas na vida cotidiana (SUERTEGARAY, 2005).

Com a aceleração do tempo e dos processos produtivos, intensificam-se a circulação das mercadorias e o fluxo de dinheiro, aumentando expressivamente o consumo de massa. Mudam as formas de pensar e viver; há uma descrença na concepção de tempo. Tudo é mais rápido, acelerado, consumível e as pessoas são forçadas a lidar, no seu cotidiano, com a efemeridade, com a obsolescência, com a descartabilidade (HARVEY, 2002).

E, dentro dessa lógica de consumo, crescem os símbolos de riqueza, posição, fama, poder. O mundo da aparência é essencial, a imagem torna-se mais importante do que a realidade. Surge daí,

A competição no mercado da construção de imagens que passa a ser um aspecto vital da concorrência entre empresas. O sucesso é tão claramente lucrativo que o investimento na construção da imagem (patrocínio das artes, exposições, produções televisivas e novos prédios, bem como marketing direto) se torna tão importante quanto o investimento em novas fábricas e maquinário). A imagem

serve para estabelecer uma identidade no mercado, o que se aplica também aos mercados de trabalho (HARVEY, 2002, p. 260).

O resultado disso é uma sociedade com mais exigências relacionadas ao trabalho, e o trabalhador cada vez mais depreciado. Há uma “intensificação dos processos de trabalho e uma aceleração na desqualificação e requalificação necessárias ao atendimento de novas necessidades de trabalho” (HARVEY, 2002, p. 257).

Além disso, o trabalho se torna mais precário: aumenta a terceirização, a informalidade e a exclusão, na medida em que diminuem os postos de trabalho formais (SUERTEGARAY, 2005). “Nenhum emprego é garantido, nenhuma posição é inteiramente segura, nenhuma perícia é de utilidade duradoura”, diz Bauman (1998, p. 35).

Bauman (1998, p. 35-36) ressalta que a incerteza é outro aspecto inerente à pós-modernidade, definida pelo autor como “modernidade líquida”. “Há pouca coisa no mundo que se possa considerar sólida e digna de confiança”. A insegurança permeia as relações e afeta todas as esferas da vida: as redes sociais, como a vizinhança e a família, se não se desintegram, tornam-se consideravelmente enfraquecidas.

No contexto pós-moderno, também acontece a valorização do lugar como espaço da existência, associado à ideia de diferença, no qual se tornam importantes a singularidade do lugar, as identidades, as expressões, as representações simbólicas, as manifestações culturais (SUERTEGARAY, 2005).

Para Alain Bourdin (2001, p. 36) o local é “o próprio fundador da relação com o mundo do indivíduo, mas igualmente da relação com o outro, da construção comum do sentido que faz o vínculo social”. É no local que acontece a vida cotidiana: a rotina, o trabalho, as relações familiares, as interações sociais, as dificuldades e conflitos que compõem o modo de vida.

Em tempos de mundialização, com recursos tecnológicos que dinamizam os lugares, encurtam distâncias e aumentam a mobilidade, a afirmação do local, dos grupos sociais e suas representações ganha força e expressa a relação entre a “ordem próxima”, base da vida cotidiana, “fortemente localizada” e “uma ordem distante, fortemente deslocalizada” (BOURDIN, 2001, p. 200).

Nos dizeres de Santos (2002, p. 321-322),

A localidade se opõe à globalidade, mas também se confunde com ela. O Mundo, todavia, é nosso estranho. Entretanto, se pela sua essência, ele pode esconder-se, não pode fazê-lo pela sua existência, que se dá nos lugares.

Do ponto de vista da organização espacial, Ascher (2004, p.55) fala que vivemos nos últimos trinta anos um processo que pode ser chamado de “neourbanismo”, consolidado na chamada terceira modernidade<sup>26</sup>, a partir do qual surgem novas atitudes em relação ao futuro, novos projetos, novas formas de pensar e de agir sobre o território. Os grandes avanços na ciência, na tecnologia, nas comunicações e a circulação rápida de bens, informações e pessoas tornam a sociedade cada vez mais racional, individualista e diferenciada.

Harvey (2002, p. 69) destaca que o projeto urbano pós-moderno, ao invés de se direcionar para

(...) planos urbanos de larga escala, de alcance metropolitano, tecnologicamente racionais e eficientes, sustentados por uma arquitetura absolutamente despojada [...] cultiva um conceito do tecido urbano como algo necessariamente fragmentado, um “palimpsesto” de formas passadas superpostas umas às outras e uma “colagem” de usos correntes, muitos dos quais podem ser efêmeros” (HARVEY, 2002, p.69).

Essas transformações se irradiam na forma das cidades, na medida em que as aglomerações urbanas se ampliam e constituem grandes conurbações que se estendem em direção às periferias e tornam os limites entre campo e cidade cada vez mais imprecisos. Há uma verdadeira recomposição das cidades: mudam a tipologia das zonas urbanas, os padrões de circulação, os equipamentos públicos,

---

<sup>26</sup> Ascher (2004, p. 23) analisa a modernização em três fases: a primeira fase, chamada *primeira* ou *alta modernidade*, corresponde ao período que abrange desde o fim da idade média até o início da revolução industrial, quando mudam o pensamento e a sociedade, surgem os Estados-nação, ocorre um grande desenvolvimento das ciências e o capitalismo começa sua expansão. A segunda fase, chamada *segunda* ou *média modernidade*, corresponde ao período da Revolução Industrial, no qual há uma transformação da produção de bens e serviços e da lógica capitalista, com a consolidação do pensamento técnico na sociedade. A terceira fase, chamada *terceira modernidade*, que alguns autores definem como radical, avançada ou baixa modernidade corresponde ao período atual, em que há um grande desenvolvimento científico e tecnológico e a sociedade se torna mais racional, mais individualizada e mais diferenciada. Dentro do cada contexto histórico, essas fases implicaram em mudanças nas formas de pensar, utilizar e administrar os territórios, gerando transformações e crises, econômicas, políticas, sociais e religiosas, e “o conceito, a construção e o funcionamento das cidades não escaparam a essas transformações e a essas crises” (Tradução nossa).

os lugares do lazer e do descanso, as atitudes em relação à natureza e ao patrimônio (ASCHER, 2004).

Surgem novas formas de segregação social com a formação de verdadeiros “guetos”, nos quais as pessoas se agrupam por diferentes mecanismos econômicos, sociais e políticos. Há também uma tendência à formação de espaços amuralhados, que aumentam a fragmentação social e espacial e rompem com os vínculos sociais e de solidariedade locais (ASCHER, 2004, p.65).

Na esfera ambiental, a emergência da necessidade de preservação da natureza, a partir da constatação da gravidade dos danos causados ao ambiente pelas práticas humanas, bem como seus limites dentro do modelo de desenvolvimento atual, extrapola as questões econômicas e incorpora-se ao cotidiano, estimulando a busca por melhores condições de vida e fazendo com que a natureza passe a ser valorizada não apenas como recurso, mas como patrimônio (SUERTEGARAY, 2005).

Desse modo, a natureza também se torna uma mercadoria, ocorrendo uma crescente apropriação da sua beleza cênica, e criando “uma diferenciação espacial da natureza na cidade, de acordo com a estratificação social”. Essa “sofisticação e a elitização da natureza”, vistas a partir de uma concepção bucólica urbana e seguindo padrões globais, têm elevado a busca por moradia em áreas aprazíveis nas cidades (HENRIQUE, 2006, p. 69).

Para Souza (2000), diversos fatores contribuíram para a formação e consolidação dos fenômenos de auto-segregação das elites urbanas a partir dos anos 1970: o aumento da criminalidade, a insegurança, a pobreza e a informalidade, a deterioração das áreas centrais e dos bairros residenciais tradicionais, a qualidade ambiental nas áreas centrais das grandes cidades. Com isso, cresce a procura pelas amenidades naturais, cada vez mais escassas no meio urbano, bem como a busca de maior exclusividade social.

O fato é que a habitação deixou de ter seu significado vinculado exclusivamente à necessidade de abrigo e tornou-se uma mercadoria, marcada de valores pela sociedade contemporânea, que expressa, através do consumo, seu real ou ilusório conteúdo de classe, status e poder. Com a criação de situações artificiais de paisagens, ideais de solidariedade, de comunidades harmônicas e padrões de segurança fora da realidade urbana, os grupos sociais se apropriam desigualmente do espaço. Nesse sentido, os condomínios fechados são uma forma emblemática

dessa lógica de produção da “mercadoria-habitação”, que acentuam a segregação socioespacial nas periferias urbanas (RAMIRES; SOARES, 2002, p. 374).

Incorporando o discurso da segurança, da liberdade e qualidade do habitar (CALDEIRA, 2003), o “marketing verde” (HENRIQUE, 2006), empreendido pelos agentes imobiliários, reforça esses padrões de consumo do espaço, promovendo novos padrões de moradia, tendo como público-alvo os segmentos mais abastados das cidades. Assim, frações da natureza são comercializadas em locais diferenciados, excluindo-se as populações mais pobres dessas áreas (como locais próximos a parques, praias, etc.), agregando valor pela disponibilidade de espaço natural que oferecem.

Em Lomba Grande, observamos que essa busca por locais amenos vem se ampliando, e representa um novo foco do interesse imobiliário na localidade. Pelos atrativos naturais, aliados à facilidade de acesso e à proximidade da capital, é crescente a chegada de neo-rurais<sup>27</sup> no bairro, o que tem causado muitas modificações nas relações sociais, de trabalho, econômicas, elevando significativamente os preços da terra.

A cultura de consumo é outro traço marcante da pós-modernidade: consumir representa poder, posição social, diferenciação. Lefebvre (1991, p. 64) diz que a “passagem de uma velha cultura alicerçada na limitação das necessidades (...) à uma nova cultura baseada na produção e na amplitude do consumo” fez surgir uma “ideologia do consumo”, na qual se coloca “a imagem do consumidor como razão de felicidade”. Diz ainda que

Não é o consumidor nem tampouco o objeto consumido que tem importância nesse mercado de imagens, é a representação do consumidor e do ato de consumir, transformado em arte de consumir. (LEFEBVRE, 1991, p. 64)

---

<sup>27</sup> *Neo-rurais* é a forma como são chamados os profissionais liberais e outros ex-habitantes da cidade que passaram a residir no campo e/ou explorar novos nichos de mercado (DEL GROSSI; SILVA, 2002). Giuliani (1990) diz que são pessoas de origem urbana que se deslocam para as áreas rurais para escapar das mazelas das cidades, com finalidade de moradia ou exploração de novos negócios. Esses neo-rurais incorporam uma série de valores do meio rural, como relações mais diretas com a natureza, uma relação menos rígida com o trabalho e com o tempo. Ao longo do trabalho, usaremos a expressão *moradores nativos* para designar aquelas pessoas que nasceram e/ou vivem em Lomba Grande há muitos anos, e o termo *neo-rurais* para os moradores recentes, ou aqueles instalados há poucos anos, que têm pouco vínculo identitário com o lugar.

A expansão da atividade turística como “modalidade de consumo e de exploração dos lazeres” (LEFEBVRE, 1991, p. 86) faz com que os espaços passem a ser também consumidos, transformando-se em mercadorias, nos quais a natureza é comprada e vendida em lazeres que passam a ser organizados, padronizados e industrializados, reproduzindo a lógica do capital .

Na escala local, a exploração do turismo que aparece em Lomba Grande (e em outros espaços rurais do país e do mundo) como um elemento novo na economia rural, precisa ser organizada considerando seu potencial natural e também levando em conta a população local, sua identidade, seus costumes, suas singularidades, de forma que seja um complemento da atividade rural que contribua para dinamizar a economia, sem descaracterizar seus atributos e seus traços culturais.

Paul Claval (2001, p. 55) diz que a cultura representa “um importante componente das relações socioespaciais”, pois são as relações simbólicas e culturais que dão significado àqueles que vivem ou frequentam os diferentes lugares.

A cultura transmite as “representações coletivas”, formadas pelas imagens, palavras, memórias e heranças repassadas e pelas “construções mentais que as completam”, formando a identidade, que é ao mesmo tempo individual e coletiva. Desse modo, a apreensão do mundo reveste-se sempre de uma “dimensão social” (CLAVAL, 2001, p. 81).

Apesar de todas as transformações que vêm ocorrendo no campo na atualidade, constata-se que na cultura rural ainda persistem alguns elementos de coesão social, como as relações de parentesco e vizinhança, a tradição, a religiosidade, as práticas de solidariedade, as ações cotidianas que sustentam o modo de vida das comunidades rurais. Em contraposição, no meio urbano, além do medo (real e imaginário), a lógica do consumo e a competitividade acentuam o individualismo, a desconfiança, o distanciamento, que corroem o convívio e as relações sociais (BAUMAN, 2009).

Diante do exposto, entendemos que a presente etapa histórica, chamada pós-modernidade, fornece elementos importantes para a compreensão dessas mudanças radicais que estão ocorrendo nas relações sociais e espaciais da sociedade contemporânea.

No plano local, essas mudanças entram em movimento primeiramente com o declínio da atividade rural e as tentativas de sobrevivência dos agricultores e, num segundo momento, pela revalorização da natureza e do lugar, inseridas num contexto mais amplo de transformações dos espaços rurais, que originam novas funcionalidades e novos padrões de consumo do espaço, promovendo modificações na economia, no modo de vida e na cultura dos habitantes de Lomba Grande.

### **3. Lomba Grande: fatores de transformação do espaço rural**

Como mencionado em passagens anteriores, a dinâmica impressa nas áreas rurais brasileiras acompanha uma tendência mundial, na qual o campo gradativamente deixa de ser o espaço exclusivo da produção agrícola para se tornar cada vez mais um espaço “híbrido” (LATOIR, 1994; SANTOS, 2002), um local de encontro de culturas diferentes que se entrecruzam, repercutindo nas suas relações sociais, culturais, econômicas, políticas.

Esse processo, desencadeado com as mudanças estruturais que ocorreram no setor agrícola, simultaneamente à rápida industrialização e urbanização do país, vem sendo edificado desde as últimas décadas do século XX, e se materializa com a expansão das relações urbanas nas regiões metropolitanas, onde acontece uma velocidade maior nas transformações socioespaciais.

A capacidade de atração de Porto Alegre se estende em direção aos seus contornos de maneira significativa, colaborando para esse processo a ampliação da malha viária, a maior agilidade das comunicações e das informações, a absorção de mão de obra nos diversos setores (como indústria, comércio, serviços, construção civil, e outros) influenciando todas as cidades próximas à sua dinâmica econômica. No bojo dessas mudanças, dissemina-se o modo de vida urbano, que se distingue pela heterogeneidade socioespacial, pela grande aglomeração populacional, pela intensa mobilidade, pelas relações de vida e de trabalho.

Para compreender essas mudanças, podemos observar o processo de estruturação metropolitana que “privilegiou inicialmente uma industrialização liderada por Porto Alegre” e se expandiu posteriormente em direção ao “eixo norte-sul, seguindo o traçado da BR-116” (ALONSO; BRINCO, 2009, p. 16). Com a expansão do setor coureiro-calçadista, São Leopoldo e Novo Hamburgo tiveram melhoras significativas na infraestrutura e no sistema produtivo, ampliando a oferta de postos

de trabalho, que fizeram multiplicar os loteamentos para abrigar um contingente populacional crescente. À medida que essas alterações se estendem para os diversos espaços, as periferias rurais que já se encontram estagnadas vão aos poucos desaparecendo ou se adaptando a essa nova realidade, surgindo novos nexos. Em Lomba Grande, destacamos como fatores de transformação do espaço rural o declínio da atividade agrícola, a pluriatividade, a masculinização e o envelhecimento da população rural. Além desses, a influência exercida pela capital, as alterações recentes na ocupação e uso do solo e, por fim, a contribuição da aposentadoria rural, os quais serão discutidos a seguir.

### ***3.1 O declínio da agricultura, a pluriatividade, a masculinização e envelhecimento da população rural***

No capítulo 1 apresentamos alguns fatores que ocasionaram o declínio da produção agrícola familiar em Lomba Grande, como o excessivo parcelamento do solo, as limitações do ponto de vista das qualidades agroambientais e o sistema de produção adotado pelos agricultores, que aceleraram o esgotamento do solo (WAIBEL, 1979).

No contexto brasileiro, a modernização da agricultura introduziu uma série de inovações tecnológicas no campo, seguindo um modelo de produção nos padrões capitalistas visando obter maior eficiência e produtividade. A dificuldade de acesso ao crédito, a instabilidade da atividade agrícola e a forte concorrência extinguiram aos milhares as pequenas unidades de produção, que eram a base de sustentação do agricultor familiar (SILVA, 1993).

No plano local, o declínio da atividade agrícola acentuou a saída das populações em direção aos centros urbanos próximos e também em direção ao norte do Rio Grande do Sul, onde novas zonas de exploração agrícola estavam sendo abertas (SCHNEIDER, 1999).

O desenvolvimento do setor industrial ligado ao setor coureiro-calçadista, em Novo Hamburgo, também contribuiu para o abandono gradativo da atividade rural, que se manteve em muitas propriedades apenas para subsistência das famílias ou para a produção em pequena escala. Além disso, os

agricultores passaram a cultivar a acácia negra, espécie florestal exótica utilizada pelos curtumes, atrelando sua produção agrícola ao setor industrial.

Schneider (1999, p. 167) considera que a desarticulação do modo de vida colonial no Vale do Sinos ocorreu pelas peculiaridades do processo de industrialização da região e pelas transformações ocorridas na agricultura familiar. Da relação entre a força de trabalho de origem rural e o aumento da oferta de trabalho não agrícola, estimulados pela dispersão das atividades industriais em direção às áreas rurais, surgem “novas formas de produção e reprodução das relações sociais”.

As famílias se mantiveram desenvolvendo algumas atividades agrícolas combinadas com ocupações não-agrícolas, tornando a agricultura uma atividade em tempo parcial, absorvendo parte do tempo de trabalho da família e liberando alguns de seus integrantes para o trabalho assalariado nas indústrias. Essa diversificação das atividades no meio rural, chamada de pluriatividade, pouco a pouco foi modificando as relações de trabalho, de produção e o próprio modo de vida dos agricultores.

Objeto de estudo de vários pesquisadores, a pluriatividade é um processo complexo que expressa mudanças significativas do meio rural na atualidade. Nos países desenvolvidos, desde os anos 1960 se consolida a figura do *part-time-farmer*, que se traduz como agricultor em tempo parcial; é aquele trabalhador que combina atividades agropecuárias com atividades não agrícolas, dentro ou fora do estabelecimento rural (DEL GROSSI; SILVA, 2002).

Schneider (1999) lembra que, desde sua origem, os colonos teuto-brasileiros combinavam nas pequenas propriedades o trabalho nas lavouras com outras atividades, como o artesanato, a produção manufatureira e outros trabalhos não agrícolas. Nesse sentido, concordamos com Maria José Carneiro (1998), ao dizer que as atividades não-agrícolas não constituem um fenômeno “novo” no campo. Ao contrário, existiram ao longo do tempo como uma estratégia de sobrevivência dos camponeses, que desenvolviam ocupações diversas, complementares à agricultura, de forma a garantir a manutenção das suas famílias. No entanto, Carneiro (2006) lembra que, nos dias de hoje, a pluriatividade vai além de uma estratégia de sobrevivência para se tornar um processo complexo e heterogêneo, influenciado pelas mudanças na relação entre a cidade e o campo e pelos novos usos e funções do espaço agrícola.

A noção de pluriatividade deve considerar o contexto atual de reestruturação capitalista e as mudanças sociais que estão em andamento nos espaços rurais, onde há um aprofundamento da subordinação da agricultura ao processo global de produção, surgindo uma outra relação com o trabalho, uma “*relação plural*, fruto de uma fase do capitalismo marcada pela flexibilização dos contratos de trabalho e pela terceirização” (CARNEIRO, 2006, p. 173).

Também se observa que não são apenas os agricultores com dificuldades que buscam atividades não agrícolas para ampliar suas rendas: é crescente o número de mulheres e filhos jovens que procuram outras ocupações fora da propriedade rural, interessados em outros ganhos além do econômico, influenciados pelo estilo de vida urbana (CARNEIRO, 1998; SCHNEIDER, 1999).

Para Carneiro (1998), mais do que uma tendência atual, a agricultura familiar pluriativa constitui-se num processo complexo, em que a família deve ser compreendida como uma unidade social, e não apenas como uma unidade produtiva, na busca de respostas às suas necessidades e potencialidades.

Assim, a pluriatividade não pode ser considerada como parte do processo de proletarização que resulta da decadência da propriedade familiar, mas sim uma etapa de “diferenciação social e econômica das famílias agrícolas, que já não conseguem se reproduzir apenas nos espaços agrícolas do novo mundo rural que está sendo construído” (DEL GROSSI; SILVA, 2002, p. 102).

Além das mudanças nas atividades rurais e nas funções desempenhadas pelo campo, existem outros fenômenos relevantes em andamento, como a masculinização e o envelhecimento da população rural. Se no passado o êxodo rural foi um processo massivo no Brasil, hoje acontecem diferenças regionais importantes, e “as Regiões Sudeste e Sul conhecem agora a emigração em escala bem mais reduzida que em períodos anteriores de sua história” (CAMARANO; ABRAMOVAY 1998, p. 62). No entanto, mesmo que o êxodo rural esteja declinando<sup>28</sup>, pesquisas conduzidas por Sacco dos Anjos e Caldas (2006, p. 193)

---

<sup>28</sup> Reportagem publicada no Jornal Zero Hora no dia 24/07/2010, mostra uma tendência atual de permanência dos jovens entre 15 e 24 anos no campo, que deverá ser averiguada através do Censo 2010 do IBGE iniciado em 1º de agosto. As tecnologias de comunicação e informação mantêm os jovens atualizados, diminuem o isolamento, possibilitam sua qualificação e acesso ao ensino superior (como na modalidade de ensino à distância). A revalorização do espaço rural e a qualidade de vida também influenciam nessa mudança.

apontam que há um processo de masculinização e envelhecimento da população rural no Sul do Brasil, que decorre

(...) do impacto de um êxodo rural cada vez mais seletivo operado nas duas últimas décadas no campo, o qual remete às cidades o grosso da mão de obra jovem e preferencialmente feminina, podendo comprometer, no longo prazo, a própria renovação da força de trabalho rural. O envelhecimento, por outro lado, é fruto do incremento da esperança de vida da população rural, concomitantemente com a redução absoluta e relativa da participação da população jovem.

Se no passado as mulheres tinham menores oportunidades de emprego e menor instrução e por isso permaneciam no campo, hoje essa situação se inverte e o fluxo de migrantes em direção às cidades é predominantemente feminino. Diversos fatores contribuem para o movimento de saída das jovens do campo: a pouca valorização das mulheres na área rural, a oferta de trabalho no meio urbano vinculada ao setor de serviços (em empresas ou residências) e a possibilidade de acesso a bens, serviços e a educação, que permitem sua independência financeira (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998).

A prevalência masculina entre os jovens nas áreas rurais ocorre em todas as regiões brasileiras por questões culturais, por dinâmicas familiares, pelas formas de transmissão do patrimônio familiar que privilegiam os filhos homens. As jovens, apesar de terem “uma carga de trabalho pesada no interior da unidade familiar”, não encontram uma “contrapartida que lhes indique horizontes em que sua permanência no campo possa ser valorizada” (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998, p. 57).

Sacco dos Anjos e Caldas (2006, p.194) observam que

(...) o universo da agricultura familiar prende-se à questão do predomínio masculino na transferência do patrimônio fundiário. Raros são os casos em que encontramos mulheres herdeiras da propriedade familiar.

Panzutti (2006, p. 9) lembra que a masculinização do meio rural não pode ser considerada como uma “decorrência natural do processo de desenvolvimento. A intensidade do êxodo juvenil feminino é a expressão da maneira como o poder se distribui no interior da família”.

Nesse sentido, ao serem preteridas no processo de sucessão familiar por conflitos de gênero e de geração, as jovens têm poucas possibilidades de permanência nas áreas rurais, restando-lhes a busca pelo emprego urbano. Além do trabalho, o estudo, o consumo de produtos e o lazer ampliam os contatos dos jovens com a cidade, aumentando as trocas entre os diferentes espaços sociais (STROPASSOLAS, 2006).

O estranhamento da cidade se dá com a impessoalidade das relações sociais e o isolamento, que contrastam com as intensas trocas sociais da comunidade rural. Embora os jovens busquem mudanças de vida e nas relações familiares, o ambiente cultural rural exerce grande influência na sua identidade, nas suas representações, no seu comportamento e no seu processo de socialização (STROPASSOLAS, 2006).

Nas entrevistas realizadas com os jovens ao longo desta pesquisa, percebemos que a maioria deles almeja um trabalho urbano, apostando na educação para atingir seus objetivos, e a escola é um local valorizado na comunidade. São poucos os jovens que se dispõem a manter a atividade agrícola familiar; eles auxiliam seus pais na lida rural enquanto estudam, até o momento de buscarem outras opções de trabalho. Mas se no passado os jovens deixavam suas casas, hoje muitos deles permanecem na área rural deslocando-se diariamente para as cidades próximas, auxiliados pela melhoria nos transportes urbanos. O contato com os amigos, a proximidade e a espontaneidade das relações no campo contribuem para manter seus vínculos sociais.

*“De cada dez jovens, dois ficam na agricultura. As filhas todas vão trabalhar na cidade”*, disse o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lomba Grande Leomir Pereira, confirmando algumas das condições apresentadas acima. Dados do IBGE (2009) mostram que em Lomba Grande, o pessoal ocupado com 14 anos ou mais em estabelecimento agropecuário em 31/12/2008 era de 862 pessoas, sendo 523 homens e 339 mulheres.

Se considerarmos que a população rural é de 4.204 habitantes, temos somente 20% do pessoal ocupado na agricultura, sendo que, desse total, 39% são mulheres. As mulheres que prosseguem trabalhando como agricultoras normalmente auxiliam seus pais ou seus maridos na manutenção da propriedade agrícola. Quanto às mais jovens, nem seus pais desejam que permaneçam

trabalhando na agricultura; é apenas uma situação temporária até que finalizem seus estudos e consigam colocações melhores no mercado de trabalho.

Outro aspecto importante relacionado à saída de jovens do sexo feminino é que esse processo pode estar contribuindo para um baixo nível de fecundidade no campo e, conseqüentemente, para o envelhecimento da população rural (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998).

Moreira (1998, p. 25) assinala alguns fatores que contribuíram para essa modificação na distribuição etária da população nacional. O mais significativo é a redução do nível de fecundidade a partir dos anos 1980 e mais acentuadamente nos anos 1990, o que torna evidente o processo de envelhecimento da população brasileira “e que assume contornos de um movimento irreversível”, configurando-se “como tendência de longo prazo da população brasileira”.

Confirma essas colocações a pesquisa “Indicadores sociodemográficos e de saúde no Brasil 2009” (IBGE, 2009), que mostra que nas últimas três décadas houve uma queda nas taxas de fecundidade em todas as regiões do Brasil. Em 1970, a média era de 4,5 filhos por mulher, caindo para 1,6 filhos em 2005. No total de mulheres com até 3 anos de estudo, a taxa de fecundidade passou de 7,2 para 3,0 filhos. Mesmo considerando os níveis de instrução e as especificidades regionais, em todos os estados as mulheres apresentaram diminuição nas suas taxas de fecundidade.

O rápido declínio dos níveis de fecundidade ocasionou

(...) uma drástica redução na taxa de crescimento populacional e uma profunda mudança na distribuição etária da população nacional, que resultou em um amplo declínio da participação relativa do grupo etário jovem (menor de 15 anos) e uma mais do que duplicação do peso da população idosa (acima de 65 anos) entre 1950 e 2000 (MOREIRA, 1998, p. 54).

Outro fator que colabora para o envelhecimento da população é a redução dos níveis de mortalidade entre os grupos etários mais velhos, que “ao aumentar os níveis de sobrevivência, permite que uma maior parcela da população sobreviva até atingir a velhice, ampliando o contingente de população idosa” (MOREIRA, 1998, p. 30).

Mesmo que o processo de concentração de idosos nas áreas urbanas seja mais visível em termos absolutos, no campo encontramos populações

relativamente envelhecidas, pois à medida que a população jovem é exportada para as áreas urbanas pela migração, permanecem nessas áreas “os contingentes mais idosos” (MOREIRA, 1998, p. 51).

Além dos idosos que permanecem no campo e da chegada escalar de aposentados em Lomba Grande, é fato que está havendo um envelhecimento da população ocupada na agricultura, uma vez que, normalmente os filhos trabalham na cidade e os pais, muitos deles já aposentados, continuam com pequenos cultivos e produção de produtos coloniais para complementar a renda familiar.

São poucas as famílias nas quais todos seus integrantes seguem no trabalho agrícola (Figura 9). Nos contatos feitos ao longo da pesquisa, vimos que muitos casais de agricultores aposentados seguem produzindo e “fazendo feira” enquanto seus filhos estudam, fazem cursos técnicos, de informática, preparatórios para concursos públicos e outros, buscando diferentes possibilidades de sustento. “Pai, não me deixa estudar, senão vou querer sair da roça”, é a fala de um jovem agricultor que ilustra a atração e as possibilidades oferecidas pela instrução na busca de trabalho no meio urbano.



Figura 9 – Alguns jovens permanecem na atividade agrícola com seus pais e mantêm-se conectados às tendências atuais do meio técnico e informacional, como visto nesta foto (Foto do autor, julho/2010).

Alguns filhos e filhas mais velhos, talvez por terem tido menores oportunidades, pelo gosto na lida com plantas e animais ou por não terem se adaptado ao regime de trabalho assalariado (e nem à vida na cidade) auxiliam seus pais desenvolvendo cultivos nas pequenas propriedades, combinando com o trabalho contratado nos sítios de lazer, como roçada e capina em terrenos, corte de madeira, serviços de caseiros e manutenção das propriedades. “*Se tiver vontade de trabalhar não falta serviço aqui na Lomba*” relatou um entrevistado, lembrando que no passado o trabalho todo era braçal e que hoje existe uma série de ferramentas, implementos e equipamentos que facilitam a atividade rural.

É importante ressaltar que esse processo de envelhecimento dos agricultores foi verificado apenas pelas observações de campo e através das entrevistas. Pelos dados censitários não conseguimos constatar esse envelhecimento das pessoas ocupadas, pois os mesmos se referem a pessoas economicamente ativas e os aposentados obviamente não se enquadram (nem se declaram) nessa categoria. Além disso, o acúmulo da situação de inativos/ativos fica encoberto pela informalidade da atividade agrícola, o que dificultou a averiguação desse processo na pesquisa.

### **3.2 A influência da Região Metropolitana**

É no final dos anos 1950 que o fenômeno da metropolização de Porto Alegre começa a se tornar mais evidente. Seguindo as tendências brasileiras de crescimento econômico e expansão industrial concentradas nos estratos mais altos da hierarquia urbana – as áreas metropolitanas – a capital torna-se um pólo de atração, acelerando drasticamente seu crescimento demográfico e formando uma mancha urbana quase contínua (ALONSO, 2008).

Medeiros (1958) já destacava, em suas pesquisas, a continuidade espacial urbana (conurbação) que se configurava entre os municípios de Porto Alegre, Canoas, Esteio, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Gravataí e Viamão. A intensificação desse processo tornou premente a necessidade de ações em conjunto

entre os municípios, de forma a organizar esses espaços e institucionalizar ações de planejamento integrado para a solução de problemas comuns (ALONSO, 2008).

Com a Constituição Federal de 1967, surge a possibilidade de criação das regiões metropolitanas no país, como uma forma de integrar municípios da “mesma comunidade socioeconômica, visando à realização de serviços de interesse comum” (ALONSO, 2008, p.16).

Criada pela Lei Federal nº. 14, de 08 de junho de 1973, a Região Metropolitana de Porto Alegre<sup>29</sup> compreendia inicialmente 14 municípios (BRASIL, 1973). Com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, a delimitação das regiões metropolitanas passa a ser competência dos estados, e no Rio Grande do Sul sua delimitação foi alterada a partir da Constituição do Estado em 1989.

Essa época é marcada pela grande concentração urbana no Brasil. As regiões metropolitanas centralizam as decisões político-administrativas e as relações comerciais, econômicas e culturais. O que distingue essa nova forma das cidades não é só o seu tamanho, mas também a difusão no espaço das atividades, das funções e dos grupos sociais (SOARES, 2006, a).

Além disso, o processo de expansão metropolitana traz consigo mudanças sociais significativas: a lógica urbana se consolida, é o momento em que o modelo urbano-industrial sobrepõe-se ao agrário, e que o mundo rural, visto como atrasado em suas relações sociais, culturais e econômicas, é suplantado pelo urbano (MARTINS, 1994).

Entretanto, a metrópole que representava a inovação, a experimentação, a tecnologia, que era o lugar do encontro das diferenças e das lutas sociais, entra em crise em meados dos anos 1970, estendendo-se ao longo da década de 1980. Apresenta queda no ritmo de crescimento econômico e

---

<sup>29</sup> Em 1973, a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) era constituída pelos municípios de Porto Alegre, Guaíba, Alvorada, Cachoeirinha, Gravataí, Viamão, Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Campo Bom, Estância Velha e Sapiranga. Atualmente, a RMPA reúne 31 municípios: Alvorada, Araricá, Arroio dos Ratos, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Capela de Santana, Charqueadas, Dois Irmãos, Eldorado do Sul, Estância Velha, Esteio, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Ivoti, Montenegro, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Parobé, Portão, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, São Jerônimo, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Taquara, Triunfo e Viamão, numa área de 9.800,2 km<sup>2</sup>, com aproximadamente 3.959.807 habitantes (IBGE, 2007). A Lei Complementar nº 13.496 sancionada em 03/08/2010 incluiu o município de Rolante à Região Metropolitana de Porto Alegre. Disponível em <<http://www.al.rs.gov.br/legis/>>, acesso em 05 Set. 2010.

populacional, aprofunda a problemática ambiental e social e, conseqüentemente, há aumento da violência e da exclusão nas grandes cidades (SOARES, 2006, a).

A partir dos anos 1990, as regiões metropolitanas voltam a ser atrativas para o capital, acompanhando as transformações estruturais da economia, com a implantação das atividades de gestão e serviços avançados, inaugurando-se um “amplo processo de reestruturação socioespacial” (SOARES, 2006, a, p. 138).

Surge também uma nova percepção de qualidade de vida, em que determinadas funções ou atividades urbanas passam a ter um maior significado cultural e ambiental, intensificando o “mercado de cidades”, que passam a ser consideradas como um produto a ser comercializado pelo marketing urbano e que dependem

(...) de su capacidad de respuesta a la nueva espacialidad funcional y a la demanda de calidad urbana (...) cada ciudad há de incrementar su atractivo hasta donde le sea posible: como lugar de residencia, como localización de actividades económicas, como un buen lugar para invertir (...). Por ello, aunque por su naturaleza estamos ante una temática preferentemente económica, sus contenidos no se pueden limitar a eso, sino que deben ampliarse, añadiendo los aspectos físicos relacionados con el diseño urbano y la cualidade de vida urbana (PRECEDO LEDO, 1996, p.39).

Além da diversidade de produtos e serviços, surgem novos conteúdos urbanos a partir das mudanças de localização das atividades, do surgimento de distintos padrões de moradia, da melhora das redes físicas e técnicas (como telecomunicações, rodovias, transporte urbano), da valorização dos atrativos ambientais, entre outros, transformando as cidades em verdadeiras “empresas” que competem entre si<sup>30</sup> no mercado internacional (PRECEDO LEDO, 1996).

Na Região Metropolitana de Porto Alegre, a inserção na economia globalizada promove mudanças significativas nas atividades produtivas: a atividade industrial mantém algumas indústrias tradicionais já existentes, como o setor coureiro calçadista, e aumenta a presença de ramos modernos, com utilização de tecnologia de ponta, como o setor automotivo e petroquímico. O setor terciário

---

<sup>30</sup> Um exemplo da competição entre as cidades se dá através da chamada “guerra fiscal”, que consiste em uma disputa por empreendimentos, com a concessão de isenções, benefícios fiscais e financeiros e infraestrutura, gerando uma situação de conflito na federação. Um exemplo emblemático recente foi a disputa entre o estado do Rio Grande do Sul e da Bahia pela Montadora Ford em 1999 (VARSAÑO, 1997).

expande-se de modo expressivo, absorvendo a maior parte da mão de obra, e torna-se a atividade hegemônica na economia da região metropolitana. O setor primário, por sua vez, é o que sofre a maior retração, declinando em toda a região metropolitana e se tornando uma atividade econômica praticamente inexpressiva (MAMMARELLA; BARCELOS, 2009). Também mudam os padrões espaciais com o surgimento de novas formas de reprodução do capital, inseridos na lógica global de valorização imobiliária, na qual a busca de novos investimentos rentáveis acentua a mercantilização do desenvolvimento urbano (MATTOS, 2008).

Esse contexto de mudanças coincide com o avanço das políticas neoliberais nesses países, nos quais há uma redefinição do papel do estado, com modificações no planejamento, na implementação de políticas públicas e na gestão urbana, associadas à reorganização da economia mundial (PEREIRA, 2006).

Assim, as transformações da metrópole sugerem a emergência de novas dinâmicas imobiliárias na América Latina, que resultam tanto do fenômeno da globalização, quanto dos processos locais de mudanças nos padrões de crescimento urbano (PEREIRA, 2006).

Para Pereira e Hidalgo (2008, p. 7),

(...) en los últimos años se asiste a una importante modificación de las metrópolis latinoamericanas, representada, entre otros aspectos de singular importancia, por los cambios de las formas, la segregación socio-espacial en las ciudades y el desarrollo de nuevas centralidades.

Mudam as dinâmicas, mas mantêm-se a segregação social e espacial características das cidades. Caldeira (2003, p. 211) diz que o espaço urbano se organiza basicamente através de padrões de diferenciação social e de segregação, sendo que “as regras variam cultural e historicamente, revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se interrelacionam no espaço da cidade”.

De modo geral, as cidades ao longo do século XX se estruturaram em um padrão centro-periferia, com as classes médias e altas instaladas nas áreas centrais, com boa infraestrutura, e as classes pobres alojadas nas periferias, normalmente em condições precárias. Mais recentemente, esse padrão começa a se modificar, surgindo “uma distribuição diferente das classes sociais e econômicas”, gerando outros tipos de espaços, onde pessoas de distintos grupos sociais se

instalam, mas são separados do convívio por uma série de aparatos de segurança (CALDEIRA, 2003, p. 231).

Nesse sentido, Pereira (2006, p. 47) diz que a noção de centro e periferia não consegue mais explicar a disposição dos “diferentes grupos sociais na cidade e nem o surgimento dos novos produtos imobiliários exclusivos para as classes médias e altas, com o conseqüente agravamento da moradia para os mais pobres”.

Consolida-se, então, um processo de reestruturação urbana, que gera novos padrões espaciais. De acordo com Soares (2006, b, p. 164), o termo *reestruturação* é utilizado para explicar as mudanças profundas que afetam o espaço interno das cidades, suas atividades e a disposição dos diferentes grupos sociais. Para esse autor, a reestruturação urbana

(...) configura-se como um amplo processo de mudança da base espacial do capitalismo, estreitamente vinculado com os interesses de setores do capital industrial, comercial e financeiro e do próprio capital imobiliário, articulado aos poderes públicos, aos *mass media* e a frações das classes médias e altas e de outros grupos sociais que abraçam uma ideologia antiurbana e de “fuga da cidade” como modo de afastar-se dos problemas urbanos (...).

Essa nova estruturação do espaço urbano, no qual se sobrepõem os processos globais e locais, reflete “a crise social existente em vários campos da vida contemporânea” (PEREIRA, 2006, p. 47).

Segundo Pereira (2006, p. 49), a reestruturação imobiliária abrange

(...) desde as mudanças de produção na construção imobiliária, as formas e os produtos arquitetônicos, a introdução de equipamentos, materiais e elementos de decoração, a reorganização da incorporação, do comércio e da indústria da construção até a emergência de produtos imobiliários novos surgidos da produção reestruturada, como os chamados condomínios fechados, que modificam a expansão metropolitana e dão origem a novas periferias sociais e espaciais.

Assim, modifica-se a organização espacial da cidade à medida que se consolida uma expansão territorial cada vez mais dispersa e fragmentada, resultante dos produtos ofertados pelo mercado imobiliário, que criam novos padrões de moradia para as classes de maior poder aquisitivo e que estendem essa demanda para as outras cidades da região metropolitana (UEDA, 2006).

Redesenhando os espaços urbanos, o setor imobiliário e seus agentes contribuem para aumentar a segregação socioespacial, uma vez que nem todas as pessoas têm acesso à moradia e as classes mais abastadas tendem a buscar áreas mais aprazíveis, em locais afastados das populações de baixa renda (UEDA, 2006).

Segundo Ueda (2006, p. 94), o setor imobiliário justifica que as mudanças no setor imobiliário seguem

(...) um padrão internacional adotado pelas principais cidades da América Latina. (...) um dos motivos dessa mudança é a falta de segurança existente nas principais cidades, o que leva a população de maior poder aquisitivo a transferir seu local de moradia para áreas distantes do centro da cidade.

Bauman (2009, p. 41) diz que a cidade do nosso tempo tornou-se o espaço do medo e da insegurança. Suspeitamos dos outros e de suas intenções, e as ameaças, supostas ou reais, “à integridade pessoal e à propriedade privada convertem-se em questões de grande alcance cada vez que se consideram as vantagens e desvantagens de viver em um determinado lugar”. Incorporadas pelo *marketing* imobiliário, a fragilidade e a insegurança que acompanham a existência refletem-se nos conceitos, nos padrões de construção e nos complexos aparatos de segurança, que tendem a acentuar os processos de segregação/exclusão.

A segregação pode ser definida como a distribuição espacial de diferentes grupos sociais, segundo critérios raciais, étnicos, nacionais, socioeconômicos. Não se trata apenas de um zoneamento de atividades, mas sim “de la localización de determinados grupos sociales em sítios específicos de la ciudad o de la tendencia a evitar la “mezcla social” em las subunidades territoriales” (VIGNOLI, 2000, p. 231).

Há muito tempo acompanhando os assentamentos humanos, o processo de segregação refere-se sobretudo à questão residencial (VIGNOLI, 2000) e tende a apresentar uma uniformidade da população, que reflete

(...) de um lado, a distribuição de renda da população, e de outro, o tipo de residência e a localização da mesma em termos de acessibilidade e amenidades. Em realidade, a segregação parece constituir-se em uma projeção espacial do processo de estruturação de classes, sua reprodução, e a produção de residências na sociedade capitalista (CORRÊA, 1997, p. 132).

Também é importante salientar que a segregação residencial pode ser voluntária, quando o indivíduo escolhe por afinidade onde viver, conforme seus interesses sociais, culturais e econômicos, ou involuntária (de exclusão), quando os indivíduos não decidem onde viver, e se estabelecem por imposição, conforme sua situação econômica (VIGNOLI, 2000).

A segregação voluntária, além dos elementos simbólicos de distinção social e de busca de qualidade no habitar, se concretiza com o aumento da violência urbana<sup>31</sup>. Com isso, criam-se espaços fechados, verdadeiras fortalezas, concebidas para afastar e rechaçar os indesejáveis, cuja “a intenção desses espaços vetados é claramente dividir, segregar, excluir e não de criar pontes, convivências agradáveis e locais de encontro” (BAUMAN, 2009, p. 42).

O exemplo mais emblemático desses espaços defensivos são as norte-americanas *gated communities*, espaços residenciais fechados repletos de câmaras de controle, de sistemas de segurança e de guardas armados, que somam mais de vinte mil empreendimentos, reunindo uma população superior a oito milhões de pessoas (BAUMAN, 2009).

Com o crescimento dos novos produtos imobiliários, surge uma nova forma de privatização da cidade, a partir da qual “o espaço urbano se reestrutura, muda suas formas arquitetônicas e, também, as formas sociais de produção e apropriação imobiliária”, permitindo ao capital o acúmulo de excedentes cada vez maiores (PEREIRA, 2006, p. 58).

Nas últimas décadas, as periferias tornaram-se espaços cada vez mais complexos, com grande heterogeneidade na distribuição espacial dos grupos sociais. Se no passado as periferias eram áreas desprovidas de infraestrutura, com condições de vida precárias, e que abrigavam as camadas sociais mais pobres, hoje apresentam aglomerações espaciais com conteúdos sociais diversos, constituindo-se num espaço onde diferentes classes sociais coabitam (BICHIR, 2005).

Assim, surgem novas feições no entorno das cidades. Algumas periferias, que outrora eram reservadas à atividade rural ou para loteamentos para

---

<sup>31</sup> A apreensão da população com relação à violência pode ser observada nos resultados do “Relatório de Desenvolvimento Humano Brasileiro 2009/2010” do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que aponta a violência como uma das principais preocupações dos brasileiros. Disponível em <<http://hdr.org/em/reports/global/hdr2009/>>, acesso em 30 mai. 2010.

populações de baixa renda, são agora imbuídas de um novo significado, de qualidade do habitar, de tranquilidade e segurança, transformando-se em espaços procurados por camadas sociais mais altas, penetrando nos circuitos imobiliários especulativos.

Para Alentejano (2003), as mudanças mais expressivas nas periferias rurais atualmente estão ocorrendo nas regiões metropolitanas, onde se intensifica a busca dos segmentos sociais mais abastados por locais seguros, aprazíveis, distantes do caos urbano. Inseridas dentro da lógica atual de revalorização da natureza e com o apoio de estratégias de marketing imobiliário, consolidam-se esses novos conceitos de moradia que promovem uma crescente valorização das áreas contíguas às cidades.

Em Lomba Grande, se há cinco anos o hectare era comercializado por cerca de R\$6.000,00 (seis mil reais), hoje o preço ultrapassa os R\$30.000,00 (trinta mil reais) por hectare nas áreas mais distantes do centro urbano, como São João do Deserto, São Jacó e Taimbé. Já na área central, os lotes seguem padrões urbanos (15x30m), e atingem valores semelhantes a outros bairros populares de Novo Hamburgo, variando de R\$27.000,00 (vinte e sete mil reais) a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)<sup>32</sup>.

Nas melhores áreas, com boas vias de acesso e próximas dos equipamentos urbanos, é possível encontrar sítios à venda (com áreas de aproximadamente quatro hectares) que atingem valores de R\$160.000,00 (cento e sessenta mil reais) até R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), dependendo das benfeitorias que a propriedade dispõe, como edificações modernas, área de lazer, cozinha campeira, piscinas, açudes, paisagismo, entre outros, que agregam valor ao imóvel.

Segundo Souza (2000, p. 33), essas transformações sociais e espaciais que se materializam nas periferias das regiões metropolitanas apontam para um processo de “suburbanização ampliada”, que se estende “em direção ao campo, expandindo ainda mais a área integrada à metrópole”, aprofundando as relações urbanas nesses espaços.

---

<sup>32</sup> Informações obtidas através de anúncios de jornais da Região Metropolitana, sites especializados e também com corretores de imóveis que atuam na região, ao longo dos anos de 2008 a 2010. Vide no anexo B alguns anúncios de sítios disponíveis para comercialização em Lomba Grande.

Para Monclús (1998), o fenômeno de dispersão urbana, cada vez mais generalizado no mundo, está associado à ampliação das periferias, pela descentralização e ampliação de novas áreas industriais, pelo aumento da oferta de equipamentos e serviços que, amparados na ampliação dos sistemas viários, criam novas formas de produção espacial urbana e de dispersão das cidades e dos espaços metropolitanos.

Dematteis (1998, p. 25) diz que o processo de dispersão urbana é causado pela desconcentração funcional das cidades, seguindo a lógica dos produtores imobiliários e das infraestruturas, que promove a extensão do tecido urbano e origina novas periferias, com padrões espaciais e conteúdos sociais distintos. Para entender essas novas dinâmicas e formas espaciais

(...) es preciso sustituir la idea clásica de posición geográfica relativa o absoluta, que se refiere a un espacio continuo y homogéneo por la posición relacional, que hace referencia a otro tipo de espacio virtual, discontinuo y heterogéneo. Se trata de un espacio cuyas características varían de un lugar a otro según la disposición y superposición de las diversas redes de relaciones económicas, culturales y políticas que atraviesan cada lugar.

Reis Filho (2006, p.38) menciona que o processo de dispersão urbana é “complexo e diversificado” e que “não é específico de um país. Está presente nos Estados Unidos, Europa, América Latina e muitas regiões do Brasil”. Envolve a criação de áreas destinadas às indústrias, bem como aos bairros populares nas suas adjacências, áreas para comércio, serviços, e locais para educação, cultura, lazer e entretenimento. Além desses, surgem os bairros destinados às habitações de renda média e alta, com seus condomínios horizontais e loteamentos fechados que, “sendo apenas uma parte do processo, são com frequência tomadas pelo todo, porque são as que apresentam características mais acentuadas e evidentes” das mudanças territoriais e sociais que ocorrem nas periferias.

Sposito (2002) afirma que as cidades contemporâneas se distinguem das formas pretéritas pela sua grande extensão, pela descontinuidade dos tecidos urbanos, pela multiplicação das áreas centrais e pela diversificação dos conteúdos sociais e econômicos das áreas periféricas, que expressam novas maneiras de produzir e consumir o espaço.

Nesse sentido, ainda que a amplitude desse processo seja diferente nos diversos lugares, arriscamos dizer que na Região Metropolitana de Porto Alegre toma forma um processo de dispersão urbana, em que a dinâmica econômica da capital influencia todo seu entorno e surgem novas funções nas periferias, aparecendo distintas formas de sociabilidade.

### ***3.3 Mudanças nos marcos legais: o Plano Diretor Urbanístico Ambiental (PDUA)***

Algumas mudanças significativas nas formas de ocupação e uso do solo em Lomba Grande começam a partir da Lei Complementar Municipal nº 60/1985, de 11 de julho de 1985, que fixa sua zona urbana. De um distrito rural que ficou durante muito tempo praticamente isolado da sede do município, a delimitação do perímetro urbano representa um marco na transformação gradual desse espaço.

Em seguida, com a vigência da Lei nº 100/1996, de 07 de outubro de 1996, o perímetro urbano de Lomba Grande é ampliado, surgindo um novo ordenamento territorial, que implica em mudanças nas funções, nas atividades realizadas e, sobretudo, na tributação municipal que passa a incidir sobre essas áreas, com a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), estabelecido em alíquotas progressivas.

A partir dessa época, aumenta a oferta de equipamentos urbanos na área central de Lomba Grande, com a pavimentação das vias de circulação, iluminação pública, telefonia, a instalação de um posto policial, escolas, praça e, mais recentemente, a construção de uma Unidade Básica de Saúde, inaugurada em 2008. Surge uma série de estabelecimentos comerciais, que proporcionam à população o acesso a alguns bens e serviços, e o pequeno “centro” de Lomba Grande se modifica, assumindo um aspecto de “cidade”.

Seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001, de 10 de julho de 2001), que regulamenta os instrumentos de controle e gestão urbana e institui a obrigatoriedade da ordenação das cidades através do

plano diretor<sup>33</sup>, em 2004 é promulgado o Plano Diretor Urbanístico Ambiental do município de Novo Hamburgo (PDUA).

O PDUA (Lei nº 1.216/2004, de 20 de dezembro de 2004) estabelece um conjunto de diretrizes que compõem

(...) o sistema de planejamento municipal, regulamentando os espaços urbano e rural referentes à instalação de atividades, parcelamento do solo, sistema viário, instrumentos urbanísticos de controle do uso e ocupação do solo e outros dispositivos de administração e ordenação da cidade” (NOVO HAMBURGO, 2004, p. 2).

Em seu Artigo nº 29, o PDUA define o macrozoneamento do município, dividindo o território urbano e rural conforme suas “características e intensidade da ocupação e uso distintos, considerando os aspectos ambientais, geológicos, econômicos e de ocupação e uso existentes” (NOVO HAMBURGO, 2004, p. 9). Apesar do exposto nesse artigo, ou seja, das suas características naturais, sociais e sua aptidão agropecuária, que deveriam ser consideradas, Lomba Grande passa à categoria de *bairro*, desmembrado em três zonas principais (Figura 10):

- Zona Miscigenada Lomba Grande (ZMLG), que prevê a ocupação com lotes de dimensões compatíveis com as características e a infraestrutura local, e uso rarefeito, adequado às densidades de ocupação máxima (200 habitantes/ha) e mínima (160 habitantes/ha);

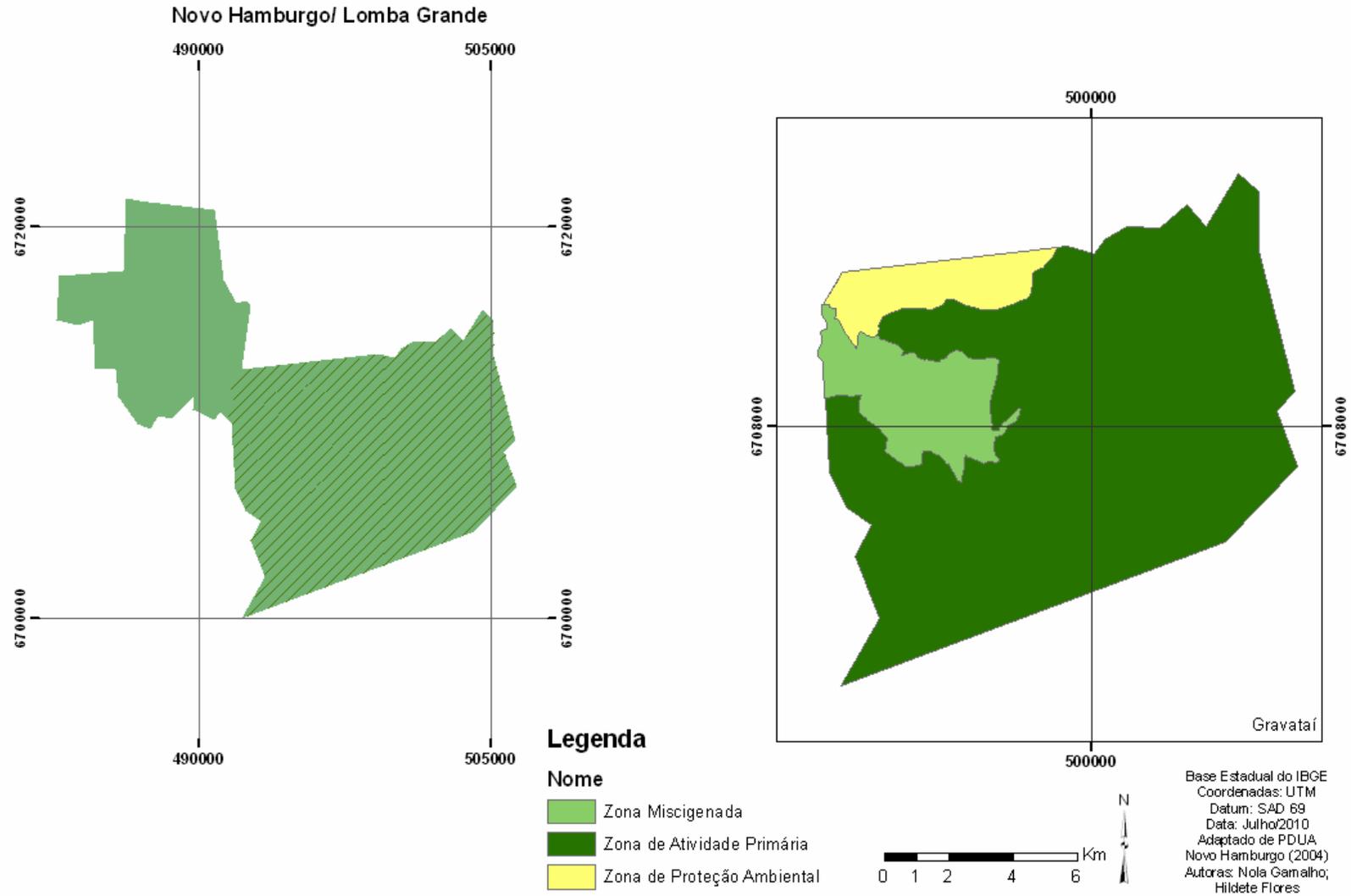
- Zona de Atividade Primária (ZAP), na atual zona rural de Lomba Grande, com características de ocupação rarefeita e com glebas compatíveis com a ocupação e uso agropecuário, agroindustrial e extrativista;

- Área de proteção ambiental (APA), entre o Rio dos Sinos, a divisa com o município de Campo Bom, a Estrada do Banhadão e a Rodovia do Progresso (projetada), que delimita áreas de preservação, como banhados, foz dos arroios, matas nativas e áreas de risco.

---

<sup>33</sup> O Estatuto da Cidade, em seu Artigo nº 41, incisos I e II, estabelece a obrigatoriedade do ordenamento urbano por meio do Plano Diretor para cidades com mais de 20.000 habitantes e para as cidades que integram as Regiões Metropolitanas. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis\\_2001/l110257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis_2001/l110257.htm)>, acesso em 22 ago. 2010.

Figura 10 - Macrozoneamento de Lomba Grande



A Zona Miscigenada, por sua vez, se divide em cinco setores: Setor Central de Lomba Grande (SCLG), Passo do Peão, Wallahay, Passo dos corvos Rotermund, com características de ocupação e uso preferencial habitacional unifamiliar e atividades que propiciem a manutenção das características locais e o desenvolvimento do potencial turístico.

Os Núcleos Rurais Urbanos (NRU) integram as chamadas Áreas Especiais (AEs), e são definidos como

(...) aglomerados populacionais, localizados na Zona de Atividade Primária - ZAP e na Zona Miscigenada do Bairro Lomba Grande - ZMLG, passíveis de monitoramento da ocupação para adequação do uso compatível com a zona ou diferenciação do uso com determinação de regime urbanístico e tributação diferenciada nas condições a regulamentar (NOVO HAMBURGO, 2004, p. 14).

Os condomínios fechados estão enquadrados nessa categoria, como uma tentativa de regularizar a situação desses empreendimentos, mas ainda enfrentando uma série de impedimentos do ponto de vista legal e ambiental.

Quanto ao tamanho dos lotes, a definição da área mínima determina que, no SCLG, deverá ser de 500m<sup>2</sup> e, na ZAP, deverá ser conforme o módulo rural do INCRA (2 hectares), além de nessas áreas não serem permitidos parcelamentos de interesse social (lotes populares de 125m<sup>2</sup>).

Todas essas alterações, do ponto de vista legal, vão aos poucos mudando o ordenamento territorial em Lomba Grande. Contudo, é evidente que há um distanciamento entre o que preconiza a lei e a prática cotidiana.

Os condomínios, por exemplo, estão em desconformidade com o PDUA, se considerarmos que a grande maioria deles possui lotes de 1.000m<sup>2</sup> ou 2000m<sup>2</sup>, ou seja, não seguem os padrões do módulo rural para a localidade. Um artifício utilizado para escriturar os terrenos junto ao Registro de Imóveis é registrá-los na mesma matrícula, como se fosse uma partilha familiar, feito normalmente nas áreas com mais de 5 hectares.

Em relação à cobrança de tributos, o PDUA prevê que a tributação diferenciada “será na forma de graduação de alíquota do IPTU, em função da localização e do uso do imóvel, por meio de legislação específica para fixação de condições” (NOVO HAMBURGO, 2004, p. 26).

Mas essa cobrança se dá atualmente apenas na área central de Lomba Grande; as outras áreas estão sujeitas ao pagamento do ITR, que é um valor bastante diferenciado em relação ao IPTU. Alguns proprietários que possuem áreas maiores localizadas no Setor Central de Lomba Grande (SCLG) vêm tentando modificar as alíquotas de cobrança por meio judicial. Existem até imobiliárias que comercializam sítios e terrenos em Lomba Grande e que divulgam em seus *sites* que os lotes dos condomínios pagam apenas o ITR, o que representa mais um atrativo para os possíveis compradores.

Também é importante questionar os interesses do capital imobiliário em Lomba Grande, pois sua grande extensão territorial e a reserva de áreas que representa para Novo Hamburgo certamente serão, em algum momento, afetadas por novas mudanças na legislação, considerando que, ao longo deste ano, o PDUA está em processo de revisão e “adequação” às demandas do município.

Outra informação relevante refere-se ao pedido de emancipação política de Lomba Grande, que desde 1º de setembro de 1999 tramita na Assembleia Legislativa Estadual. Pleiteado pela comunidade e lideranças locais em função do abandono e das dificuldades enfrentadas pela área rural, foi motivo de muitos embates entre as lideranças políticas do município.

Por seu valor paisagístico, histórico, cultural e, evidentemente, pela grande extensão territorial de Lomba Grande, a municipalidade passou a atender de forma mais efetiva algumas demandas locais, realizando melhorias na infraestrutura e nos serviços básicos urbanos e desmobilizando a comunidade em seu intento de autonomia política e administrativa. No momento atual, o processo de emancipação está “*praticamente esquecido*” pela comunidade, e há um interesse dos órgãos públicos no sentido de promover o desenvolvimento rural, com atividades econômicas como o turismo, para que a localidade possa encontrar novas possibilidades de sustentação.

Todas essas mudanças impostas pelo poder público em Lomba Grande, além da presença crescente do setor privado vão redefinindo gradativamente os espaços, à medida que há uma valorização das áreas e se criam algumas “áreas nobres”, como os condomínios fechados. Além disso, o aumento dos conteúdos urbanos e a chegada massiva de cidadãos atraídos pela beleza e infraestrutura do lugar modificam suas relações econômicas, sociais e culturais.

### **3.4 A aposentadoria rural como meio de permanência no campo**

Com o processo de modernização da agricultura iniciado no Brasil em meados dos anos 1960, conduzido a partir dos interesses urbanos, acentuou-se o declínio da pequena propriedade, uma vez que os agricultores tornaram-se cada vez mais dependentes da indústria de insumos agrícolas e das fontes de financiamento. Por não conseguirem competir com a produção em larga escala, milhares de agricultores familiares foram levados ao empobrecimento.

Nesse contexto de transformação da estrutura econômica do país, quando o processo industrial se sobrepôs ao agrário, o êxodo rural se intensificou, aumentando o deslocamento das populações em direção aos centros urbanos, transferindo a mão de obra empregada nas atividades agropecuárias para outras atividades urbanas (CAMARGO, 1968).

Ao mesmo tempo em que as áreas rurais entraram em declínio a partir dessa época, as cidades cresceram absurdamente, sofrendo mudanças rápidas e testemunhando o surgimento de uma série de desajustamentos sociais, como pobreza, violência, causados pela incapacidade das áreas urbanas de absorver toda a mão de obra e proporcionar condições de vida e trabalho às populações (CAMARGO, 1968).

Para as famílias que permaneceram no campo e que de modo geral tiveram pouco amparo do Estado, restaram algumas estratégias de sobrevivência, como a produção de subsistência, a atividade parcial na agricultura, combinada com o trabalho assalariado na cidade ou ainda com o trabalho de caseiros, jardineiros e outros, realizados nas propriedades adjacentes. Enquanto isso, os filhos ajudavam na renda familiar trabalhando, sobretudo, nas indústrias de calçados: “*os guris cresciam passando cola*”, relatou um entrevistado, evidenciando as dificuldades econômicas enfrentadas pelas famílias.

A aposentadoria naquela época representava um benefício limitado a poucos contribuintes, pois era restrita ao chefe de família, exigia uma série de requisitos para a sua concessão e representava um acréscimo reduzido à renda familiar.

O Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL) era a entidade que administrava e concedia os benefícios

(...) aos trabalhadores rurais, pescadores (a partir de 1972) e garimpeiros (a partir de 1975), bem como seus dependentes, oferecendo como benefícios a aposentadoria por idade aos 65 anos, a aposentadoria por invalidez, a pensão para viúvas e órfãos, auxílio-funeral e assistência médica. A aposentadoria por idade ou invalidez era devida apenas ao chefe de família e perfazia meio salário mínimo. A pensão equivalia a 30% do salário mínimo. A partir de 1974/75 foi incluída no plano de benefícios a Renda Mensal Vitalícia por invalidez ou para idosos a partir dos 70 anos de idade, para os que não completassem os requisitos estabelecidos para a aposentadoria/pensão, também no valor de meio salário mínimo, bem como o seguro de acidentes de trabalho rural (SCHWARZER, 2000, p. 74).

A assistência médica era administrada através de convênios com organizações locais, normalmente os sindicatos rurais, que eram previstos como parceiros na Lei do Funrural. O financiamento dos benefícios era feito com uma contribuição de 2,0% sobre o valor de comercialização da produção rural, a cargo do adquirente. Além disso, uma alíquota de 2,4% sobre a folha de salários urbana complementava a estrutura de custeio do Funrural (SCHWARZER, 2000).

Em 1977, com a criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), o programa de benefícios passou a ser administrado pelo Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), os benefícios médicos pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) e a instituição administrativa Funrural foi extinta (SCHWARZER, 2000).

Com a aprovação da Constituição Federal de 1988 (complementada pelas Leis nº 8.212 e 8.213 de 24/07/1991<sup>34</sup>), ocorrem mudanças no programa previdenciário rural, que representa uma importante conquista social e que permite aos agricultores sua permanência e o sustento no campo.

Promulgada em 1991, a Constituição Federal, em seu artigo nº 195, §8, estabelece que

---

<sup>34</sup> A Lei nº 8.212, de 24/07/1991, dispõe sobre a seguridade social e institui o plano de custeio, garantindo a universalidade da cobertura e do atendimento previdenciário e a Lei nº 8.213, de 24/07/1991, dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social. Essas leis foram alteradas através da Lei nº 11.718, de 20/06/2008, que acrescenta artigo à Lei nº 5.889, de 8/06/1973, criando o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo; estabelece normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural; prorroga o prazo de contratação de financiamentos rurais de que trata o § 6º do art. 1º da Lei nº 11.524, de 24/09/2007; e altera as Leis nºs 8.171, de 17/01/1991, nº 7.102, de 20/06/1993, nº 9.017, de 30/03/1995, nº 8.212 e nº 8.213, ambas de 24/07/1991. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil/\\_ato2007-2010](http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2007-2010)>, acesso em 13 mar. 2010).

(...) o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei (BRASIL, 1988, p.133).

Essa legislação significou uma alteração conceitual profunda para o sistema, pois foi eliminado o tratamento administrativo-institucional separado que até então era dado ao setor rural na Previdência Social e foram incluídos os trabalhadores rurais e os segurados produtores familiares, chamados de “segurados especiais” no plano de benefícios normal do Regime Geral de Previdência Social.

Outras alterações importantes contempladas na lei foram que

(...) as mulheres trabalhadoras rurais vieram a ter acesso à aposentadoria independentemente de o cônjuge já ser beneficiário ou não (... ) Em termos de plano de benefícios, tal qual para os segurados “normais” do INSS, o piso de benefícios para aposentadorias (pensões) dobrou e passou a ser de um salário mínimo, aplicável também aos benefícios concedidos antes de 1988. Outra especificidade de tratamento reside na idade de acesso à aposentadoria por idade mais baixa, fixada em 60/55 anos para homens/mulheres no meio rural (65/60 para homens/mulheres entre segurados urbanos). Uma terceira diferença de tratamento corresponde à carência, que, ao invés do período de contribuição mínimo previsto para os segurados urbanos, pode ser cumprida mediante comprovação de tempo de atividade rural de igual extensão, a ser feita, além das possibilidades elencadas para os trabalhadores urbanos, por documentação comprobatória do uso da terra (contrato de parceria ou arrendamento, termo de propriedade do terreno etc.), notas de venda da produção rural (bloco de notas do produtor rural) ou declaração expedida pelo sindicato rural e homologada pelo INSS (SCHWARZER, 2000, p.17).

A partir daí, os agricultores idosos e também os inválidos, de ambos os sexos, passaram a ter seus direitos previdenciários reconhecidos, o que provavelmente constituiu um aporte financeiro importante das famílias rurais. Se antes os agricultores idosos dependiam do amparo dos filhos, com a aposentadoria rural tornam-se também provedores, contribuindo com a renda das famílias rurais, num contexto em que a atividade agrícola já não é a única atividade desenvolvida nas propriedades, nem se constitui mais na principal fonte de sustento dos agricultores.

As mudanças nas relações familiares e produtivas promovidas com a chegada desses recursos são expressivas: diferentemente da renda obtida com a lavoura, que depende de vários fatores, como condições climáticas, escoamento da produção, preços de mercado, entre outros, a aposentadoria passa a representar um recurso obtido por direito aos agricultores, e que lhes possibilita o acesso a uma série de bens e serviços. A aposentadoria rural também movimentou o comércio local, que se beneficia com a dinamização da atividade econômica provocada pelo aumento do poder de compra dos aposentados.

Além disso, ao promover um acréscimo na renda familiar, a aposentadoria passa a representar um papel importante no combate à pobreza rural e contribui para a permanência de muitas famílias no campo. Schwarzer (2000, p. 65) registra que, pelas dimensões que atinge, a concessão das aposentadorias rurais pode ser considerada bastante eficiente “na cobertura dos riscos sociais e no combate à pobreza”.

Um dado importante a ser destacado refere-se à pesquisa de orçamentos familiares realizada pelo IBGE no ano de 2003, elaborada pelo DIEESE, que mostra que os recursos oriundos da previdência pública já representam 12,7% do orçamento familiar nas áreas rurais na região sul do Brasil<sup>35</sup>.

Segundo informações obtidas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lomba Grande, desde o ano de 2000, são concedidas em média trinta aposentadorias rurais por ano. Se no início da concessão desse benefício as pessoas abandonavam a área rural no momento em que se aposentavam, vendendo sua terra e dirigindo-se às periferias da cidade para residirem próximos aos filhos, hoje há um movimento inverso, ou seja, os agricultores aposentados permanecem no campo, auxiliando na renda familiar e tendo uma vida mais tranquila. Muitas vezes, os filhos também fazem o caminho contrário e voltam a morar na localidade, construindo suas casas nas terras dos pais e mantendo suas atividades na cidade, deslocando-se diariamente para o trabalho, facilitado pelas melhorias nas estradas e na oferta de transporte público.

Através das entrevistas realizadas com alguns moradores foi possível constatar que algumas famílias contam com a aposentadoria rural como um aporte

---

<sup>35</sup> Informações disponíveis em <<http://www.sistemas.mda.gov.br/arquivos>>, acesso em 12 jan. 2010.

substancial na renda familiar, um “*dinheiro certo*”, que garante o atendimento de suas necessidades básicas, e ainda contribui com a permanência dos idosos no campo, enquanto os filhos e netos se dedicam à agricultura e/ou outras atividades no meio urbano.

Outro fenômeno representativo na localidade é a chegada de aposentados urbanos, oriundos das cidades próximas e também de pessoas que abandonaram a vida agrícola na juventude, em busca de “*melhores condições de vida*” na cidade e que, ao cumprir seu tempo de trabalho assalariado na cidade, retornam para a área rural, em busca de uma vida mais tranqüila e junto à natureza, muitas vezes adquirindo terras que pertenceram aos seus familiares no passado.

Nesse sentido, podemos supor que a renda dos aposentados representa atualmente um aporte financeiro importante nas famílias que, além de proporcionar autonomia aos idosos, estimula sua permanência no local, diminui o êxodo rural e movimenta o consumo de produtos e serviços ofertados em Lomba Grande, contribuindo para aquecer a economia local.

#### **4. Lomba Grande e as novas ruralidades: o surgimento de múltiplas funções no espaço rural**

As novas dinâmicas econômicas e sociais no meio rural na atualidade evidenciam as profundas transformações, não apenas na estrutura produtiva, mas pela incorporação de outras variáveis, como as condições de vida da população, as relações de trabalho, o acesso aos meios de produção, a conservação dos recursos naturais, a qualidade de vida, etc. Assim, novas funções se desenvolvem nos espaços rurais, relacionadas a atividades de lazer, turismo, prestação de serviços, proteção ambiental, moradia, segunda residência, entre outras, juntamente com sua função primordial de produzir alimentos e matérias primas (MATTEI, 2004).

No caso de Lomba Grande, as transformações vêm ocorrendo num ritmo crescente, provocando modificações nas atividades agrícolas e no modo de vida local, e não deve ser considerado um processo dissociado do que está acontecendo em escala global. Respeitadas as suas singularidades, o que está ocorrendo na localidade pode ser entendido como uma tentativa de sobrevivência dos agricultores frente às transformações estruturais que ocorreram a partir da modernização da agricultura, nos anos 1960, e que repercutiram significativamente nos diferentes espaços agrários.

Também adquire importância crescente o debate sobre a questão ambiental, sobretudo a partir dos anos 1970, quando a tomada de consciência da problemática gerada pela sociedade urbano-industrial traduz-se em uma série de estudos e avaliações, visando formular políticas e recomendações ao poder público na busca de sustentabilidade ambiental (GRABOIS, 2009).

Com a publicação do relatório da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987, difunde-se o conceito de *desenvolvimento sustentável*, que sugere a busca de um modelo de desenvolvimento que atenda às necessidades humanas essenciais sem comprometer a possibilidade de as

gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades, e com o qual o crescimento econômico e social possa ser ampliado, considerando os limites dos ambientes naturais (CMMAD, 1988).

A partir dessa época, consolida-se o ambientalismo em termos internacionais, quando os movimentos político-sociais ligados à questão ambiental passam a atuar de forma efetiva na sociedade, influenciando na revalorização da natureza e na busca de uma vida mais saudável e menos artificial (GRABOIS, 2009).

Esse debate sobre a qualidade do ambiente vai trazer à tona a qualidade de vida do mundo rural, que desponta como um espaço que representa uma possibilidade de qualidade do habitar, em contraponto à situação caótica dos centros urbanos. Kayser (1990), citado por Wanderley (2000, p. 93), diz que a diminuição da saída das populações rurais e as novas dinâmicas sociais e econômicas desses espaços apontam para um processo de “renascimento do rural”, em que o campo se revitaliza e se reveste de novos valores e significados.

Nessa perspectiva, emerge, a partir de meados dos anos 1980, uma nova conformação no meio rural brasileiro<sup>36</sup>, que se caracteriza pelo crescimento das atividades não-agrícolas no campo, fazendo surgir outras perspectivas de vida e trabalho para os agricultores, e imprimindo novos processos socioespaciais no meio rural (SILVA, 1998).

Para Del Grossi e Silva (2002), atualmente é possível identificar três grandes grupos de atividades no meio rural: 1) uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias; 2) um conjunto de atividades não agrícolas ligadas à moradia, ao lazer, turismo, prestação de serviços e preservação ambiental; e 3) um conjunto de novas atividades agropecuárias voltadas para nichos de mercado diferenciados.

O primeiro grupo representa a agricultura empresarial, praticada em grandes áreas com utilização de insumos modernos para a produção em larga escala, e visando o mercado internacional, como os produtores de laranja, soja e milho (SILVA, 1998). O segundo grupo é constituído pelas famílias dos agricultores,

---

<sup>36</sup> Essa nova conformação do meio rural vem sendo denominada por alguns pesquisadores como “Novo Rural Brasileiro”, objeto de estudo do projeto “Rurbano”, desenvolvido pela Universidade de Campinas/SP, que analisa a diversificação das atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural e o atual fenômeno de urbanização do campo (SILVA, 1999).

que encontraram nas atividades não agrícolas uma fonte de renda para complementação do orçamento familiar, em atividades como indústria de transformação, comércio, prestação de serviços, construção civil e outros (SILVA, 1998). O terceiro grupo de atividades surge a partir das mudanças nos padrões de consumo da sociedade, inseridas numa lógica de revalorização da natureza e busca de qualidade de vida, como a produção de alimentos orgânicos, a apicultura, as plantas medicinais e condimentares, a criação de aves nobres, flores, a piscicultura, além das atividades de lazer e turismo, com as quais se busca diversificar e agregar valores à atividade rural (SILVA, 1998).

De acordo com Bricalli (2005), além desses três grupos de atividades identificados acima, mais três segmentos contribuem para as novas dinâmicas impressas nas áreas rurais: a agricultura familiar, os assentamentos da reforma agrária e as atividades ligadas à preservação ambiental.

O primeiro segmento é o da agricultura familiar, setor fundamental para o abastecimento do mercado interno de alimentos. O Censo Agropecuário 2006, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007), demonstrou que a agricultura familiar vem se tornando um setor agrícola expressivo, que ocupa mais mão de obra que a agricultura convencional e que, mesmo produzindo em áreas menores, sustenta o fornecimento de alimentos para a população.

Informações do IBGE (2007) apontam que no Brasil existem atualmente cerca de 4,3 milhões de propriedades agrícolas familiares (85% do total de estabelecimentos do país), que ocupam cerca de 24,3% da área dos estabelecimentos agropecuários no país (80,25 milhões de hectares) e absorvem cerca de 70% da mão de obra no meio rural. No Rio Grande do Sul, a agricultura familiar representa 378,5 mil unidades, que correspondem a 86% dos estabelecimentos rurais produtivos no Estado. A agricultura familiar é responsável por 54% do valor bruto da produção gaúcha, com 81% das pessoas ocupadas no meio rural.

Dados da pesquisa feita pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Food and Agriculture Organization (FAO) no ano de

2000<sup>37</sup> apontam que a agricultura familiar é responsável por 37,9% do valor bruto da agropecuária nacional. Com esses dados, é possível constatar que a agricultura familiar volta a ser uma atividade rentável nos tempos atuais e aponta para uma nova dinâmica social e produtiva no campo, que pode contribuir para a melhoria das condições de vida e trabalho das populações rurais, além de manter a qualidade ambiental.

O segundo segmento é dos assentamentos da reforma agrária. A reforma agrária é definida como “uma política pública de desconcentração fundiária por meio da desapropriação de terra”. Prevista no Estatuto da Terra desde 1964, representa a possibilidade legal da desapropriação de terras por interesse social (FERNANDES, 2003, p. 6). Lefebvre (1975) diz que a reforma agrária possui características e formas bastante distintas segundo seus condicionantes e regimes políticos, e expressam a complexidade e a atualidade mundial dos problemas agrários.

O terceiro segmento é ligado à proteção, conservação e preservação ambiental, e adquire importância crescente à medida que se ampliam os debates sobre a sustentabilidade dos recursos naturais (BRICALLI, 2005). A brutalidade dos problemas socioambientais provocados pelo modelo urbano-industrial despertou a atenção da sociedade para a desordem global da biosfera, introduzindo a questão ambiental na pauta das discussões, notadamente a partir dos anos 1960. A partir dessa época, crescem as demandas da sociedade, que passa a exigir ações e políticas que minimizem os problemas ambientais causados pelo modelo de desenvolvimento da modernidade ocidental (PÁDUA, 1991).

No Brasil, além dos graves problemas urbanos, o modelo agroquímico instaurado a partir da Revolução Verde aprofundou o envenenamento do ambiente e dos alimentos e “a agricultura, que deveria ser o principal dos fatores de saúde do homem, tornou-se um dos principais fatores de poluição” (LUTZENBERGER, 1985, p. 101).

Nesse contexto de degradação dos ecossistemas pela atividade agrícola, irrompe uma mudança de atitudes em relação ao ambiente rural, com a

---

<sup>37</sup> Publicado no trabalho “Novo retrato da Agricultura Familiar: o Brasil redescoberto”, INCRA/FAO, março 2000. Disponível em <<http://www.gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes>>, acesso em 15 set. 2009.

difusão de várias técnicas de cultivo desenvolvidas a partir de princípios ecológicos e sustentáveis, buscando um melhor aproveitamento dos recursos naturais, como a agricultura ecológica, natural, orgânica, biodinâmica, permacultura entre outras (INDRIO, 1980).

A difusão da agroecologia tem um papel fundamental de abrir novas possibilidades no mundo rural, à medida que se baseia numa relação menos agressiva com a natureza e pode promover uma diversificação funcional para o atendimento de demandas pontuais. Altieri (1989) diz que a agroecologia possui uma série de vantagens técnicas e econômicas. Ao utilizar técnicas e procedimentos adequados e eficientes, promove a exploração econômica de longo prazo, mantendo o agroecossistema estável e autossustentável, conservando os recursos naturais e garantindo a manutenção das famílias de agricultores.

Do mesmo modo que a produção agrícola, a atividade turística também depende das qualidades ambientais, pois essas se constituem nos principais atrativos do espaço rural. Nesse sentido, cresce o cuidado e a vigilância sobre a qualidade da água, do solo, do ar e dos diferentes ecossistemas, exigindo ações de manejo, conservação e recuperação das áreas degradadas para redução dos impactos ambientais e garantia de manutenção dessas atividades (MATTEI, 2004).

Com o surgimento dessas novas funções, o rural deixa de ser o espaço preponderante da produção agropecuária, passando a apresentar um alargamento das funções produtivas não agrícolas, associado a um gradativo processo de urbanização do campo, que torna mais tênue a distinção entre urbano e rural (RODRIGUES, 2001).

Esse processo de refuncionalização do campo promove mutações que refletem diferentes dimensões da mesma lógica, e entender “os processos que atuam na construção/expansão de grande parte das cidades passa pela igualmente necessária compreensão dos processos que atuam no campo”, unindo dialeticamente esses espaços (OLIVEIRA, 2005, p.104).

Nesse sentido, Silva (1999) concorda com a concepção de continuum espacial, em que não existem mais dois mundos contrários, mas dois espaços interdependentes, com diferentes conteúdos e relações abrangentes, mas com fronteiras cada vez mais fluidas.

Além disso, a Região Metropolitana, que sofre mais abruptamente os impactos da inserção na economia globalizada, irradia essas mudanças em direção

às suas periferias, acentuando as transformações nas relações sociais, culturais, ambientais e econômicas dos espaços contíguos à capital.

Com a acelerada urbanização e industrialização do município de Novo Hamburgo, Lomba Grande também muda sua realidade, desempenhando novas funções num ritmo crescente: a atividade agrícola permanece, juntamente com o aumento da oferta de serviços relacionados à moradia, ao lazer, ao turismo, a preservação ambiental, entre outros, e que serão discutidos a seguir.

#### **4.1 A oferta de serviços urbanos**

Com a chegada crescente de cidadãos em Lomba Grande, começam a ser oferecidas novas modalidades de serviços, principalmente ligados às atividades de lazer e ao turismo. Além dos serviços públicos disponíveis, como escolas, creches, posto de saúde, posto policial, agência de correios, cartório de títulos e documentos, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, EMATER e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, cresce a oferta de estabelecimentos comerciais, como supermercados, uma agência bancária do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), posto de gasolina, farmácias, imobiliárias, bares, restaurantes, *lan houses*, locadoras, lojas de artesanato e decoração, lojas de produtos coloniais, lojas de móveis e de equipamentos para informática, salões de beleza, espaços terapêuticos, academias (Figuras 11 e 12). Também existem diversos “balneários”<sup>38</sup>, pesque-pagues e outros serviços vinculados ao turismo, que proporcionam atividades de educação ambiental, trilhas para carros e motos, montanhismo, cavalgadas e sítios para retiros e cursos, como mostra o Quadro 4.

---

<sup>38</sup> Segundo Ferreira (1975, p. 179), *balneário* significa “estabelecimento organizado e equipado para banhos; estância balnear de águas medicinais”. Além das águas termais, o vocábulo *balneário* também é associado aos lugares situados no litoral. Em Lomba Grande, usa-se o termo para designar os sítios que se dedicam às atividades de lazer, oferecendo aos visitantes uma série de equipamentos recreativos.

**Quadro 4: Relação dos empreendimentos turísticos localizados em Lomba Grande**

<b>Nome do Empreendimento</b>	<b>Atividade</b>	<b>Local</b>
1. Restaurante Frühstück	Restaurante e produtos coloniais	Centro
2. Casa da Colina	Restaurante	Centro
3. Sociedade Atiradores	Restaurante	Centro
4. Portal da Fazenda	Restaurante	Santa Maria do Butiá
5. Chapéu Verde	Restaurante e centro de Lazer	Morro dos Bois
6. Recanto das Araucárias	Alojamento para grupos	Quilombo
7. Sítio Pé na Terra	Produção rural e alojamento	Morro dos Bois
8. Sítio São Luiz	Sítio de lazer e alojamento	Morro dos Bois
9. Sítio São João	Sítio de lazer/área para camping	São João do Deserto
10. Ecoparque	Sítio de lazer	Centro
11. Balneário Taimbé	Sítio de lazer	Taimbé
12. Túnel do Tempo	Sítio de lazer	Morro dos Bois
13. Balneário dos Mello	Sítio de lazer	São Jacó
14. Sítio Recanto do Vovô	Sítio de lazer	Santa Maria do Butiá
15. Balneário da Cascata	Sítio de lazer	São João do Deserto
16. Balneário Nova Vida	Sítio de lazer	São João do Deserto
17. Balneário São João	Sítio de lazer	São João do Deserto
18. Paraíso Tropical	Sítio de lazer	São João do Deserto
19. Balneário dos Sonhos	Sítio de lazer	Centro
20. Sítio Sagrada Família	Sítio de lazer	Morro dos Bois
21. Sítio Natureza	Sítio de lazer	Taimbé
22. Sítio Três Figueiras	Sítio de lazer	Taimbé
23. Balneário Chapéu Verde	Sítio de lazer	Morro dos Bois
24. Caranguejo Selvagem	Sítio de lazer, trilhas	Santa Maria do Butiá
25. Fazenda Montana	Eventos, lazer e gastronomia	Quilombo
26. Vale Dourado	Sítio de lazer e pesque-pague	Taimbé
27. Sociedade Gaúcha (CTG)	Centro de Tradições Gaúchas	Passo dos Corvos
28. Alambique Bittelo	Alambique de cachaça	Santa Maria do Butiá
29. Alambique do Cláudio	Alambique de cachaça	Santa Maria do Butiá
30. Fazenda Tradição	Produção de embutidos	Quilombo
31. Capril do Moinho	Leite e queijo de cabras	Quilombo
32. Arte na pedra	Artesanato em pedras	Taimbé
33. Fazenda Sossego Verde	Criação de animais	Taimbé
34. Raul e Roque	Produtores rurais	Taimbé
35. Fernando Pereira	Agroindústria	Taimbé
36. Doce Sabor Lomba Grande	Agroindústria familiar	Morro dos Bois
37. Mel de Lomba Grande	Produção/beneficiamento de mel	Centro
38. Retiro dos Pôneis	Criação de pôneis e ovelhas	Santa Maria do Butiá
39. Centro Hípico de Lomba	Centro hípico	Santa Maria do Butiá
40. Cabanha Amaral	Criação de cavalos crioulos	Santa Maria do Butiá
41. Cabanha da Amizade	Criação de cavalos mangalarga	Quilombo
42. Haras Meus Amores	Criação mangalarga e marchador	Santa Maria do Butiá
43. Haras Textor	Criação mangalarga e marchador	Santa Maria do Butiá
44. Hípica do Vale	Hipismo	Wallahay
45. Centro Hípico Mabruck	Criação de cavalos, hipismo	Quilombo
46. Centro Hípico Lomba Grande	Hipismo, equoterapia	Quilombo
47. Centro Equestre Eucaliptos	Hipismo	Quilombo
48. Piquete do Vô Zeca	Piquete	Passo do Peão
49. Carlos Eisinger	Criação de peixes em aquário	Taimbé
50. Atelier de Arte Zeni	Artista plástica	Centro
51. Moisés Braun	Artista Plástico	Centro
52. Trevisani	Artista Plástico	Morro dos Bois
53. Decorhaus	Loja de artesanato e decoração	Centro
54. Centro ambiental	Educação ambiental	Centro

Fonte: Elaborado a partir de dados obtidos em campo e na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.

Os balneários se constituem no principal tipo de empreendimento de lazer em Lomba Grande. Oferecem uma série de equipamentos, como áreas de

camping, quadras de futebol e vôlei, playground, piscinas naturais e tratadas, cancha de bocha, churrasqueiras, cozinha campeira, açudes para pesca, pequenos animais, passeios de charrete, além de atividades recreacionais e caminhadas ecológicas. Alguns desses balneários chegam a receber, durante o verão, mais de dois mil visitantes nos finais de semana, provenientes das cidades próximas.

Outras modalidades de serviços são os sítios que se dedicam à educação ambiental, direcionada para escolas, empresas e outras instituições, que recebem grupos para cursos, palestras e treinamentos. Alunos do ensino fundamental e médio fazem passeios de um dia, ou ficam hospedados e passam por uma série de atividades educativas e recreativas. Esses sítios propõem integrar o lazer rural à consciência ecológica, desenvolvendo atividades que possam sensibilizar os participantes para as questões ambientais, despertando nos alunos novas atitudes em relação ao ambiente e articulando os conhecimentos aprendidos em sala de aula com as vivências realizadas nesses espaços.



Figuras 11 e 12 – Com a crescente demanda urbana aumenta a oferta de estabelecimentos comerciais e de serviços em Lomba Grande (Foto do autor).

O chamado turismo de aventura também atrai muitas pessoas para atividades como montanhismo, enduro de motos e trilhas 4x4. Nesse caso, são sítios organizados para os “jipeiros”, que percorrem trilhas “offroad” para carros e motos, e realizam treinos para participação nos rallies em outras cidades do sul do país. Os participantes se reúnem através do Jeep Clube de Lomba Grande, onde trocam informações sobre automóveis, organizam eventos e traçam novos percursos a serem explorados.

A hospedagem de cavalos é mais um serviço diferenciado: estima-se que existam mais de 300 animais nessa modalidade. Os sítios oferecem baias, áreas para pastagem, alimentação, cuidados veterinários, doma e adestramento, a um custo mensal aproximado de R\$350,00 a R\$400,00 por animal<sup>39</sup>. Os proprietários dos animais normalmente moram nas cidades próximas, e os visitam regularmente, mantendo também contatos sociais com os outros usuários desse serviço. Normalmente, essas pessoas se encontram durante a semana no final da tarde, e nos finais de semana, quando compartilham seus momentos de ócio, enquanto seus filhos brincam nas amplas áreas desses estabelecimentos.

Há uma procura crescente por cursos de doma, adestramento de cavalos e treinamento de laço para competição em rodeios, bastante frequentado pelos jovens. As cavalgadas em grupo e os cursos desenvolvem vínculos de amizade entre os praticantes, promovendo a integração da comunidade local com os visitantes ocasionais.

Além desses sítios, existem haras e centros hípicas<sup>40</sup> que se dedicam à criação, aprimoramento e qualificação de cavalos da raça e que oferecem aulas de equitação, equoterapia (atividade que busca desenvolver a coordenação motora e o equilíbrio, indicada para pessoas portadoras de distúrbios ou necessidades especiais), doma e adestramento, além de treinamento para competições.

Um dado que evidencia o crescimento dessa atividade procede do IBGE (2008), que mostra o aumento do rebanho equino em Lomba Grande, que passou de 1.047 cabeças em 2006, para 6.800 cabeças em 2008. Segundo informação de um morador, a maioria dos novos proprietários dos sítios de lazer *“tem pelo menos um ou dois cavalos”*.

Todas essas ofertas de serviços conferem certo “dinamismo” a Lomba Grande. Durante a semana, de manhã cedo, é intensa a movimentação de automóveis em direção às cidades próximas e à BR-116, principal via de acesso à capital, alcançada a partir de São Leopoldo, quando seus moradores levam seus filhos na escola, se deslocam para seus locais de trabalho e para realizar seus contatos e afazeres na cidade.

---

<sup>39</sup> Informações obtidas a partir de entrevistas com proprietários de sítios e donos de animais hospedados, feita entre os meses de outubro a dezembro de 2009.

<sup>40</sup> Algumas informações sobre os centros hípicas podem ser obtidas nos sites <<http://www.contatoequoterapia.com>> e <<http://www.lombagrande.org.br>>.

Logo que cessa essa circulação, o lugar volta ao seu ritmo normal, com suas atividades agrícolas, seus tratores e pequenos caminhões circulando pelas vias, com a entrega do leite nas casas, vivendo seu “tempo lento”. No final do dia, o movimento de retorno também é intenso, as pessoas seguem apressadamente em direção às suas casas.

No final de semana, o ritmo se inverte: os urbanos é que se dirigem em grande número para a localidade em busca de lazeres e tranquilidade. Os filhos e filhas de agricultores que moram na cidade valorizam o retorno à comunidade nos finais de semana, quando encontram a família e os amigos e também nas festas, nos bailes, nos jogos de futebol, nas cavalgadas, nos rodeios. É o momento em que podem relaxar dos seus horários, compromissos e rotinas cotidianas, estabelecendo relações com seus pares.

Além desses, é crescente o fluxo de habitantes urbanos que vêm para seus sítios de lazer, visitar amigos, frequentar restaurantes, pesque-pagues, balneários e outros divertimentos disponíveis, aumentando expressivamente o fluxo de trânsito e de pessoas.

## **4.2 Os sítios de lazer**

Outro aspecto importante que evidencia novas dinâmicas do espaço rural refere-se às mudanças na ocupação e uso do solo, com a proliferação das chácaras e sítios de lazer. Essa procura por áreas de lazer e/ou segunda residência pelas pessoas de médias e altas rendas, para casas de campo e sítios de recreio é um fenômeno crescente em todo país. Fruto das novas necessidades e aspirações da sociedade de consumo, os sítios de lazer representam também um redimensionamento das formas de morar, que gradualmente vão sendo incorporados pela sociedade.

Se no passado os sítios de lazer atraíam principalmente pessoas “alternativas”, que buscavam trocar os confortos da cidade por uma vida mais simples, natural e autônoma, hoje esse tipo de moradia se reveste de um novo significado à medida que melhora a infraestrutura e a oferta de serviços urbanos,

como luz, água, telefonia, internet, entre outros, atraindo um público urbano que antes não se dispunha a morar nesses ambientes.

Moss (2006), citado por Hidalgo; Borsdorf; Plaza (2009, p. 94), define esse deslocamento de pessoas como “migrações por amenidades” que se caracteriza pelo

(...) traslado permanente o temporal de personas a ciertos lugares, debido a la percépcion de mejora en la calidad ambiental y diferenciación cultural del lugar de destino.

Essas migrações por amenidades vêm sendo objeto de estudo em vários lugares do mundo, e refletem a busca dos habitantes urbanos por “áreas com maiores atrativos paisagísticos, mais tranquilas, menos poluídas e com valor recreativo, localizadas nas áreas rurais situadas no entorno das grandes cidades e regiões metropolitanas” (HIDALGO; BORSDOF; PLAZA, 2009, p. 94), (tradução nossa).

Lago (1996) fala em um movimento contrário ao êxodo rural – que poderia chamar-se “êxodo urbano” – com a ampliação da procura dos espaços rurais por pessoas de maior poder aquisitivo e origens urbanas, buscando descanso, tranquilidade e o retorno ao imaginário bucólico do mundo rural.

Os sítios de lazer (Figura 13) são normalmente pequenas áreas destinadas ao descanso e entretenimento de famílias citadinas, localizados na periferia dos grandes centros urbanos com facilidade de acesso através de rodovias asfaltadas, sendo classificados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), como imóveis sem exploração agrícola, apenas como “área de lazer” (SILVA, 2002).



Figura 13 – Entrada de um sítio de lazer em Lomba Grande  
(Foto do autor, junho/2010).

A primeira definição de critérios para o parcelamento de imóveis rurais em propriedades do tipo familiar<sup>41</sup> foi estabelecido pelo Estatuto da Terra (Lei Federal nº. 4504/1964). O objetivo era desenvolver “projetos de colonização particular”, segundo o módulo mínimo rural estabelecido para cada região do país, e proibindo-se a sua subdivisão (BRASIL, 1964). Em 1980, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) editou a Instrução nº. 17-B, ainda em vigor, que define regras para o parcelamento para fins agrícolas de imóvel rural localizado fora da zona urbana, abrindo a possibilidade de parcelamento para a formação dos chamados sítios de recreio.

Entretanto, o Artigo nº. 61 do Estatuto da Terra estabelece que o proprietário de terras próprias para lavoura ou pecuária interessado em loteá-la para fins urbanos e sítios de recreio, deverá submeter o respectivo projeto à prévia autorização e fiscalização do Ministério da Agricultura ou do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (atual INCRA).

---

<sup>41</sup> Segundo o Estatuto da Terra, a propriedade familiar é o “imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração e, eventualmente, trabalho com a ajuda de terceiros” (BRASIL, 1964).

Apesar dessas definições legais, é possível constatar que, em Lomba Grande, a realidade mostra-se um tanto diferente. Seja com a criação dos loteamentos, dos sítios de recreio, ou através dos parcelamentos realizados nos projetos dos condomínios fechados, surge gradativamente um novo ordenamento no território, mudando a ocupação e o uso do solo.

Segundo dados da EMATER, das 1.200 propriedades rurais cadastradas em Lomba Grande, 465 propriedades constituem os sítios de lazer<sup>42</sup>, utilizados individualmente pelas famílias para lazer e descanso ou desenvolvendo atividades diversas, como apicultura, piscicultura, criação de aves e pequenos animais, e também a recreação e o turismo, na forma de balneários, centros de educação ambiental e outros.

Atraídos por diferentes motivações, como a beleza cênica do lugar, a busca de um convívio mais estreito com a natureza, a procura pela tranquilidade inexistente na cidade, o “retorno às origens”, o silêncio, a contemplação, um ideal de vida mais simples, prazeroso e um ritmo menos acelerado que o da cidade, diferentes pessoas convergem para o mesmo espaço, promovendo uma nova dinâmica local.

Além dos sítios utilizados como segunda residência, para lazer e descanso nos finais de semana ou férias, existem proprietários que optam por morar definitivamente no local, como profissionais liberais, autônomos e outros ex-habitantes da cidade<sup>43</sup> que passam a residir no campo mantendo suas atividades laborativas nas cidades próximas (DEL GROSSI; SILVA, 2002).

Os sítios de lazer também introduzem novos padrões na organização espacial. Em relação à arquitetura, as construções possuem um aspecto diferenciado, seguindo influências estéticas urbanas (Figura 14), com jardins e objetos organizados, como portões de entrada, muros, áreas cercadas, cercas elétricas, alarme, entre outros, que passam a integrar a paisagem do lugar. Seguindo os moldes urbanos, também aumentam os serviços prestados pelas empresas de vigilância e segurança patrimonial.

---

<sup>42</sup> Vide anexo nº B, com anúncios veiculados nos jornais da RMPA.

<sup>43</sup> Em tempos de internet, encontramos vários blogs de moradores urbanos que se transferiram para o campo, e relatam suas experiências de vida e trabalho nessas áreas, como, por exemplo, <<http://exodourbano.com>>, acesso em 29 Jul.2010.



Figura 14 – Vista parcial de um sítio de lazer com moradia em construção, seguindo padrões arquitetônicos sofisticados (Foto do autor, jul 2010).

O impacto da multiplicação desses sítios de lazer tem sido considerável sobre a paisagem rural. O mais expressivo refere-se à instalação dos sítios de lazer nos locais contíguos às cidades, que acabam por desalojar as lavouras dessas áreas, contribuindo para o declínio da atividade agrícola. Em contrapartida, as pessoas que adquirem esses imóveis trazem consigo um pouco do “ideário urbano” de preservação ambiental, e procuram manter suas reservas legais, promovem a recomposição florestal dos terrenos, estimulam a conservação ambiental e restringem práticas como as queimadas, a derrubada da vegetação e a caça. Os novos proprietários também absorvem a força de trabalho local, assalariando moradores para funções de caseiros, jardineiros, empregados domésticos, entre outros (SILVA, 2002).

Ainda que os sítios de lazer tenham aspectos favoráveis, como a geração de emprego e de renda, o uso menos intensivo do solo, água e recursos naturais, apresentam como aspectos negativos, além da perda das áreas agrícolas nos espaços contíguos às cidades, a especulação imobiliária, que representa um importante fator de transformação do espaço, à medida que impõe nova valoração nos bens não tangíveis e antes ignorados, como a paisagem, a tranquilidade, a segurança.

Os contatos sociais também se modificam com a chegada de novos moradores: se antes *“todos se conheciam”*, agora Lomba Grande acolhe muitos *“estranhos”*, que chegam à localidade em número crescente, trazendo consigo seu modo de vida urbano, onde predomina o isolamento e as relações impessoais. O lugar torna-se assim cada vez mais heterogêneo, reunindo a população rural, as populações urbanas de média e alta renda e também um segmento de trabalhadores desvinculados da atividade rural, que coabitam o mesmo espaço.

Esse convívio nem sempre é tranquilo: as diferenças culturais, o modo de vida, a relação com os recursos naturais e o tipo de exploração das propriedades às vezes gera conflitos entre moradores. Para aqueles que exploram o turismo rural e, sobretudo, para os cidadãos, preservar o ambiente e manter as características rurais de Lomba Grande é o que importa.

Existem também agricultores que insistem em práticas inadequadas para as condições ambientais do lugar e que muitas vezes afetam as propriedades contíguas, como o desmatamento, a disposição indevida do esgoto doméstico, o uso de agrotóxicos, a falta de proteção aos mananciais, entre outros. Para os moradores jovens, mais acessíveis às inovações, quanto maior a urbanização, o acesso aos equipamentos e ao modo de vida urbano, melhor. A intromissão na vida alheia, um traço comum no modo de vida rural, gera bastante desconforto, conforme relatado pelos jovens e novos moradores entrevistados ao longo desta pesquisa.

### **4.3 Os condomínios fechados**

Assim como os sítios de lazer, outras formas de parcelamento do solo vêm se consolidando em Lomba Grande, como os condomínios fechados rurais, que promovem mudanças na organização espacial, atraem um número expressivo de moradores oriundos da cidade e imprimem novas feições no lugar.

Seguindo as novas dinâmicas do capitalismo contemporâneo, os condomínios fechados constituem-se num produto imobiliário em expansão, que trazem consigo uma forte representação simbólica de diferenciação social e que vem se consolidando em escala nacional (CALDEIRA, 2003).

Para Caldeira (2003), os condomínios representam uma nova modalidade residencial, que denomina de enclaves<sup>44</sup> fortificados: trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados que, além da função residencial, oferecem áreas de lazer, serviços e, em alguns casos, até conjuntos de escritórios, serviços médicos, escolas, dependendo do porte e da localização do empreendimento.

Esses empreendimentos, que podem ser verticais ou horizontais, se caracterizam pelas grandes áreas, pela presença de equipamentos de uso coletivo e de sofisticados sistemas de segurança, e pela autonomia em relação ao seu entorno, podendo situar-se em áreas rurais ou na periferia das cidades. Tendem a ser ambientes socialmente homogêneos e

(...) enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo que desvalorizam o que é público e aberto na cidade. São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não para a rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente (CALDEIRA, 2003, p. 258-259).

Os condomínios que se expandem rapidamente em todos os lugares, “acenam com a promessa de viver plenamente, como uma alternativa à qualidade de vida que a cidade e seu deteriorado espaço público podem oferecer” (BAUMAN, 2009, p. 39). Basta observarmos semanalmente os anúncios de imóveis nos jornais para perceber o forte apelo da propaganda, que transforma “enclausuramento, isolamento, restrição e vigilância em símbolos de *status*”. A privacidade, a liberdade, a exclusividade e a segurança são elementos simbólicos que compõem os novos padrões de moradia, demarcando fronteiras físicas entre os diferentes grupos sociais (CALDEIRA, 2003, p.259).

*Slogans* como “Bem vindo à sua nova vida”, “Sua família vai fazer parte da nossa”, “Nada melhor do que viver aqui”, entre outros anúncios publicados em jornais<sup>45</sup> da Região Metropolitana de Porto Alegre, ilustram a lógica desses novos conceitos de moradia, nos quais “a ecologia, saúde, ordem, lazer e, é claro,

---

<sup>44</sup> Para Marcuse (2004, p. 25), um *enclave* “é uma área de concentração espacial na qual os membros de um determinado grupo populacional, definido por sua posição de superioridade em termos de poder, riqueza ou *status* em relação a seus vizinhos, aglomeram-se de modo a proteger esta posição”.

<sup>45</sup> Esses anúncios classificados, extraídos de jornais como Zero Hora, O Sul, Vale do Sinos e NH ao longo dos anos de 2008 a 2010 enfatizam a segurança, a liberdade, a oferta dos equipamentos de lazer, as áreas verdes e a visão panorâmica como os principais diferenciais dos empreendimentos. Sugerem que essas famílias terão direito a uma vida tranquila e segura, com exclusividade, lazer e diversão, protegidas do caos da cidade e da vida moderna.

segurança”, simbolizam a qualidade de vida inexistente no meio urbano, e alimentam o ideário de consumo das classes médias e altas (CALDEIRA, 2003, p. 266).

Alguns fatores que viabilizam esse tipo de empreendimento são o aumento da insegurança e da violência urbana, a falta de envolvimento comunitário e o aumento das desigualdades sociais, notadamente nas regiões metropolitanas, que leva um número crescente de pessoas a aderirem a essa forma de habitar. Também a busca de uma proximidade maior com a natureza, ou um estilo de vida diferenciado, compartilhado entre pessoas de “mesmo nível social”, são algumas das motivações que tornam essa modalidade da habitação um fenômeno crescente nos diferentes espaços do país (UEDA, 2006).

O temor do outro, o medo do desconhecido e a insegurança, típicas da sociedade contemporânea, corroboram esses novos padrões de moradia, fazendo com que os indivíduos passem a viver confinados em verdadeiros “guetos voluntários” (BAUMAN, 2009, p. 40).

Bauman (2009, p. 39) diz que se impõe uma lógica “fundada na vigilância e na distância” que se caracteriza pelo isolamento, pelo monitoramento constante e pelo afastamento da cidade, mantendo os moradores “fora da desconcertante, perturbadora e vagamente ameaçadora (...) vida urbana”.

Como escreve Caldeira (2003, p. 275), o ideal do condomínio é a criação de uma “ordem privada na qual os moradores possam evitar muitos dos problemas da cidade e desfrutar um estilo de vida alternativo com pessoas do mesmo grupo social”. Nesse ideário, Ramires e Soares (2002, p. 375) lembram que os condomínios concebem “situações artificiais de solidariedade, de comunidade harmônica e de um padrão de segurança fora da realidade urbana”.

No entanto, Sobarzo Miño (2002, p. 438), ao analisar o fenômeno dos condomínios horizontais em Presidente Prudente/SP, observou que a convivência entre os residentes apresenta vários conflitos, pois os moradores se “crêem os donos” e se tornam “prepotentes”, surgindo uma série de desavenças e “disputas de mando” no interior dos condomínios.

Assim, a despeito de serem ambientes seguros e de conseguirem controlar as interferências externas, a vida no interior desses condomínios encerra uma série de tensões, como a discordância em relação às regras comuns e uma ausência de responsabilidades em relação aos vizinhos (CALDEIRA, 2003).

Mammarella e Barcellos (2009, p. 218) destacam que a disseminação desse formato residencial tem uma repercussão muito expressiva nas áreas metropolitanas, à medida que supervaloriza o espaço privado e desvaloriza o espaço público, pois

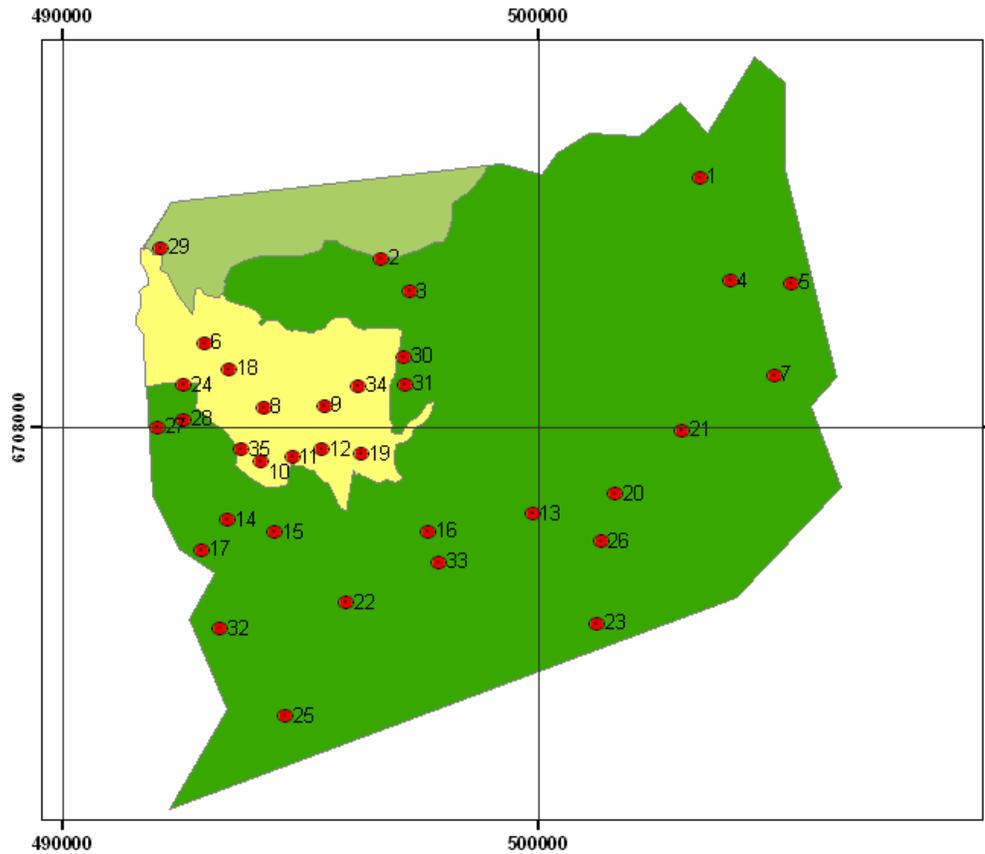
(...) o modelo ideal de moradia representado pelos condomínios fechados se aproxima de uma visão negativa do espaço público, na medida em que, de um lado, promove uma expansão dos espaços privados que desempenham funções públicas de maneira segregada e, de outro, atribui às ruas um valor meramente funcional enquanto espaço de acesso para circulação do automóvel.

Em Lomba Grande, os condomínios fechados (Figura 15) proliferaram a partir dos anos 2000. Segundo o Plano Diretor Urbanístico e Ambiental de Novo Hamburgo (Lei nº 1.216/2004), a localidade possui 35 empreendimentos nessa modalidade, inseridos em uma categoria (bastante peculiar) denominada Núcleos Rurais Urbanos (Figura 16), uma tentativa de regulamentar essas áreas, estabelecendo alguns parâmetros legais e ambientais para esses empreendimentos.



Figura 15 – Vista interna de um condomínio fechado em Lomba Grande, com 180 hectares (Foto do autor, julho de 2010)

**Figura 16 - Núcleos Rurais Urbanos de Lomba Grande**



- Núcleos Rurais Urbanos/Condomínios
- |                         |                        |
|-------------------------|------------------------|
| 01 - Beco dos Vieras    | 19 - Bier Scharlau     |
| 02 - Lar do Campo       | 20 - Da Balança        |
| 03 - Santa Maria        | 21 - Da Saibreira      |
| 04 - René Pereira       | 22 - RR                |
| 05 - Do Fidélis         | 23 - Sessenta Casais   |
| 06 - Santa Catarina     | 24 - Morro do Paula    |
| 07 - Sem denominação    | 25 - Integração        |
| 08 - Marchine           | 26 - Sem denominação   |
| 09 - LG                 | 27 - Solar dos Marques |
| 10 - Vila Mariza        | 28 - Do Tucci          |
| 11 - Sete Ranchos       | 29 - Passo do Peão     |
| 12 - Sem denominação    | 30 - Ao lado do Léio   |
| 13 - Sem denominação    | 31 - Dos Winter        |
| 14 - Sem denominação    | 32 - Country Village   |
| 15 - Altos do Quilombo  | 33 - Sem denominação   |
| 16 - Sem denominação    | 34 - Coopserv          |
| 17 - Sem denominação    | 35 - Beco dos Caetanos |
| 18 - Fundos Do Epifâneo |                        |

- Legenda**
- Condomínios
  - Zona Miscigenada
  - Zona de Proteção Ambiental
  - Zona de Atividade Primária



Base Estadual do IBGE  
 Coordenadas: UTM  
 Datum: SAD 69  
 Data: Julho/2010  
 Adaptado de PDUA  
 Novo Hamburgo (2004) e  
 verificação de campo  
 Autoras: Nola Gamalho;  
 Hildete Flores

No entanto, apenas três condomínios seguem os trâmites processuais para regularização desde o ano de 2003, segundo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU), e possuem até o momento apenas o licenciamento ambiental. Dados informais de moradores apontam que esse número já ultrapassa 42 empreendimentos.

Como são estabelecidos a partir do parcelamento das propriedades, muitos condomínios encontram dificuldades na sua regularização, uma vez que seus lotes normalmente variam de 1.000m<sup>2</sup> a 2.000 m<sup>2</sup>, dimensões que estão em desacordo com o que preconizam as Leis 5.868/72 e 4.504/64 (Estatuto da Terra), cuja fração mínima de parcelamento de um terreno rural deve ser dois hectares (20.000 m<sup>2</sup>) estando, portanto, fora dos padrões previstos na legislação.

É importante salientar que, em Lomba Grande, não são apenas os grupos de maior poder aquisitivo que se instalam nos condomínios; esse tipo de habitação é também a opção das classes médias urbanas, que se estabelecem em condomínios fechados mais simples, com menores proporções e poucos equipamentos de uso coletivo.

Os neo-rurais que chegam a Lomba Grande se distinguem dos demais moradores nativos por terem optado pela vida no campo. Dependendo da ocupação e da mobilidade do horário, muitas pessoas estabelecem residência fixa, deslocando-se diariamente para suas atividades profissionais nas cidades próximas.

A composição desses grupos é bastante heterogênea, incluindo desde aposentados a profissionais liberais, professores universitários, terapeutas naturistas, comerciantes, artistas e artesãos, que deixaram a vida na cidade em busca de uma vida melhor, movidos também pelo imaginário que representa a beleza e a tranquilidade do espaço rural. Outros mantêm seus imóveis como segunda residência, deslocando-se para a localidade nos finais de semana, feriados e férias.

Evidentemente, esses moradores trazem consigo todas as comodidades da vida urbana. Ninguém quer morar em um local que não tenha conforto, equipamentos modernos e acesso a serviços. Além dos serviços básicos, como energia elétrica, abastecimento de água e coleta de lixo (realizada três vezes por semana no centro e uma vez por semana no interior), o acesso às tecnologias de informação e comunicação (telefonia fixa, móvel, internet) são essenciais para a

permanência dessas pessoas no campo. A presença de uma malha rodoviária em boas condições, que faz a ligação com as cidades próximas (São Leopoldo, Novo Hamburgo, Campo Bom, Gravataí, Porto Alegre), possibilita o deslocamento diário dos moradores para essas cidades. *“Tem muita gente vindo dormir aqui na Lomba”* é o relato de um entrevistado, que mostra claramente a percepção do modo de vida dessas pessoas, que pouco se relacionam com o lugar.

Outro aspecto importante são as relações sociais que se estabelecem nos condomínios e no seu entorno. De fato, o que as pessoas compartilham é a qualidade do habitar, cujas belezas e benesses ambientais são um bem comum desfrutado por todos. Além disso, absorvem a mão de obra local para a prestação de serviços domésticos, como empregadas, faxineiras, jardineiros, etc. Contudo, as interações sociais com a comunidade são fracas, considerando-se que um dos principais atrativos dos condomínios são a possibilidade de maior privacidade e isolamento (Figura 17).



Figura 17 – Entrada de um condomínio fechado em Lomba Grande, com muros altos e aparatos de segurança que garantem o isolamento dos moradores (Foto do autor, agosto/2010).

Como esses novos moradores normalmente desenvolvem suas atividades profissionais fora da localidade, estabelecem seus contatos sociais na cidade; ao retornar da sua jornada diária, recolhem-se em seus ambientes

protegidos, pouco interagindo com seus arredores, reforçando o distanciamento e a impessoalidade, atitudes predominantes nas relações urbanas. *“Alguns vêm e querem ter vizinhos, mas tem gente que se cerca, se encerra e nem cumprimenta ninguém”*, comenta um agricultor, o que mostra o distanciamento entre os novos moradores e os moradores nativos, que entendem essa postura como uma *“coisa da cidade”*.

Sobre os impactos dos condomínios na paisagem, Caldeira (2003, p. 301) diz que esses novos padrões de moradia protegidos por muros mudam radicalmente “os padrões de circulação, trajetos diários, hábitos e gestos relacionados ao uso de ruas, do transporte público, de parques e de todos os espaços públicos”, causando uma “implosão da experiência da vida pública na cidade moderna”. É evidente que essas modificações são mais expressivas no espaço urbano; como Lomba Grande tem amplas áreas disponíveis, ainda não ocorre esse “corte” de forma radical. Mas são questões a serem pensadas para o futuro, se os parcelamentos continuarem crescendo em ritmo acelerado.

Também existem problemas do ponto de vista ambiental, como a “particularização” dos recursos naturais, das nascentes e das cachoeiras, e o sistema de esgotamento sanitário, que de modo geral é precário em toda a localidade, além das restrições à circulação dos moradores nativos em áreas que no passado eram de livre acesso.

Por fim, além dos condomínios fechados, existem novos loteamentos em fase de implantação, como o Jardim da Figueira<sup>46</sup>, da empresa JFC Engenharia e o Loteamento da Lomba (Figura 18), ambos localizados próximos ao centro urbano de Lomba Grande, sendo que o primeiro é um empreendimento mais sofisticado e o segundo, um loteamento popular, apenas com infraestrutura básica. O loteamento mais antigo, localizado no centro urbano, é o Loteamento dos Servidores Municipais, estabelecido em uma área doada pela municipalidade à

---

<sup>46</sup> Segundo a empresa JFC Engenharia, o loteamento Jardim da Figueira possui “lotes totalmente urbanizados e em contato com a principal via de acesso em Lomba Grande, permitindo ótimo fluxo e localização estratégica”. Além da infraestrutura elétrica, sanitária e pavimentação, está previsto no empreendimento a construção de uma estação de tratamento de esgoto própria. Com aproximadamente 300 lotes previstos na planta, com área de 340m<sup>2</sup> cada um, o loteamento “possui infraestrutura e localização privilegiada que garantem a comodidade da vida urbana, enquanto que os atributos do campo oferecem qualidade e segurança”. Informações disponíveis no site <<http://www.jfcengenharia.com.br>>, acesso em 12 Ago. 2010.

Associação dos Servidores Municipais e que foi sendo ocupada desde os anos 1980, com lotes pequenos, aos moldes urbanos, com pouca infraestrutura e com construções bastante simples.



Figura 18 – Vista do Loteamento da Lomba, em fase de implantação. No canto esquerdo da foto, vemos algumas casas do Loteamento dos Servidores Municipais, o mais antigo de Lomba Grande (Foto do autor, Jul, 2010).

Esse processo de ocupação que acontece normalmente na periferia dos centros urbanos, mais recentemente vem se estendendo em direção às áreas rurais, uma vez que o meio rural possui uma legislação habitacional menos restritiva que o meio urbano e a melhoria na infraestrutura de transporte e de serviços públicos contribui para aumentar a procura por terrenos mais acessíveis pelas populações de baixa renda (SILVA, 1999).

#### **4.4 O turismo rural**

A atividade turística surgiu na Europa no período entre guerras, quando o tempo livre dos trabalhadores passou a ser remunerado e canalizado para atividades ligadas ao lazer e entretenimento, mas expandiu-se de forma notável a partir da Segunda Guerra Mundial. Com salários e tempo livre maiores, os trabalhadores passam a se deslocar em busca de lazers organizados, popularizando o turismo, que antes era um privilégio das classes sociais mais abastadas (URRY, 1996).

A partir daí, a busca pelo lazer e do descanso para “repor as energias” despendidas ao longo de um período de trabalho passa a ser canalizada para o turismo, que se apropria desse tempo livre, e apresenta-se como uma alternativa da sociedade capitalista à dualidade trabalho/ócio (OURIQUES, 2005).

Contando com melhorias expressivas nas comunicações e transportes, que aumentaram cada vez mais a mobilidade das pessoas, o turismo, fundamentado na apropriação do estético e do simbólico, realiza a comercialização da natureza, dos aspectos históricos e culturais, dos modos de vida locais, tornando-se, a partir da segunda metade do século XX, um fenômeno mundial de consumo do espaço e do tempo sem precedentes (OURIQUES, 2005).

Além do interesse por conhecer lugares diferentes e outras culturas, os recursos naturais tornam-se cada vez mais atrativos, assim como os atributos do meio rural, que passam a se constituir em produtos turísticos com possibilidades de aproveitamento econômico.

Considera-se que é a partir da década de 1960 que o turismo no espaço rural se projeta em todo o mundo. Seguindo essa tendência mundial de crescimento, o desenvolvimento da atividade turística no meio rural vem crescendo extraordinariamente nos países sul-americanos, e representa novas potencialidades de desenvolvimento e sustentabilidade no campo (GUIMARÃES, 2000).

O turismo rural vem se difundindo na atualidade como uma prática social e como uma atividade econômica relevante, pois além de valorizar os espaços rurais e seus atrativos naturais, contribui para o resgate cultural das comunidades, dos seus hábitos e das tradições da vida no campo e representa uma possibilidade de sustentação das propriedades familiares (MATTEI, 2004).

Ao mesmo tempo, observa-se que nas áreas rurais, as atividades econômicas não estão mais necessariamente vinculadas à produção agropecuária, o que possibilita ao meio rural oferecer à sociedade outras funções além da produção de alimentos (SILVA, 1999).

Para Rodrigues (2001), o interesse pelo turismo no espaço rural surge da confluência de dois fatores: de um lado, o crescimento da população urbana aglomerada em áreas metropolitanas densamente povoadas e, de outro, a necessidade de inovar as atividades econômicas no meio rural. Assim, a possibilidade de saída temporária do caos urbano e a sustentação da agricultura familiar representam um grande potencial para a expansão crescente dessa atividade.

Entre as motivações das pessoas ao optarem por um espaço turístico estão as questões econômicas, as características do local de destino, e o imaginário simbólico que o lugar representa (CASTROGIOVANNI, 2003). Nesse sentido, além da revalorização do espaço rural e do incremento econômico, o turismo rural pode promover uma maior aproximação entre os moradores da cidade e do campo, contribuindo para resgatar saberes, costumes e tradições das populações rurais e também influenciando na conservação dos recursos naturais (BRICALLI, 2005).

Segundo o Ministério do Turismo do Brasil, o turismo rural define-se como

(...) o conjunto de atividades desenvolvidas no meio rural comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade (BRASIL, 2003, p.5).

As modalidades de turismo rural existentes são o agroturismo, o turismo de interior, o turismo no espaço rural, o ecoturismo, o turismo alternativo, o turismo verde, o agroturismo e o ecoagroturismo. Segundo a definição oficial, o turismo inclui todas essas modalidades, abrangendo desde *shows*, rodeios, festividades culturais e religiosas, prática de esportes, visitas às paisagens rurais, preservação dos recursos naturais até atividades como pousadas rurais, hotéis fazenda e o cotidiano da vida no campo (BRASIL, 2003).

Tendo em vista a abrangência dessa categoria turística, é importante diferenciar as atividades do turismo em áreas rurais que ocorrem fora das

propriedades rurais, daquelas internas aos estabelecimentos. Nessa perspectiva, as atividades turísticas internas às propriedades estariam inseridas na categoria do agroturismo, na qual o turismo é complementar à atividade agrícola, fazendo parte do cotidiano do agricultor familiar e funcionando como uma extensão das atividades agropecuárias (BRICALLI, 2005).

Assim, pode-se dizer que existem basicamente três segmentos de turismo localizado no espaço rural:

- o *turismo em áreas rurais*, de natureza contemporânea, cujos produtos turísticos são os hotéis fazenda, a prática de esportes radicais, a equitação, entre outros (BRICALLI, 2005);

- o segundo tipo é o *turismo rural*, de natureza histórica, que promove o envolvimento do turista com o entorno autóctone, integrando-o com a comunidade local, e busca resgatar os elementos que caracterizam o rural, como as pousadas rurais e as fazendas-hotéis;

- o terceiro tipo é representado pelo *agroturismo*, de natureza agrícola, que se relaciona com as atividades da propriedade familiar, como as rotas coloniais e a venda de produtos artesanais, entre outros (BRICALLI, 2005).

É evidente que, apesar das diversas conceituações teóricas, essas diferentes modalidades turísticas apresentam uma série de interfaces, pois a realidade é bastante complexa e, dependendo do contexto, podem ocorrer diferentes formas de apropriação da atividade pelas famílias empreendedoras (BRICALLI, 2005).

Esse produto turístico que vem se consolidando, oriundo principalmente de demandas urbanas, faz emergir a necessidade de um conjunto de políticas públicas que possam respaldar essas atividades, estabelecendo critérios e regulamentando as novas atividades rurais. Nesse sentido, a política de desenvolvimento rural dos municípios passa a incorporar esse novo “perfil” da agricultura familiar, buscando desenvolver atividades rentáveis e atrativas aos agricultores familiares que possam fomentar a economia local.

Assim, essas propostas passam a integrar as políticas de desenvolvimento rural locais, emergindo como uma possibilidade de complementação da renda do trabalhador rural, permitindo sua permanência no campo e sua sustentação, além de contribuir com a preservação do meio ambiente.

Também é importante considerar que o produto turístico só pode se consolidar e tornar-se legítimo se for construído pela vontade coletiva, pela soma dos interesses de todos os segmentos envolvidos, e não apenas pelas políticas de desenvolvimento (MOESCH, 2003).

No caso de Lomba Grande, o desenvolvimento das atividades turísticas<sup>47</sup> inicia-se a partir de 1992, com algumas iniciativas individuais de famílias de agricultores, movidas pela necessidade de buscar alternativas para complementar a renda familiar, como a construção de lagos para pesque-pague e dos equipamentos de lazer para os balneários.

Com o êxito da iniciativa dos primeiros empreendedores, outras famílias sentiram-se estimuladas a abrir um novo negócio, atraindo também empreendedores da região, a maioria com algum vínculo (pessoal, familiar) com a localidade. Outros cidadãos, cansados das atribulações da vida urbana, adquiriram terras e transferiram-se para a área rural, procurando uma mudança de vida, e dedicando-se posteriormente ao turismo. Em 1993, começam as primeiras ações do poder público e comunidade para organizar a atividade turística (Figura 19). Posteriormente, com a inclusão da localidade de Lomba Grande nos circuitos de turismo da “Rota Romântica” e “Caminhos do Vale”, ocorre um aumento considerável no fluxo de visitantes, promovendo uma nova dinâmica local.

O circuito turístico da “Rota Romântica”, inspirada no *Romantische Strasse* da Alemanha, começou a operar em 1997, e desde 2001 integra o roteiro oficial de turismo do Estado, envolvendo treze municípios de colonização predominantemente alemã: São Leopoldo, Novo Hamburgo, Estância Velha, Dois Irmãos, Ivoti, Presidente Lucena, Morro Reuter, Santa Maria do Herval, Picada Café, Nova Petrópolis, Gramado, Canela e São Francisco de Paula. Com um percurso de 184 km, na Rota Romântica podem ser contempladas, além das belezas naturais,

---

<sup>47</sup>Informações obtidas nas entrevistas com empreendedores locais e no Seminário de Turismo em Áreas Rurais, realizado em Lomba Grande nos dias 25 e 26 de maio de 2007, promovido pelo Centro Universitário FEEVALE e Secretaria de Agricultura de Novo Hamburgo.

aspectos históricos, culturais, gastronômicos e arquitetônicos da colonização alemã<sup>48</sup>.



Figura 19 – Pórtico de entrada de Lomba Grande, na Estrada da Integração Leopoldo Petry (Foto do autor, março/2008).

Com proposta semelhante à citada anteriormente, a rota turística “Caminhos do Vale” surgiu a partir de 2004, numa parceria entre municípios, EMATER, SEBRAE e Sindicatos Rurais, com uma proposta de desenvolvimento do turismo no meio rural, visando o resgate e a consolidação dos valores históricos e culturais das comunidades, buscando estimular o desenvolvimento econômico local. Os municípios de Novo Hamburgo, Campo Bom, Sapiranga, Ivoti, Dois Irmãos e Igrejinha integram esse circuito turístico, que resgata valores culturais alemães e contribui para aquecer a economia da região.

Para integrar esses circuitos turísticos de alcance regional, Lomba Grande dispõe de diversos estabelecimentos cadastrados na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural (Vide Quadro nº 4), e também dispõe de rodovias de

---

<sup>48</sup> Informações obtidas nas entrevistas e no site <<http://www.rotaromantica.com.br>>, acesso em 19 jul. 2009. O patrimônio histórico desses municípios se constitui num importante atrativo turístico. Em Lomba Grande, a Igreja Evangélica, a casa pastoral e o cemitério evangélico, construídos em 1842 pelos imigrantes alemães, estão tombados pelo Patrimônio Histórico Municipal desde 2006, e recebem anualmente grande número de visitantes.

acesso em boas condições, sinalização adequada e um posto de informações turísticas para facilitar a orientação aos visitantes (Figura 20).

Uma particularidade do turismo no espaço rural de Lomba Grande é que os frequentadores desses locais, oriundos das cidades próximas, não pernoitam na localidade, o que caracteriza uma forma de excursionismo, ou visitação de um dia, de acordo com critério da Organização Mundial do Turismo (RODRIGUES, 2001).

Evidentemente que a falta de opções de hospedagem é um fator limitante da atividade turística, pois restringe a permanência dos turistas na localidade. Nesse sentido, vêm sendo realizados desde 2009, estudos de viabilidade para a construção de um hotel-fazenda e também algumas pousadas, que possam atender a essa demanda turística.



Figura 20 – Posto de Informações turísticas localizado na Rua João Aloysio Algayer, no centro de Lomba Grande (Foto do autor, março/2008)

Também é importante identificar os empecilhos dessa atividade, no que concerne a necessidade de investimentos na infraestrutura de apoio, nas obras de saneamento, no acesso às fontes de financiamento e na capacitação dos agricultores. Existem dificuldades com a sazonalidade de alguns empreendimentos, como os balneários, que só funcionam no verão e a busca de atrativos turísticos que

possam movimentar a economia local durante as outras estações do ano. Igualmente são necessárias ações para minimizar o impacto ambiental na localidade, com a regulamentação e fiscalização das diferentes atividades.

Além disso, o turismo rural deve adequar-se ao imaginário contemporâneo do que se entende por “rústico e autêntico”, pois os visitantes almejam locais com boa infraestrutura, limpos, confortáveis e até sofisticados (GASTAL, 2003), e não ambientes rurais “orgânicos”, desorganizados e sujos, sem mínimas condições de funcionamento.

Cabe ressaltar, também, as mudanças no comportamento dos turistas oriundos do meio urbano que

(...) procuram vivenciar experiências e significados distantes do seu dia-a-dia. Há uma necessidade de (re)encontro com a natureza e com as atividades mais próximas da natureza, entre elas, as lidas rurais. Há uma certa leitura de que a paisagem rural apresenta uma natureza intocada e que permite uma convivência com o diferente, onde há paz e segurança, além de conter elementos culturais humanos e saudáveis (CASTROGIOVANNI, 2009, p. 61)

Assim, a atividade turística no meio rural necessita de planejamento e organização, devendo levar em conta, nas suas práticas, os aspectos simbólicos, e tem que adequar-se às exigências atuais quanto à qualidade dos produtos e serviços prestados ao turista (CASTROGIOVANNI, 2009).

Outro aspecto importante pertinente ao turismo vem do entendimento de que essa atividade não corrige as dificuldades da agricultura, nem se constitui em resposta aos problemas fundiários e dos sistemas produtivos, devendo ser estimulada como uma atividade complementar para a renda familiar, e não como a ocupação principal dos produtores rurais.

Da mesma forma, Cavaco (1996) lembra que a atividade turística no meio rural não deve ser apenas calculada em termos monetários, mas levando em conta as populações envolvidas, sua identidade, hábitos e cultura, que devem ser considerados nos processos de definição das estratégias e ações a serem efetuadas.

Portanto, o turismo em áreas rurais não pode ser visto como uma solução para todas as dificuldades locais, necessitando de organização para se desenvolver, de forma a manter a integridade do ambiente, respeitando as particularidades locais e as comunidades envolvidas (MATTEI, 2004).

#### **4.5 As atividades culturais em Lomba Grande**

As recentes mudanças sociais e culturais que estão se processando em Lomba Grande, somadas à chegada de novos moradores, faz surgir um movimento cultural diferenciado na localidade, representado pelas associações de poetas e escritores, de artesãos, de músicos e artistas, que buscam fomentar a cultura local, promovendo diversos eventos ao longo do ano.

Existe também um calendário de festas populares e religiosas, que atraem visitantes das cidades próximas e movimentam expressivamente a economia local. Além dessas festividades, destacam-se os eventos promovidos pela Sociedade Gaúcha de Lomba Grande (CTG)<sup>49</sup>, considerada a quinta entidade tradicionalista mais antiga do Rio Grande do Sul, que promove uma série de atividades culturais e se dedica a resgatar valores e a transmitir os conhecimentos tradicionais gaúchos, seus costumes, folclore e história.

A Sociedade Gaúcha de Lomba Grande foi fundada em 31/01/1938, com o objetivo de cultuar a tradição gaúcha e promover atividades culturais e de lazer. Filiada ao Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), conta com aproximadamente 300 famílias de associados, e organiza bailes, encontros de declamadores, gaiteiros e violinistas, apresentações musicais e de danças, além de um calendário de rodeios e festividades que são promovidos ao longo do ano.

A Sociedade possui uma área de 12 hectares (em regime de comodato com a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo), nas quais dispõe de galpão para eventos, galpão campeiro, cancha oficial de laço, hotelaria para cavalos, e um parque com infraestrutura para acampamentos.

Os rodeios acontecem no primeiro final de semana do mês de dezembro. Com a duração de quatro dias, atraem participantes de vários estados, que permanecem alojados no parque do CTG, onde ocorre também uma série de apresentações de danças, música tradicionalista, bailes, comercialização de artesanato e produtos típicos. Em 2009, o CTG recebeu mais de 30.000 visitantes durante o 25º Rodeio Interestadual.

---

<sup>49</sup> Informações disponíveis em <<http://www.sociedadegauchalombagrande.com>>, acesso em 17 dez. 2009.

Além desses, o CTG sedia outros tipos de eventos, como o Acampamento Internacional da Juventude, realizado durante o Fórum Social Mundial - 10 anos, entre os dias 25 a 29 de janeiro de 2010, e que recebeu em suas instalações mais de 3.000 pessoas de diferentes nacionalidades.

A carreteada é outra atividade cultural que mobiliza a comunidade de Lomba Grande e cidades próximas. Ocorre normalmente no final de fevereiro ou no início de março, e busca resgatar um pouco da tradição dos imigrantes e agricultores, através de desfile em cortejo pelas ruas principais da localidade em direção ao CTG, onde se organiza um acampamento, com diversas atrações relacionadas aos costumes carreteiros, além de apresentações musicais, baile, atraindo um grande número de visitantes. Em 07/03/2010, durante a 7ª Carreteada, a Associação dos Amigos Carreiros de Lomba Grande, organizadora do evento, reuniu cerca de 200 carretas no evento, premiando os participantes em várias categorias.

A Festa do Colono, realizada no final do mês de julho (Figura 21), reúne uma série de festejos alusivos à chegada dos imigrantes alemães ao Vale do Sinos. Desfiles, bailes, apresentações de dança e música, feiras, exposições e gastronomia fazem parte da agenda desse evento, que se propõe a comemorar os costumes e tradições culturais dos imigrantes, reunindo um público expressivo, procedente das cidades próximas.

Também acontece anualmente, em outubro, a Cavalgada dos Pampas e o Festival de Artes de Lomba Grande, organizado pelas entidades comunitárias, religiosas e órgãos públicos, com exposição de artes plásticas, festival de coros, cinema, palestras e oficinas, proporcionando à população o contato com a produção cultural local. No mês de novembro, ocorre o Encontro Sul-americano de Jipeiros e, em dezembro, o “Natal luz” de Lomba Grande, com diversas atividades artísticas e religiosas.



Figura 21 – Desfile de carretas durante os festejos do Dia do Colono (Foto do autor, julho/2010).

#### **4.6 A reconstrução do colono na pós-modernidade**

A chegada dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, a partir de 1824, além de motivações políticas, econômicas e culturais<sup>50</sup>, teve como razão principal a preocupação do governo imperial em garantir a ocupação dos espaços vazios existentes no território brasileiro (SAQUET, 2009).

As grandes distâncias, aliadas às dificuldades enfrentadas pelos imigrantes, fizeram com que os mesmos se mantivessem isolados, mantendo seus hábitos, sua língua, suas práticas, o que impediu essas comunidades de se integrarem e assimilarem a cultura local (MEDEIROS, 2006).

---

<sup>50</sup> Podemos citar como exemplo as chamadas “políticas de branqueamento”, com a proposta de estabelecer imigrantes europeus não portugueses no Brasil para a substituição da mão de obra escrava pelo trabalho assalariado e visando a expansão das áreas agrícolas. Ao promover a ocupação do território por uma população livre e branca, gradualmente haveria um “branqueamento” da população. O estabelecimento de colônias agrícolas formadas principalmente por imigrantes europeus permitiria povoar o território, mudar a estrutura fundiária e melhorar o abastecimento, uma vez que esses agricultores teriam como base a agricultura familiar e não se dedicariam ao mercado externo. Os imigrantes que não fossem agricultores poderiam ser dirigidos para as cidades e desenvolver suas ocupações, colaborando para o desenvolvimento do país. (CORRÊA, 2005).

Assim, esses núcleos se estruturaram através de fortes laços familiares, vicinais e religiosos, estabelecendo relações de ajuda mútua. Os imigrantes tentavam reproduzir seu modo de vida anterior, mantendo características e elementos da sua cultura de origem (ROCHE, 1969).

Segundo Medeiros (2006, p. 282),

(...) o direito de criarem escolas e trazerem professores da sua terra de origem, (...) foi um fator impeditivo da integração destas comunidades com as comunidades locais, o que reforçava ainda mais a sua cultura e a não absorção de elementos da cultura local (...) esses colonos procuravam construir sua identidade com este novo espaço, mas através de uma transposição de sua cultura.

Ou seja, os colonos tentavam territorializar-se, apropriar-se do lugar, mas conservavam seus símbolos, suas crenças, seu modo de vida, para preservar sua identidade, e buscar um novo enraizamento<sup>51</sup> (MEDEIROS, 2006).

Para Claval (2001, p. 55), a cultura exerce grande influência na constituição do espaço, pois é nele que as relações se materializam, e

(...) os lugares não têm somente uma forma e uma cor, e uma racionalidade funcional e econômica, mas estão carregados de sentido para aqueles que os habitam ou que os frequentam.

Na mesma direção, Bauman (2009, p. 35) diz que

(...) é nos lugares que se forma a experiência humana, que ela se acumula, é compartilhada, e que seu sentido é elaborado, assimilado e negociado. E é nos lugares, e graças aos lugares, que os desejos se desenvolvem, ganham forma, alimentados pela esperança de realizar-se.

Desse modo, as relações simbólicas e culturais que se manifestam nos diferentes lugares e que constituem a base da vida comunitária são vitais num mundo de constantes e complexas interações globais, pois “cada lugar é, à sua maneira, o mundo” e mesmo que esteja “imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais” (SANTOS, 2002, p. 314).

---

<sup>51</sup> O chamado “sentimento de pertença” está relacionado “à inserção dos indivíduos em grupos e das relações entre esses indivíduos e esses grupos”, cujo o vínculo com outros seres humanos, com suas origens, suas crenças, sua cotidianidade faz com que o indivíduo se sinta parte de uma comunidade, de uma cultura, de um lugar (BOURDIN, 2001, p. 28).

Até os dias atuais, percebemos nas comunidades de colonização alemã alguns traços da sua herança cultural, das relações simbólicas que se mantiveram ao longo do tempo. Em Lomba Grande, apesar das transformações atuais e da chegada crescente de “*estranhos*”, muitos idosos preservam seus hábitos tradicionais, como comunicar-se através de seu dialeto alemão na conversação diária entre familiares. Inclusive, uma escola local ensina, além do inglês, o alemão, para conservar o idioma entre os mais jovens. As relações entre vizinhos, a religiosidade, os tipos de alimentos e os costumes familiares, são elementos da cultura que se mantêm, apesar das mudanças crescentes que operam na vida local.

Dentre os novos significados atribuídos ao espaço rural, é importante destacar que a recente revalorização do rural traz consigo uma nova valoração da figura do colono. Se por um longo tempo foi considerado um termo pejorativo, que representava a figura do agricultor rústico, atrasado, refratário às mudanças, com um modo de vida ultrapassado, hoje o colono se reveste de novos conteúdos, e passa a ser cultuado como uma expressão da tradição e dos costumes dos imigrantes, tornando-se um importante produto turístico que passa a ser “absorvido” pelo mercado.

Muitos dos conhecimentos tradicionais dos agricultores também passam a ser resgatados e valorizados: suas observações sobre os ciclos da natureza, os conhecimentos sobre clima, solo, técnicas de plantio, colheita, armazenamento, manejo de pragas, entre outros que, respaldados pelo conhecimento científico, fornecem um novo conjunto de técnicas, procedimentos e práticas agrícolas sustentáveis e ecológicas, que se difundem como uma opção à agricultura convencional.

É evidente que a tradição gaúcha também representa uma forte presença identitária na cultura e hábitos locais. A figura do gaúcho típico, que preserva suas tradições, seus hábitos como o chimarrão, o churrasco e o apreço por cavalos se dissemina na comunidade. Além dos moradores nativos<sup>52</sup>, é comum encontrarmos pequenos grupos – normalmente de cidadãos – cavalgando pelas estradas da localidade nos finais de semana, devidamente pilchados (Figura 22).

---

<sup>52</sup> Vide nota de rodapé nº 27 sobre moradores nativos e neo-rurais.



Figura 22 – Nos finais de semana aumenta a circulação de pessoas passeando à cavalo em Lomba Grande (Foto do autor, agosto/2008).

Essas pessoas relatam que “*são momentos especiais, de relaxamento e tranquilidade*” e que passear pela localidade contemplando suas paisagens permite esquecer as tensões do trabalho e da vida urbana, com seu ritmo urbano acelerado.

Como o principal produto turístico em Lomba Grande se fundamenta na valorização das tradições locais, eventos como as carreteadas, os rodeios e a festa do colono, além da procura pelos chamados “produtos coloniais” e “cafés coloniais” são representativos dessa busca pelos valores culturais rurais.

Nesse sentido, é importante que o espaço rural preserve algumas de suas características e suas atividades tradicionais, a fim de não se transformar num cenário, num ambiente artificializado e padronizado, num simulacro<sup>53</sup> da realidade rural.

---

<sup>53</sup> O vocábulo *simulacro* define-se como “falsificação, imitação” ou, ainda, “cópia ou reprodução imperfeita ou grosseira” (FERREIRA, 1975, p. 1313) e vem sendo utilizado por diversos autores para expressar a artificialização de muitos aspectos da vida contemporânea. Como exemplo, podemos citar a “reinvenção” do café colonial, que hoje é totalmente diferente do original. “*A comida era mais bruta*”, comentou um entrevistado, lembrando que a alimentação no passado era muito diferente dos dias atuais, mais simples, menos elaborada, sem tantas opções como se tem hoje.

## **5. Perspectivas futuras: continuum, espaço híbrido ou urbanização?**

A aproximação entre a cidade e o campo na atualidade é um processo complexo e cada vez mais dinâmico, resultante das rápidas transformações que estão ocorrendo no mundo atual. Lefebvre (1999) ressalta que a sociedade contemporânea se dirige para um processo irreversível de urbanização, no sentido que a racionalidade urbana perpassa todos os lugares, e submete os diferentes espaços à mesma lógica.

Nesse sentido, vamos refletir sobre algumas perspectivas futuras para Lomba Grande a partir desse ponto de vista, mas que contribuem, contraditoriamente, para que não haja um desaparecimento completo do rural na área. A valorização do ambiente natural, as novas funções econômicas e sociais desempenhadas pelo campo (como lazer e turismo), os nichos de mercado em relação a produtos e serviços, o surgimento de novos padrões de moradia seguindo preceitos urbanos, a chegada de aposentados e profissionais liberais para estabelecer residência fixa torna evidente que o espaço rural se “amolda” às necessidades urbanas, ampliando e aprofundando as relações entre a cidade e o campo.

Salientamos que esse processo não está separado do que vem acontecendo em outras áreas rurais do país e no mundo: ele expressa a maneira como o modo de produção se organiza, se materializa e se perpetua na sociedade, provocando constantes modificações e conexões entre os diferentes espaços.

Nas regiões metropolitanas, esse processo é ainda mais enérgico, pois nelas são agrupadas várias atividades econômicas, grandes contingentes de população e a mobilidade urbana, ampliada pelas facilidades nos transportes e comunicações, fazem com que as cidades avancem em direção às suas periferias, as quais adquirem novas funções, num processo crescente de dispersão urbana.

Além disso, os problemas sociais, econômicos, ambientais, a insegurança e a violência nas grandes cidades induzem estratos sociais diferenciados a buscarem novas formas de habitar distantes do caos urbano, originando novos processos de segmentação social e urbana.

Segundo Precado Ledo (1996, p. 68-69), as grandes inovações tecnológicas e organizacionais que alteraram o sistema econômico e social na atualidade promoveram profundas mudanças na configuração territorial, gerando novos processos espaciais, tais como

(...) la expansión de los flujos de crecimiento hacia espacios no metropolitanos cada vez más extensos, que están dando lugar a amplios desarrollos metropolitanos y configuran redes urbanas policéntricas, formadas esencialmente por ciudades pequeñas y áreas urbanas insertas en el nuevo sistema territorial; (...) la suburbanización de las periferias, motivadas por la descentralización de ciertas actividades productivas y residenciales; (...) El cambio económico derivado de la terciarización influyó directamente en los ritmos de crecimiento urbano y en la composición cuantitativa y cualitativa del mercado de trabajo, afectado, a su vez, por la reestructuración tecnológica y productiva; (...) La nueva división internacional de las funciones regionales acentuó la importancia de los espacios de ocio, produciendo en ellos una fase expansiva del crecimiento, e introduciendo nuevos modelos de desarrollo regional relacionados con una oferta cultural y ambiental en constante revalorización económica.

Concordamos com o autor ao constatar o entrelaçamento dos planos global e local, pois se relacionarmos esses processos espaciais com nossa escala de estudo, veremos que essas transformações estão se concretizando, ainda que adaptadas à realidade local. Se pensarmos na Região Metropolitana de Porto Alegre, existe uma forte tendência de conurbação em direção ao leste, oeste e norte do Estado, formando uma “cidade-região” conforme evidenciam estudos realizados por Soares; Schneider; Costa (2009, p. 12), que dizem

Porto Alegre como cidade-região tem expandido sua metropolização para áreas que estão além da RMPA, avançando em direção aos aglomerados urbanos do Litoral e do Nordeste e também para a região de Santa Cruz do Sul, conformando uma rede territorial complexa. A reestruturação produtiva demanda a realocização e a desconcentração dos espaços industriais e a especialização urbana de algumas municipalidades na área dos serviços. As atividades de ensino e pesquisa científica, saúde, redes viárias e transportes, servem como atrativos à incrementação do grau de urbanização

destas cidades, gerando novas concentrações e desconcentrações urbanas.

Sobre o processo de suburbanização das periferias e suas novas funções produtivas e residenciais, podemos destacar os novos tipos de habitat urbano, como os condomínios fechados que, seguindo tendências globalizantes, se disseminam no espaço e mudam não somente o panorama das cidades, mas “a maneira como as pessoas vivem, consomem, trabalham e gastam seu tempo de lazer” (CALDEIRA, 2003, p. 258). Além da moradia, as periferias passam a desempenhar outras funções, como o lazer, o turismo e serviços, voltados às necessidades urbanas.

No aspecto econômico, a indústria coureiro-calçadista, que foi a grande impulsionadora da economia não só de Novo Hamburgo, mas de todo o Vale do Sinos, atravessou inúmeras crises desde sua implantação, seguindo as oscilações da conjuntura econômica brasileira. Para manter-se competitiva, a indústria diversificou sua cadeia produtiva, fornecendo máquinas, equipamentos e componentes para a indústria do couro e calçados, atendendo desde as cidades próximas, como Campo Bom, Sapiranga, Igrejinha, Taquara, Parobé, Nova Hartz, Araricá, Três Coroas até o mercado nacional e internacional<sup>54</sup>. Apesar do setor ainda ser o alicerce da produção industrial do município e o que o mantém articulado à economia globalizada, a expansão do setor de serviços representa hoje uma importante atividade econômica.

A respeito da produção de lazeres, o crescimento dos espaços de ócio segue uma lógica de organização do tempo<sup>55</sup>, na qual o “tempo dos lazeres” adquire importância à medida que proporciona uma interrupção nas atribuições do cotidiano. Dentro desse ideário da “sociedade dos lazeres”, cresce a busca por maior contato com a natureza e a vida no campo; sua cultura e modo de vida tornam-se atrativos às populações urbanas, gerando novos processos espaciais nas periferias dos municípios (LEFEBVRE, 1991, p. 61).

O fenômeno do turismo é uma representação marcante dessa “cultura de lazer”. O “tempo livre” passa a ser direcionado para o consumo dos lugares e “o

---

<sup>54</sup> Informações obtidas em entrevista com um empresário do setor, e no site da Associação Brasileira de Empresas de Componentes para Couro, Calçados e Artefatos (ASSINTECAL), que se dedica ao fomento setorial e a promoção da atuação global dos associados. Disponível em <<http://ww3.assintecal.org.br>> e <[www.apexbrasil.com.br](http://www.apexbrasil.com.br)>, acessos em 27 jun. 2010.

<sup>55</sup> Vide nota de rodapé nº 17 sobre o uso do tempo na sociedade atual.

lazer não é mais a festa ou a recompensa do labor, também não é a atividade livre que se exerce para si mesma. É o espetáculo generalizado” (LEFEBVRE, 1991, p. 62). Desse modo, a atividade turística cresce em importância e passa a ser valorizada por todas as camadas sociais. O potencial natural, paisagístico, cultural e histórico dos lugares representa possibilidades efetivas de desenvolvimento econômico.

No plano local, podemos ver que, após décadas de declínio da atividade rural, surgem alterações significativas nas formas de uso e ocupação do solo, com o aumento da oferta de serviços urbanos, o crescimento das atividades de lazer e turismo e a retomada da produção agrícola direcionada a novos nichos de mercado, como a produção de hortaliças sem agrotóxicos, produtos naturais, floricultura, mel e derivados, produtos coloniais, entre outros.

Além disso, o espaço rural passa a ser um lugar de moradia dissociado do local de trabalho, pois as pessoas que vivem no meio rural não estão necessariamente ocupadas, como é o caso dos aposentados oriundos do meio urbano, nem ocupadas com atividades agrícolas. Se no passado os agricultores, ao abandonarem a atividade agrícola, deixavam o campo, hoje eles continuam habitando as áreas rurais. Desse modo, o êxodo rural diminuiu, mas o êxodo agrícola continua (DEL GROSSI; SILVA, 2002).

A procura por moradia nos sítios de lazer e condomínios fechados pelos segmentos sociais mais abastados, bem como os investimentos em atividades “de luxo” como os haras, introduzem novos conteúdos urbanos, expressos nos padrões arquitetônicos modernos, no paisagismo e artificialização das áreas, nas melhorias na infraestrutura, aumentando o preço da terra (Figuras 23 e 24).

Esses empreendimentos criam uma nova demanda por mão de obra para trabalhos como caseiros, jardineiros, domésticos, levando ao crescimento da oferta de ocupações não agrícolas e contribuindo gradualmente para afastar os agricultores da lida rural, uma vez que eles passam a “alternar” suas atividades com o trabalho assalariado, tornando as famílias pluriativas. A autonomia e a liberdade de organização do tempo e do trabalho do agricultor se alteram, uma vez que ele passa a ser *“um cumpridor de horário”*.



Figuras 23 e 24 – Diferentes estilos de construção em Lombá Grande: os modelos tradicionais de residência e os novos estilos de moradia segundo padrões arquitetônicos urbanos (Fotos do autor, fevereiro/2010).

O convívio com os citadinos inaugura novas relações sociais aos moldes urbanos, os vizinhos já não se conhecem mais e a característica hospitalidade dos moradores nativos convive com o distanciamento dos neo-rurais. Surgem conflitos de ideias, de visões de mundo, da relação com a natureza, das formas de trabalho. Com a introdução de novas técnicas e equipamentos, mudam as práticas e aparecem novos conteúdos Também se modificam os costumes, o consumo de artigos e de alimentos, as formas de lazer, influenciando sobremaneira no modo de vida local (Figuras 25 e 26). Essas transformações promovem uma redefinição das funções do espaço rural, que passa a comportar, além das suas atividades tradicionais, outras que até então estavam reservadas ao meio urbano (SILVA, 1998).



Figuras 25 e 26 – Dois tipos diferentes de estabelecimentos comerciais que coexistem em Lombá Grande: o primeiro é a típica venda e o segundo um supermercado (Fotos do autor, julho/2010).

Face a essas colocações, quais seriam as perspectivas futuras para Lomba Grande? Já falamos que a emancipação política é uma demanda que foi preterida pela comunidade, pela falta de consenso, pela presença mais efetiva da municipalidade e pela morosidade e empecilhos criados pelo poder público estadual. Permanecer estagnada à espera da expansão da mancha urbana, como vem acontecendo em outras áreas rurais no país, também não parece ser o processo que se configura no local.

A ampliação das relações urbanas em Lomba Grande se estabelece desde a delimitação do perímetro urbano, em 1985, até a aprovação do Plano Diretor Urbanístico e Ambiental, em 2004, que passa a localidade à categoria de Bairro (rural?), introduzindo mudanças na ocupação e uso do solo. Ao mesmo tempo, a agricultura retrocede, tanto pelas novas funções que a localidade passa a desempenhar, quanto pelo crescimento das ocupações não agrícolas, modificando as relações sociais, culturais e econômicas.

Em contraposição, há uma (re)valorização do lugar, dos seus atributos naturais, da cultura do colono, dentro do ideário urbano de preservação ambiental e cultural, além da valorização dos “espaços de ócio” (PRECEDO LEDO, 1996, p. 69), permitindo que o espaço rural, mesmo que fortemente penetrado pelos conteúdos urbanos, mantenha suas peculiaridades.

Então, podemos considerar que, em nossa área pesquisa, se conforma um continuum rural-urbano, em que há uma expansão das relações urbanas, mas a relação entre o campo e a cidade não elimina “as particularidades dos dois pólos e, por conseguinte, não representa o fim do rural”. Apesar das mudanças nas suas relações, os dois espaços se mantêm distintos entre si (WANDERLEY, 2001, p. 33).

A partir dos relatos dos moradores nativos e neo-rurais sobre suas motivações para viverem em Lomba Grande, também pensamos na concepção de um “espaço síntese”, uma composição das qualidades existentes no campo e na cidade. De um lado, as possibilidades que a urbe oferece: a infraestrutura, comunicações, a proximidade da capital, seus recursos e serviços, o acesso ao Aeroporto Internacional Salgado Filho, as opções de cultura, entretenimento e lazer. De outro lado, os atrativos do campo: o contato com a natureza, a tranquilidade, o lazer, o ócio e o afastamento do apressado ritmo urbano, bem como o cultivo de produtos mais saudáveis para o auto-consumo.

Santos (2002, p. 100) ressalta que “o espaço resulta da inseparabilidade entre os sistemas de objetos e sistemas de ações”, e menciona a proposta de Latour (1994, p. 51) de trabalhar o conhecimento a partir de “híbridos” ao sugerir “um outro modo de ver a realidade, oposto ao trabalho secular de purificação, fundado em dois pólos distintos”. Sobre isso, salienta que

No mundo de hoje, é frequentemente impossível ao homem comum distinguir claramente as obras da natureza e as obras dos homens e indicar onde termina o puramente técnico e onde começa o puramente social (SANTOS, 2002, p. 101).

Nesse sentido, ao considerarmos as mudanças que se consolidam nas áreas rurais hoje, podemos sugerir que o campo seja entendido como um “espaço híbrido”, composto de vários elementos antagônicos que se misturam, dentro da concepção de uma “forma-conteúdo, que une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social” (SANTOS, 2002, p. 103).

O próprio fato de Lomba Grande ser chamado de “bairro rural” demonstra essa noção de híbrido. Se pensarmos que as cidades surgiram de pequenos núcleos rurais que foram se diferenciando funcional e economicamente ao longo da história, o bairro tornou-se, nos tempos atuais, uma categoria eminentemente urbana, que delimita e organiza as diferentes áreas das cidades. Ferreira (1975, p. 176) define o vocábulo “bairro” como “(...) cada uma das partes em que se costuma dividir uma cidade ou vila, para mais precisa orientação das pessoas e mais fácil controle administrativo dos serviços públicos”. Para Lefebvre (1975, p. 201) o bairro “é unidade sociológica relativa, subordinada, que não define a realidade social, mas que é necessária. Sem bairros, mesmo que sem ruas, pode haver aglomeração, tecido urbano, megalópole. Mas não há cidade” (tradução nossa). O autor diz ainda que o bairro é “uma forma de organização concreta do espaço e do tempo na cidade” (...) em que ocorrem “relações sociais interpessoais mais ou menos duradouras e profundas” (LEFEBVRE, 1975, p. 200). Logo, é nesse plano que o espaço e o tempo dos habitantes adquirem forma e sentido (tradução nossa).

Então, se não existe cidade sem bairro, como essa categoria se aplica à área rural? Maria Isaura de Queiroz (1973, p. 3-4), ao estudar algumas formas de

agrupamento no meio rural paulista, na década de 1970, conceituou o bairro rural da seguinte maneira:

Era o bairro rural um grupo de vizinhança de “habitat” disperso, mas de contornos suficientemente consistentes para dar aos habitantes a noção de lhe pertencer, levando-os a distingui-lo dos demais bairros da zona. O “sentimento de localidade” constituía elemento básico para delimitar a configuração de um bairro, tanto no espaço geográfico quanto no espaço social.

Nessa definição, o bairro rural é composto por uma base territorial e por um sentimento de localidade, cuja rede de relações sociais, culturais e de trabalho expressa a identidade territorial de uma comunidade. Além das relações sociais e de vizinhança, há uma relação diferente com o tempo e o espaço. Assim, o bairro não é apenas a soma de várias propriedades rurais, mas a relação que se estabelece entre essas unidades familiares e seu entorno, com a igreja, com a escola, com a venda, com os espaços comunitários (QUEIROZ, 1973).

Algumas dessas características persistem em nossa área de estudo, pois essa proximidade das relações sociais, das relações de trabalho, da ajuda mútua e do nível social igualitário, que de modo geral distinguem o bairro rural do “bairro urbano” propriamente dito, ainda permanece em Lomba Grande, a despeito da chegada crescente de citadinos, que carregam consigo suas concepções e modo de vida. Entretanto, para além das conceituações sociológicas, podemos pensar que a incorporação do termo é mais uma estratégia de mercado, que se reinventa dentro de um ideário de natureza que aumenta a procura e a valorização destas áreas.

Com todas essas mudanças, é arriscado antever quais serão os rumos de Lomba Grande. Alguns agricultores entrevistados acreditam que a produção agrícola tende a desaparecer e que a localidade poderá se tornar um espaço urbano brevemente. Outros acreditam que a localidade se manterá, como um local de moradia, lazer, turismo e investimento dos citadinos, conservando algumas de suas características naturais.

Esse conjunto de “forças” que atuam na realidade local faz com que Lomba Grande esteja cada vez mais integrada à dinâmica urbana e, mesmo com a recente valorização do rural, essa aproximação certamente causará mudanças substanciais, que extrapolam a simples presença de equipamentos urbanos, modificando a ordenação do espaço e as relações de vida e trabalho. Só o futuro desvendará esse processo.

## **Considerações Finais**

Ao longo desta pesquisa, buscamos discutir algumas características referentes às transformações recentes que estão ocorrendo no bairro Lomba Grande, município de Novo Hamburgo/RS, em seu processo de transição rural/urbano, com ênfase nas mudanças em curso a partir de 1980.

Essas transformações evidenciam a complexidade da relação entre a cidade e o campo nos dias atuais, em que as fronteiras destes dois espaços são cada vez mais fluidas e suas diferenças tornam-se cada vez mais tênues, apontando para uma relação de interdependência e complementaridade crescente.

De uma área predominantemente agrícola no passado, que participou ativamente da economia na região até meados dos anos 1960, acentua o declínio da sua atividade agropecuária atrelada às mudanças estruturais implementadas no país com a modernização da agricultura, que promoveu consideráveis transformações nos espaços agrários locais e nacionais.

Neste contexto de exclusão e de empobrecimento dos agricultores, aumenta a saída das populações em direção às cidades em busca de postos de trabalho, e a dinâmica econômica da capital, que influencia todo seu entorno, acelera o desenvolvimento do setor industrial no Vale do Sinos, que passa a absorver grande contingente de trabalhadores.

Os agricultores que resistiram, mantiveram-se com pequenos cultivos de subsistência, e alguns integrantes destas famílias passaram a buscar outras atividades remuneradas fora da propriedade rural para complementar a renda familiar. Os agricultores passaram então a combinar o trabalho assalariado com suas atividades agrícolas, tornando a agricultura uma atividade em tempo parcial. Com isso, modificam-se não apenas as relações de trabalho, mas as relações sociais, culturais, o modo de vida e costumes dessas populações.

A partir dos anos 1980, entram em curso outras mudanças, com a chegada escalar de “novos rurais”, que passam a adquirir terras produtivas, transformando-as em sítios de lazer. Com esse ideário urbano de qualidade de vida e preservação ambiental, surgem novos hábitos, novas relações com a natureza, novas relações de trabalho com a população local, criam-se espaços de lazer e entretenimento, conseqüentemente, novas funções no lugar.

Além disso, cresce a valorização da natureza, inserida no processo de conscientização sobre a questão ambiental, e até porque existe a percepção de que as cidades tornam-se espaços cada vez mais caóticos, poluídos e violentos, fazendo com que as algumas pessoas busquem novas alternativas de vida, trabalho e moradia. As periferias rurais passam a ser valorizadas e a desempenhar novas funções a partir das demandas urbanas, surgindo novos processos socioespaciais que reaproximam a cidade e o campo.

Desse modo, o espaço rural extrapola sua função tradicional de produtor de alimentos e de matérias-primas, para as dimensões de espaço de descanso e lazer, de preservação de tradições culturais e do ambiente natural, entre outras, cada vez mais valorizadas pela sociedade. A relação entre a cidade e o campo assume outro sentido, diferente de tempos passados em que o antagonismo entre os dois espaços era bastante acentuado.

Hoje Lomba Grande vem se modificando rapidamente, com a diversificação das formas de ocupação e uso do solo e das atividades econômicas. O aumento dos conteúdos urbanos, a implantação dos condomínios fechados, a expansão dos sítios de lazer e dos equipamentos turísticos, gera uma nova dinâmica socioespacial, transformando o lugar num espaço “híbrido” na periferia da região metropolitana.

No aspecto político, surgem mudanças com a vigência do Plano Diretor Urbanístico Ambiental de Novo Hamburgo, que introduz uma série de modificações nos aspectos legais e territoriais. Lomba Grande passa a categoria de bairro, com um novo zoneamento que altera as funções de algumas áreas e permite novos usos do solo, alterando inclusive a cobrança de tributos municipais.

Além dos profissionais que estabelecem residência em Lomba Grande e se deslocam diariamente para suas atividades, é significativa a chegada de aposentados, que deixam as cidades próximas para se instalarem na localidade, e que utilizam o comércio e serviços disponíveis, aquecendo a economia local. O

acesso à aposentadoria rural também possibilitou a permanência de muitos agricultores na localidade, garantindo um aporte financeiro importante na renda familiar. Esses aposentados, homens e mulheres, muitas vezes prosseguem nas suas lidas rurais para manter o sustento da família, enquanto seus filhos trabalham na cidade.

É importante observar que são poucas famílias que conservam todos seus integrantes na atividade rural e que a maioria dos jovens, especialmente as mulheres, estão abandonando a agricultura, procurando qualificar-se para ocupar postos de trabalho nas cidades. Porém, se no passado os jovens iam embora para a cidade, hoje eles continuam morando com os pais, pela melhoria nos transportes coletivos e individuais.

Apesar de usufruírem das facilidades e recursos da cidade, muitos deles preferem morar em Lomba Grande. A proximidade das relações sociais, a solidariedade das pessoas, os lazeres simples, o futebol no final de semana, a descontração e a liberdade da vida rural são bastante valorizados por estes jovens.

Quando se casam, eles têm a possibilidade de construir suas casas nas terras dos pais, trabalhando na cidade e ajudando na manutenção da propriedade nos finais de semana. Parece um movimento contrário ao que houve no passado, quando os jovens partiam e depois seus pais os acompanhavam no momento da velhice.

Mesmo que sejam “nos lugares que se forma a experiência humana” (BAUMAN, 2009, p. 35) estes processos não são específicos da realidade local. Eles se inserem no contexto mundial de transformações sociais, econômicas, tecnológicas e culturais da sociedade e que se manifestam de forma diferente nos diversos lugares, mas que expressam em seus conteúdos a “ordem global” (SANTOS, 2002, p. 338).

Vejamos: do ponto de vista econômico, a atividade rural em Lomba Grande se “reinventa” para atender a nichos especiais de mercado, como produtos sem agrotóxicos, flores, mel e produtos coloniais. Com a valorização dos atributos naturais e paisagísticos, crescem as atividades ligadas ao turismo, lazer e educação ambiental, que surgem como uma opção econômica para complementar as atividades agrícolas e que geram novos postos de trabalho e ocupações. Ao resgatar os aspectos culturais e a diversidade natural, o turismo permite a

conservação e manutenção de ambos, contribuindo para a melhora socioeconômica local.

Os primeiros empreendimentos turísticos surgiram por iniciativa de algumas famílias, visando desenvolver trabalhos diferenciados em suas propriedades que possibilitassem um acréscimo na renda familiar. À medida que estas atividades se firmaram, outros seguiram a iniciativa, aumentando a oferta de produtos e serviços. O incentivo do poder público contribuiu para o crescimento da atividade, sobretudo com a organização, a capacitação dos agricultores, a divulgação e a inserção da localidade em alguns circuitos turísticos regionais.

Mas em termos de recursos, não existem fontes de financiamento específicas para o turismo e os agricultores precisam contar com seus próprios meios, o que dificulta seus investimentos. Além disso, existem outros fatores limitantes, como a questão da sazonalidade da atividade turística, pois o principal atrativo em Lomba Grande são os chamados “balneários”, que funcionam somente no verão. A promoção de uma série de eventos culturais ao longo do ano, ligados às tradições dos colonos busca superar estas limitações do turismo local.

Outro problema observado refere-se à jornada extra de trabalho das famílias durante os finais de semana, e que normalmente onera mais as mulheres, pois envolve além do atendimento aos clientes, os serviços domésticos como o preparo de alimentos, limpeza e outros. Esta “auto-exploração” das famílias interfere nos seus momentos de lazer e descanso e certamente modifica seus costumes e relações sociais.

Do ponto de vista espacial, as mudanças mais emblemáticas em Lomba Grande se dão com as novas formas de ocupação e uso do solo. O centro urbano tem todas as características de uma pequena cidade: praça, igreja, estabelecimentos comerciais, escolas, casas aglomeradas, vias asfaltadas, etc. Saindo da via principal, o aspecto já é rural: estradas de chão, a presença de animais, as áreas são amplas, existem sítios de lazer como o Ecoparque da Lomba que possui uma área de 23 hectares, localizada a um quilômetro da Rua João Aloysio Algayer, a principal via de acesso de Lomba Grande.

A presença dos condomínios fechados é outro fenômeno marcante na realidade de Lomba Grande. As facilidades de deslocamento permitem que alguns segmentos sociais busquem novas formas de habitar, escapando do caos urbano e da violência, desenvolvendo um novo conceito de moradia, cercado de aparatos de

segurança. Com a expansão dos condomínios, a localidade precisa adaptar-se a uma nova cultura, outros conceitos, outro modo de vida dos cidadãos que chegam em grande número à comunidade. Além disso, os condomínios introduzem novos padrões arquitetônicos e, alheios ao seu entorno, inauguram a privatização do espaço aos moldes urbanos, influenciando no acréscimo do preço da terra.

Da mesma forma que os condomínios fechados, os sítios de lazer aumentam a especulação imobiliária e contribuem para o recuo da atividade agrícola, pois ocupam áreas que antigamente eram produtivas para segunda residência ou moradia permanente. Mesmo que utilizem técnicas menos agressivas ao ambiente e promovam a recuperação destas áreas, estas propriedades aumentam a oferta das atividades não-agrícolas, como caseiros, jardineiros e domésticos, colaborando para afastar os agricultores da lida rural.

No entanto, as características rurais do lugar permanecem, mesmo com o avanço da urbanização, porque acontece a valorização do rural, com a construção de uma identidade que faz com que o rural sobreviva, ainda que incorporando elementos urbano-metropolitanos. Figueiredo (2003, p. 2) lembra que se no passado o rural foi marginalizado e desvalorizado, hoje vivencia uma situação “de valorização social e institucional crescente, que parece corresponder à (re)descoberta do mundo rural como reserva de heranças e memórias sociais, culturais e ambientais únicas”.

Nesse sentido, a diversidade cultural e ambiental das áreas rurais adquire um forte valor simbólico, pois representa um contraponto à massificação da sociedade, cada vez mais globalizada e homogênea. E a concepção urbana de equilíbrio do espaço rural com a natureza, igualmente contribui para o ideário de harmonia da vida no campo.

Portanto, a ideia de “terra e lazer” dos urbanos se contrapõe a ideia de “terra e trabalho”, que faz parte do cotidiano do agricultor, que vê sua propriedade como um local de vida e sustento, e não como um espaço a ser “desfrutado”. Respeitando este ponto de vista, é possível resgatar a importância das atividades agrícolas e das populações aí residentes, reconstruindo sua ruralidade e preservando seus valores.

Também é importante destacar que a apropriação do turismo a partir das demandas urbanas envolve o olhar “de quem está fora”, em relação a quem está sendo considerado “estagnado”. É preciso considerar até que ponto o turismo

vai ser adequado para o lugar, como serão as relações de vida e trabalho dentro do universo familiar, para que os agricultores não percam o controle deste processo.

É necessário refletir o que estas pessoas precisam, que tipo de vida almejam e como permanecerão frente as mudanças inevitáveis que se processam em seus ritmos e territórios, para então criar novos instrumentos que visem a sustentação destas famílias, dando-lhes condições de participação nas decisões para se tornarem agentes do seu processo de mudança.

Acreditamos que ainda ocorrerão muitas mudanças em Lomba Grande, difíceis de mensurar. Desde o início dos trabalhos de campo até esta etapa final, percebemos o avanço crescente das moradias, das atividades comerciais, do fluxo de pessoas, da valorização imobiliária. O estranhamento dos neo-rurais e dos moradores nativos também evidencia algumas modificações nas relações de vizinhança e de solidariedade, típicas da vida rural. Observamos que essas transformações vão muito além da presença dos equipamentos urbanos, à medida que mudam o cotidiano do lugar.

Porém, coexistem formas residuais no modo de vida, nas práticas de trabalho, nos tipos de construção, na simplicidade das relações e nas atitudes dos moradores nativos, o que faz com que este espaço seja tão singular e ao mesmo tempo tão igual a outros espaços rurais. Deste embate, talvez surja um “espaço síntese”, no sentido que seja um espaço que possa reunir as qualidades da cidade e do campo.

Para finalizar, acreditamos que o desaparecimento gradativo das diferenças espaciais e sociais entre o rural e o urbano reafirma a necessidade de um novo olhar para esta problemática, que considere a realidade rural não mais como uma sociedade distinta, mas como um segmento que integra a sociedade mais ampla e que deve ser valorizado e reconhecido por sua relevância e potencialidade.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Texto para discussão**, Rio de Janeiro, n. 702, 2000. Disponível em: <<http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos>>. Acesso em: 28 maio 2008.

\_\_\_\_\_. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. O que há de novo no rural brasileiro: **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, 2000. Disponível em: <<http://www.4.fct.unesp.br/nera>>. Acesso em: 12 jan. 2008.

\_\_\_\_\_. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Terra Livre**, São Paulo, ano 19, v. 2, n. 21, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.4.fct.unesp.br/nera>>. Acesso em: 12 jan. 2008.

ALONSO, José Antônio. Gênese e institucionalização da região metropolitana de Porto Alegre. **Texto para discussão FEE**, Porto Alegre, n. 29, 2008. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em: 10 fev. 2009.

\_\_\_\_\_; BRINCO, Ricardo. Caracterização geral da região metropolitana de Porto Alegre (RMPA). In: MAMMARELLA, Rosetta. (Org.). **Como anda Porto Alegre**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009. p. 9-22.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1989.

ASCHER, François. **Los nuevos principios del urbanismo**. Madrid: Alianza Editorial, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS - ABICALÇADOS. **Resenha Estatística 2009**. Disponível em: <<http://www.abicalcados.com.br/documentos>>. Acesso em: 23 jun. 2010.

ASSOCIAÇÃO RIO-GRANDENSE DE EMPREENDIMIENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER/RS-ASCAR. **Estudo da situação do município de Novo Hamburgo**. Elaborado pelo Escritório Municipal da EMATER de Novo Hamburgo, 1999. Não publicado.

BAGLI, Priscila. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 81-109.

BARRIOS, Sônia. A produção do espaço. In: SOUZA, Maria Adélia; SANTOS, Milton (Orgs.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986. p. 1-24.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

\_\_\_\_\_. **O mal estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BICHIR, Renata. Uma nova visão sobre a segregação urbana. **Diversidade. Revista do Centro de Estudos da Metrópole**, [S.l.], n. 6, jul./set. 2005. Disponível em: <<http://www.centrodametropole.org.br/diversidade/numero6/6.html>>. Acesso em: 08 set. 2008.

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de filosofia**. Tradução Danilo Marcondes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOURDIN, Alan. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e das outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília. DF, 30 nov. 1964. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/4504.htm>>. Acesso em: 18 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº. 14, de 08 de junho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 jun.1973. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/)>. Acesso em: 13 fev. 2009.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996. Aprova o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, e da outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília. DF, jun.1996. Disponível em: <<http://legislacao.planalto.gov.br/legislacao.nsf/>>. Acesso em: 20 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 jul. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03)>. Acesso em: 20 mar. 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

BRICALLI, Luiz Carlos Leonardi. **Estudo das tipologias do turismo rural**: Alfredo Chaves/ES. Santa Maria: Facos, 2005.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. 2. ed. São Paulo: EDUSP, Editora 34, 2003.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 45-65, 1998.

CAMARGO, José Francisco de. **A cidade e o campo**: o êxodo rural no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1968.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**: novas atividades rurais. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. v. 6.

\_\_\_\_\_. **O novo rural brasileiro**: novas ruralidades e urbanização. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. v. 7.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Uma leitura sobre a cidade. **Cidades**. Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 11-30, jan./jun. 2004.

CARNEIRO, Maria José. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: CARVALHO, Luiz Flávio; BRUNO, Regina; MOREIRA, Roberto José (Org.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 323-344.

\_\_\_\_\_. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

\_\_\_\_\_. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 165-185.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. (Pre)ocupações com o turismo rural. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FALCADE, Ivanira (Org.). **Tradição versus tecnologia**: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 59-66.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. Turismo x espaço: reflexões necessárias na pós-modernidade. In: GASTAL, Susana; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (Org.). **Turismo na pós-modernidade** (des) inquietações. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 43-50.

CAVACO, Carminda. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e geografia**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 15-33.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: EDUFSC, 2001.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CORRÊA, Lucelinda Schramm. As políticas públicas de imigração europeia não portuguesa para o Brasil: de Pombal à República. **Revista Geo-paisagem**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 8, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.feth.ggf.br/migracao.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periferia urbana. **Geosul**, Florianópolis, ano 1, n. 2, p. 71-78, 1986.

\_\_\_\_\_. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

\_\_\_\_\_. **Região e organização espacial**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003 (Princípios n. 53).

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; SILVA, José Graziano da. **O novo rural**: uma abordagem ilustrada. Londrina: Instituto Agrônomo do Paraná, 2002. v. 1.

DEMATTEIS, Giuseppe. Suburbanización y periurbanización. Ciudades anglosajonas y ciudades latinas. In: MONCLÚS, Francisco Javier (Ed.). **La ciudad dispersa**. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1998. p. 17-34.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A caminho da cidade**: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Perspectiva, 1973. (Debates).

ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 11-31.

ETGES, Virgínia Elisabeta. A paisagem agrária na obra de Leo Waibel. **Geographia**, Niterói, ano 2, n. 4, 2000. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/rev>>. Acesso em: 21 set. 2009.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Reforma agrária no governo Lula: a esperança**, 2003. Disponível em: <[http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA\\_RA.pdf](http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA_RA.pdf)>. Acesso em: 13 maio 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FIGUEIREDO, Elisabete. **Viver no rural, visitar o rural: a diversidade de percepções face ao ambiente e ao desenvolvimento**. Disponível em: <[http://www.animar-dl.pt/vezvoz/ver\\_artigo.php](http://www.animar-dl.pt/vezvoz/ver_artigo.php)>. Acesso em: 24 ago. 2010.

FREITAG, Bárbara. **A teoria crítica: ontem e hoje**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GAMA, António. Indústria e produção de um espaço periurbano. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Portugal, n. 22, p. 33-54, abr. 1987. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/handle/10316/11688>>. Acesso em: 14 ago. 2010.

GASTAL, Susana. Turismo na pós-modernidade: agregando imaginários. In: GASTAL, Susana; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (Org.). **Turismo na pós-modernidade** (des) inquietações. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 51-60.

GIULIANI, Gian Mario. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Ano 5, n. 14, São Paulo, out 1990. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_14/rbcs14\\_05.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_14/rbcs14_05.htm)>. Acesso em: 09 ago. 2010.

GRABOIS, José. Transformações da estrutura produtiva e reprodução modernizada da dominação em Nova Friburgo (RJ). In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FALCADE, Ivanira (Org.) **Tradição versus tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 79-123.

GUIBERT, Martine. Las relaciones ciudad-campo: características del debate francés. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FALCADE, Ivanira (Org.) **Tradição versus tecnologia**: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 225-240.

GUIMARÃES, Célia Venina Ruas M. A EMATER/MG no contexto do turismo rural mineiro. In: ORNAs, ocupações rurais não agrícolas: anais: oficina de atualização temática. Londrina: IAPAR, 2000. p. 105-112.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

\_\_\_\_\_. **Condição pós-moderna**. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

HENRIQUE, Wendel. A cidade e a natureza: a apropriação, a valorização e a sofisticação da natureza nos empreendimentos imobiliários de alto padrão em São Paulo. **Geosp. Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 20, 2006. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br>>. Acesso em: 06 mar. 2009.

HIDALGO, Rodrigo; BORSODORF; Axel; PLAZA, Felipe. Parcelas de agrado alrededor de Santiago y Valparaíso.? Migración por amenidad a la chilena? **Revista de Geografía Norte Grande**, Chile, n. 44, p. 93-112, 2009.

HOBSBAWN, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INDRIO, Francesco. **Agricultura biológica**. Portugal: Publicações Europa-América, 1980. (Coleção Euroagro).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1960**: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, [196-?]

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 1970**: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1973.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 1980**: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1991**: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2000**: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso: em 27 abr. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção agrícola municipal 2008**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. **Produção da extração vegetal e da silvicultura 2008**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 mar. 2010

\_\_\_\_\_. **Estimativas da população em 1º/07/2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 14 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17 abr. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores sociodemográficos e de saúde no Brasil 2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic\\_ociosaude/2009/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_ociosaude/2009/default.shtm)>. Acesso em: 18 ago. 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA/FAO. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/portal/index.php>>. Acesso em: 15 set. 2009.

KURZ, Robert. **Os últimos combates**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

LAGO, Paulo Fernando. **Santa Catarina: a transformação dos espaços geográficos**: Florianópolis: Verde Água Produções Culturais, 1996.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições 34, 1994.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

\_\_\_\_\_. **De lo rural a lo urbano**. 3. ed. Barcelona: Península, 1975.

\_\_\_\_\_. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. A cidade contra o campo. In: BRANCHER, Ana Lise, (Org.). **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. p. 41-60.

LUTZENBERGER José. **Do jardim ao poder**. 11. ed. Porto Alegre: L&PM, 1992.

LYOTARD, Jean-François. O pós-moderno. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

MAMMARELLA, Rosetta; BARCELLOS, Tanya M. de. Uma abordagem tipológica da estrutura sócio-espacial da região metropolitana de Porto Alegre (RMPA) em 1991 e 2000. In: ALONSO, José Antônio Fialho; \_\_\_\_\_. **Território, economia e sociedade**: transformações na região metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre: FEE, 2009. p. 137-178.

MARAFON, Gláucio José. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FALCADE, Ivanira (Org.). **Tradição versus tecnologia**: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 35-57.

MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado. **Espaço & Debates**, São Paulo, v. 24, n. 45, p. 24-33, jan./jul. 2004.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. 1, cap. 1, pt. 4, p. 70-78.

MATTEI, Lauro Francisco. Turismo rural e ocupações rurais não agrícolas: o caso de Santa Catarina. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da (Ed.). **O novo rural brasileiro**: novas atividades rurais. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. p. 183-218.

MATTOS, Carlos A. de. Globalización, negocios inmobiliarios y mercantilización del desarrollo urbano. In: PEREIRA, Paulo César Xavier; HIDALGO, Rodrigo (Ed.). **Producción inmobiliaria y reestructuración metropolitana em América Latina**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; Santiago: Pontificia Universidad Católica de Chile, 2008. p. 23-40. (Série Geolibros n. 11).

MEDEIROS, Laudelino Teixeira de. **O processo de urbanização do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia, 1958.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Camponeses, cultura e inovações. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, María Laura. **América Latina**: cidade, campo e turismo. San Pablo: CLACSO (Consejo Latinoamericano de

Ciências Sociais), 2006. p. 281-293. Disponível em: <<http://www.bibliotecavirtual.vclacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/16medeiros.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2010.

MIGUEL, Lovois de Andrade. Heterogeneidades do espaço rural da região metropolitana de Porto Alegre. In: VERDUM, Roberto; BASSO, Luis Alberto; SURTEGARAY, Dirce Maria Antunes. (Org.). **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 181-194.

MOESCH, Norma Martini. O turismo no século XXI: por uma concepção holística. In: GASTAL, Susana; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (Org.). **Turismo na pós-modernidade (des) inquietações**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 31-41.

MONCLÚS, Francisco Javier. Suburbanización y nuevas periferias. Perspectivas geográfico-urbanísticas. In: MONCLÚS, Francisco Javier (Ed.). **La ciudad dispersa**. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1998. p. 143-167.

MOREIRA, Morvan de Mello. Envelhecimento da população brasileira: aspectos gerais. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, v. 15, n.1, p. 25-56, 1998. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/envelhecimento/Env\\_p25a56.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/envelhecimento/Env_p25a56.pdf)>. Acesso em: 24 ago. 2010.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.

MULLER, Telmo Lauro. **Colônia alemã: histórias e memórias**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1978.

NOVO HAMBURGO. Prefeitura Municipal. **Lei nº 1.216, de 20 de dezembro de 2004**. Institui o Plano Diretor Urbanístico Ambiental do Município de Novo Hamburgo. Disponível em: <<http://www.camaranh.rs.gov.br>>. Acesso em: 17 abr. 2008.

NOVO HAMBURGO. Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMAM). **Plano Ambiental Municipal**, 2001. Não publicado.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da geografia**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 63-110.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO - OMT. **World tourism exceed expectations in 2007**. Disponível em: <<http://www.unwto.org>>. Acesso em: 03 maio 2010.

OURIQUES, Helton Ricardo. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas: Alínea, 2005.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. O joio e o trigo na defesa da reforma agrária. In: STEDILE, João Pedro; GORENDER, Jacob et al. **A questão agrária na década de 90**. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 203-220.

PÁDUA, José Augusto. O nascimento da política verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos. In: LEIS, Héctor Ricardo (Org.). **Ecologia e política mundial**. Rio de Janeiro: Face, 1991. p. 135-161.

PANZUTTI, Nilce da Penha Migueles. **Mulher rural: eminência oculta**. Campinas: Átomo, 2006.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 26-67. Publicado originalmente no *The American Journal of Sociology*, mar. 1916.

PEREIRA, Paulo César Xavier. Reestruturação imobiliária em São Paulo (SP): especificidade e tendência. In: SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; PEREIRA, Paulo César Xavier; UEDA, Vanda (Org.). **Dinâmica imobiliária e reestruturação urbana na América Latina**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. p. 45-63.

PEREIRA, Paulo César Xavier; HIDALGO, Rodrigo (Ed.). **Producción inmobiliaria y reestructuración metropolitana em América Latina**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; Santiago: Pontificia Universidad Católica de Chile, 2008. (Geolibros, n. 11).

PETRY, Leopoldo. **O município de Novo Hamburgo: monografia**. 2. ed. São Leopoldo: Casa Rotermond, 1959.

\_\_\_\_\_. **São Leopoldo: berço da colonização alemã do Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: [s.n.], 1966.

PRECEDO LEDO, Andrés. **Ciudad y desarrollo urbano**. Madrid: Editorial Síntesis, 1996. (Colección Espacios y Sociedades Serie Mayor, n. 6).

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Rio de Janeiro: PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2003. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas>>. Acesso em: 17 maio 2010.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Bairros rurais paulistas**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.

RAMIRES, Júlio César de Lima; SOARES, Beatriz Ribeiro. Os condomínios horizontais fechados em cidades médias brasileiras. In: BARAJAS, Luis Felipe Cabrales. (Org.). **Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas**. Guadalajara: UNESCO, 2002. p. 373-396.

REIS FILHO, Nestor Goulart, PORTAS, Muno; TANAKA, Marta Soban. (Org.). **Dispersão urbana: diálogos sobre pesquisas Brasil-Europa**. São Paulo: CNPQ, FAPESP, 2006.

RIAL, Carmem Silvia. **Mar-de-dentro**: a transformação do espaço social na Lagoa da Conceição. 1988. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, RS, 1988.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia Velledas. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 186-212.

SANTANA, Paola Verri de. A mercadoria verde: a natureza. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odete Carvalho. **O espaço no fim do século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999. p. 177-189.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SAQUET, Marcos Aurélio. Reterritorialização e identidade. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FALCADE, Ivanira (Org.). **Tradição versus tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 211-224.

SCARIM, Paulo César. A “rara” propriedade. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odete Carvalho. **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 172-176.

SCHNEIDER, Sérgio A atualidade da contribuição de Leo Waibel ao estudo da agricultura familiar. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 25-41, 2002.

\_\_\_\_\_. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SCHWARZER, Helmut. Impactos socioeconômicos do sistema de aposentadorias rurais no Brasil: evidências empíricas de um estudo de caso no Estado do Pará. **Texto para discussão**, Rio de Janeiro, n. 729, jun. 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 15 abr. 2010.

SELBACH, Jeferson Francisco. **Pegadas urbanas: Novo Hamburgo como palco do flâneur**. Cachoeira do Sul: Ed. do Autor, 2006.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. 17. ed. São Paulo: Brasiliense. 1993. (Primeiros Passos).

\_\_\_\_\_. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

\_\_\_\_\_. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, 1999. (Pesquisas).

SILVA, José Graziano da; DEL GROSSI, Mauro; CAMPANHOLA, Clayton. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 37-67, jan./abr. 2002.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; PEREIRA, Paulo César Xavier; UEDA, Vanda (Org.). **Dinâmica Imobiliária e reestruturação urbana na América Latina**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Metamorfoses da metrópole contemporânea: considerações sobre Porto Alegre. **Geosp. Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 20, 2006a. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

\_\_\_\_\_. Produção imobiliária e crescimento urbano em cidades médias: Pelotas e Rio Grande (RS). In: SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; PEREIRA, Paulo César Xavier; UEDA, Vanda (Org.). **Dinâmica Imobiliária e reestruturação urbana na América Latina**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006b. p. 159-192.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues; SCHNEIDER, Matheus; COSTA, Angela Maria Faria da. De metrópole regional à cidade-região: trajetórias sócioespaciais da região metropolitana de Porto Alegre. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevideo, Uruguay. **Anais eletrônicos...** 2009. 1 CD-ROM.

SOBARZO MIÑO, Oscar Alfredo. Los condominios horizontales em Presidente Prudente, Brasil. In: CABRALES BARAJAS, Luis Felipe. (Org.). **Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas**. Guadalajara-Paris: Universidad de Guadalajara, UNESCO, 2002. p. 423-439.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática socioespacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: \_\_\_\_\_; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 111-130.

\_\_\_\_\_. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odete Carvalho. **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 83-99.

\_\_\_\_\_. Novos territórios urbanos e novas formas de habitat no Estado de São Paulo. In: CABRALES BARAJAS, Luis Felipe. (Org.). **Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas**. Guadalajara-Paris: Universidad de Guadalajara/UNESCO, 2002. p. 397-421.

SPRICIGO, Gisele. **O rural no Vale do Rio dos Sinos (RS)**: situação sócio-econômica e estratégias de desenvolvimento para a região. 2007. 194 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, RS, 2007.

STROPASSOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Notas sobre epistemologia da Geografia. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis, n. 12, maio 2005.

UEDA, Vanda. O mercado imobiliário na cidade de Porto Alegre (RS): os novos empreendimentos e as suas transformações no espaço urbano. In: SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; PEREIRA, Paulo César Xavier; UEDA, Vanda (Org.). **Dinâmica imobiliária e reestruturação urbana na América Latina**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. p. 92-115.

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Nobel, 1996. (Megalópolis).

VARSANO, Ricardo. A guerra fiscal do ICMS: quem ganha e quem perde. In: **Planejamento e políticas públicas**. n. 15, 1997. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/ppp>>. Acesso: em 19 jun. 2010.

VICENTE RUFÍ, Joan. ¿Nuevas palabras, nuevas ciudades? **Revista de Geografía**. La Rioja, ES, n. 2., p. 79-103, 2003. Disponível em: <<http://www.revistadegeografia.com/revista2/VICENTE.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2010.

VIGNOLI, Jorge Rodríguez. Segregación residencial: um acercamiento sociohistórico. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 14, p. 231-252, dez. 2000.

VILÀS, Jordi Ribas. Planificación y gestión del paisaje rural. In: BOLÓS, Maria de. **Manual de ciencia del paisaje: teoria, método y aplicaciones**. Madri: Masson, 1992. p. 249-262.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 87-145, out. 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/nazare15.htm>>. Acesso em: 17 jul. 2010.

\_\_\_\_\_. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. In: **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires,

Argentina. 2001. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2010.

WILLEMS, Emilio. **A aculturação dos alemães no Brasil**. São Paulo: Companhia Nacional, 1946.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. Publicado originalmente no *The American Journal of Sociology*, v. 64, n. 1, p. 90-113, jul. 1938.

## **Anexo A**

### **ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS MORADORES “NATIVOS”**

1. Nome:
2. Idade:
3. Naturalidade/origem:
4. Escolaridade:
5. Ativo ou aposentado?
6. Há quanto tempo possui a propriedade rural?
7. Forma de aquisição (permuta, herança, compra)?
8. Características do imóvel (área, benfeitorias, empregados):
9. Atividades econômicas desenvolvidas:
10. Memória do lugar (costumes, atividades sociais, alimentação, divisão do trabalho, técnicas de plantio, acesso a bens e serviços)
11. O que considera bom na vida local?
12. Quais as dificuldades enfrentadas?
13. Sobre as mudanças recentes, como vê?

### **ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS “NEO-RURAIIS”**

1. Nome:
2. Idade:
3. Naturalidade/origem:
4. Escolaridade/profissão:
5. Há quanto tempo possui a propriedade rural?
6. Forma de aquisição:
7. Características do imóvel (área, benfeitorias, empregados):
8. Objetivos da aquisição (moradia, produção, lazer, preservação, outros)
9. Atividades econômicas desenvolvidas:
10. Relações de trabalho na área (permanentes, temporários, outros)
11. Qual a motivação de morar em Lomba Grande?
12. Quais as dificuldades encontradas?

**Anexo B**

Anúncios de jornais com a venda de sítios de lazer em Lomba Grande  
Jornal ABC/Classificados

20 de fevereiro de 2009

14 de março de 2009

14 de novembro de 2009

06 de maio de 2010